

**ASSENTAMENTOS RURAIS EM ÁREAS DE
REFORMA AGRÁRIA NO CEARÁ:
miséria ou prosperidade?
O Caso Santana.**

Paulo Roberto Fontes Barquete

A-2018
E-394564
FC000045395

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL COMO
PRÉ-REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

UFC/BU/DEA 02/02/1998



R734799 Assentamentos rurais em áreas de
C394564 reforma
T333.31 B2479

FORTALEZA-CEARÁ-BRASIL

1995



AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Iracema, pelas palavras, pelo exemplo, pela
confiança.
Ao professor José Maurício de Souza, pelo incentivo,
pelo exemplo, pelo carinho.
Aos demais colegas do Departamento de Engenharia de
Materiais, especialmente a turma de 1970, pela amizade, pela
participação nas aulas.
Ao curso de Engenharia de Materiais, pela oportunidade de
aprender e trabalhar.
Ao curso de Engenharia de Física, pelo conhecimento e
pela amizade.
Ao professor José Maria de Almeida e Maria Cecília Figueiredo
pela orientação, pelo exemplo, pela amizade, pela
participação nas aulas.
Ao Professor José Maria de Almeida, pelo exemplo e pela
participação nas aulas.

Para

Fernanda, Ricardo e Mariana,

com muito amor.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Terezinha Fontes Fernandes Barquete, pelo incentivo constante.

Ao professor José Ribamar Furtado de Souza, pela competente orientação e convivência engrandecedora.

Aos demais professores do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará-UFC/DEA, pela dedicação, seja na sala de aula, ou nas consultas informais.

Aos companheiros e companheiras de curso, pelo aprendizado mútuo e convivência fraterna.

Aos funcionários e funcionárias do DEA, pela colaboração e apoio durante o curso.

Às professoras Maria Zélia Maia Holanda e Maria Denise Fernandes Bezerra, do Departamento de Estatística da UFC, pela valiosa colaboração no processamento dos dados.

À Professora Emilia Martins Velloso, pela competente e esclarecedora revisão do texto.

Ao Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, Antônio Rubens Pompeu Braga, pelo apoio irrestrito.

Ao INCRA, pela oportunidade valiosa.

Aos companheiros de trabalho do INCRA, pela compreensão, incentivo e apoio.

Aos assentados do Projeto de Assentamento Santana, pela oportunidade que me deram de ver que é possível ocupar, resistir e produzir, para além das ideologias.

	Página
Técnicas estatísticas de análise dos dados	88
Renda no Projeto de Assentamento Santana	88
I Fontes de renda	88
II Índice do valor do autoconsumo	89
III Comparação do nível de alimentação	90
PARTE 5	
A PERFORMANCE DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTANA: OS ENFOQUES QUANTITATIVO E QUALITATIVO	91
Dados gerais dos assentados	81
Habitação	82
Saneamento e saúde	93
Organização social	95
Acesso aos meios de comunicação	96
Condições de moradia	96
Posse de bens domésticos	96
Implementos agrícolas/nível tecnológico	98
Assessoria técnica	100
Animais por família	100
Renda bruta individual	101
Valor do autoconsumo	103
Nível de alimentação	104
Opiniões sobre o Assentamento	105
Principais problemas	107
Produção e produtividade	109
PARTE 6	
LIÇÕES DE SANTANA: MISÉRIA OU PROSPERIDADE? A RESPOSTA COMO ARGUMENTO À REFORMA AGRÁRIA	111

	Página
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
APÊNDICES	121
ANEXO	153

LISTA DE QUADROS

QUADRO		Página
I	Áreas de assentamentos rurais no Brasil, por região, 1993.....	48
II	Redistribuição de terras no Estado do Ceará - Período: 1971 a 1990.....	50
III	Projetos de Assentamento no Ceará - Etapas Operacionais - Metodologia anterior e metodologia proposta - 1993.....	55

LISTA DE TABELAS

TABELA		Página
1	Habitação	92
2	Saneamento	94
3	Organização Social	95
4	Posse de Bens Domésticos	97
5	Implementos Agrícolas	98
6	Nível Tecnológico	99
7	Assessoria Técnica	100
8	Nível de Alimentação	105
9	Opiniões Sobre o Projeto de Assentamento	106
10	Principais Problemas	108
11	Índice de Produtividade	110

RESUMO

Este estudo mostra, inicialmente, o caráter excludente do processo de desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro, na medida em que, ao contrário de outras nações, optou-se pela modernização do latifúndio, em detrimento da democratização do acesso à terra e, conseqüentemente, do fortalecimento do mercado interno.

Os desdobramentos desse processo culminaram com o surgimento e consolidação dos Complexos agro-industriais-CAI's, que, por sua rapidez nas respostas às demandas do mercado, estabelecem um desafio para a sobrevivência e reprodução da pequena produção.

À Reforma Agrária, entendida como uma opção para o desenvolvimento do País, coube um papel secundário nas políticas públicas voltadas para o agro, geralmente através de ações pontuais, em momentos de agravamento das tensões sociais no campo.

Diante da ação do Estado no que se refere à Reforma Agrária, alguns autores acreditam que os assentamentos rurais criados a partir do governo da Nova República, estão se transformando em ilhas de miséria.

Considerando-se essa realidade, estudou-se um assentamento de Reforma Agrária do Governo Federal denominado Projeto de Assentamento Santana-P. A. Santana, localizado no Município de Monsenhor Tabosa, região dos sertões do Estado do Ceará, procurando-se mostrar que, apesar do caráter pontual referido, existem experiências que têm demonstrado resultados satisfatórios na melhoria da condição de vida das famílias assentadas.

Buscou-se, através dos dados primários coletados no Assentamento e dos dados secundários coletados nas instituições que atuam no meio rural, a realização de um diagnóstico das condições de vida das famílias nas situações **antes e depois** da criação do Assentamento e, ainda, a comparação, sempre que possível, com alguns indicadores sócio-econômicos divulgados pelas referidas instituições. Como parte da metodologia utilizada na pesquisa direta, tra-

balhou-se com a aplicação de questionários individuais, entrevistas e observação participante. Para a análise e interpretação dos dados, utilizou-se estatística descritiva, através de tabelas de frequência unidimensionais e bidimensionais (tabelas cruzadas).

Os resultados da pesquisa confirmam a hipótese aventada, ao verificar-se os resultados satisfatórios obtidos na experiência de Santana, quando comparados com a situação **antes** e com alguns indicadores sócio-econômicos do Município de Monsenhor Tabosa e do próprio Estado do Ceará, tais como renda individual e **per capita**, habitação, posse de bens domésticos, produção e produtividade, valor do autoconsumo, dentre outros.

Dois pressupostos sinalizam estarem intrinsecamente relacionados com tal desempenho: o nível de organização da comunidade e o papel das instituições, em especial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, no processo de gestão.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a Reforma Agrária e, conseqüentemente, o envolvimento em uma pesquisa relacionada com este tema, emergiu a partir das reflexões conduzidas nas disciplinas de Política Agrícola e Inovações Tecnológicas na Agricultura, do curso de Mestrado em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará, nas quais se procurou identificar a trajetória do desenvolvimento agrícola brasileiro e seus reflexos sobre a pequena produção.

Apesar de ter estado sempre presente nos debates em torno das opções para o desenvolvimento do agro brasileiro, com maior ou menor ênfase, a Reforma Agrária jamais foi assumida pelo Estado como uma política prioritária para o desenvolvimento. Desse modo, as ações que se fizeram no sentido de atender às demandas pela Reforma Agrária restringiram-se a ações episódicas, caso-a-caso, sem a realização de mudanças estruturais significativas.

Recentemente, o debate deste tema vem sendo revitalizado, introduzindo-se a Reforma Agrária na discussão de questões relevantes para a solução de vários problemas do País, como por exemplo: o combate à fome e à miséria, aumento da oferta de alimentos, geração de emprego e renda, contenção do êxodo rural, dentre outros.

Apesar disso, boa parte da literatura recente a respeito do tema da Reforma Agrária, tem sugerido que, dadas as características pontuais da ação do Estado no que se refere à Reforma, tornaram-se extremamente reduzidas as possibilidades de sobrevivência dos assentamentos rurais isolados, ao lado de uma agricultura modernizada e integrada aos CAI's, sendo que a tendência seria a regressão das famílias assentadas à condição anterior, caracterizada pela miséria.

Partindo-se dessa realidade, o presente ensaio tem como objetivo estudá-la, através de uma pesquisa sócio-econômica realizada no P. A. Santana, localizado no Município de Monsenhor Tabosa, região dos sertões do Estado

do Ceará. O trabalho de campo buscou levantar a realidade das famílias assentadas em duas fases temporais, **antes** e **depois** do assentamento.

Acredita-se que, apesar do modelo de ação do Estado no que se refere à Reforma Agrária, existem experiências de assentamentos rurais que têm mostrado resultados positivos, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista econômico, apontando para uma realidade não condizente com as premissas daqueles que acreditam que os assentamentos, pelo isolamento, estão se transformando em ilhas de miséria.

Na parte I, são abordados os desdobramentos da questão agrária brasileira, procurando-se mostrar o caráter excludente do processo de modernização de sua agricultura e, de que maneira, o latifúndio consegue sobreviver e se afirmar ao longo desse processo.

A seguir, procura-se mostrar os caminhos da Reforma Agrária no ordenamento jurídico do País, a lógica da Reforma Agrária no Brasil e no Estado do Ceará, as implicações práticas das ações governamentais caracterizadas pela pontualidade e, mais recentemente, pela implementação da Política de Assentamento.

O Assentamento objeto dessa pesquisa encontra-se retratado na parte III, onde se procura mostrar sua realidade sócio-econômica predominante, os processos de luta pela terra e de organização da comunidade e as principais conquistas obtidas, permitindo uma comparação das situações **antes** e **depois** da criação do Assentamento.

Em seguida, apresentam-se os procedimentos, métodos e técnicas utilizados na pesquisa, visando-se à coleta e ao processamento dos dados. Optou-se pela realização de censo, com base em pesquisa do tipo descritiva, através de um estudo de caso, utilizando-se, como recursos, entrevistas, questionários individuais, observação participante e, ainda, estatística descritiva, através de tabelas de freqüência unidimensionais e bidimensionais (tabelas cruzadas).

Finalmente, procede-se à análise e interpretação dos dados coletados na pesquisa de campo, tiram-se as conclusões e delineiam-se sugestões do estudo, procurando-se, ainda, sempre que possível, comparar os resultados obtidos, com alguns indicadores sócio-econômicos divulgados pelos órgãos oficiais de pesquisa e por aqueles que têm ações voltadas para o meio rural.

PARTE 1

O PROBLEMA AGRÁRIO BRASILEIRO: ENTENDENDO A QUESTÃO AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Neste segmento, são discutidos os desdobramentos do problema agrário brasileiro, entendido como o resultado do agravamento de sua questão agrária. Mostra-se que ao setor rural coube o papel de favorecer a industrialização sem a necessidade de mudanças estruturais significativas no agro, mantendo-se a concentração da terra e da renda nas mãos de poucos. Nessas condições, o setor industrial não foi capaz de criar os empregos necessários à mão-de-obra oriunda do campo, fruto do processo de modernização conservadora¹ da agricultura. Desse modo, a maneira adotada para resolver a crise agrícola (o que, onde e quanto produzir) serviu para agravar a crise agrária (como produzir). Os resultados recentes desse processo de modernização da agricultura brasileira culminaram com o surgimento e consolidação dos chamados complexos agro-industriais-CAI's, nos quais a agricultura interrelaciona-se fortemente com a indústria e dificulta sobremaneira o ingresso na atividade produtiva daquela expressiva população resultante da modernização excludente.

¹ Esse termo vem sendo utilizado por diversos autores, significando que o processo de modernização no agro brasileiro prescindiu de mudanças estruturais significativas, implicando na manutenção da concentração da renda e da terra nas mãos de poucos e, conseqüentemente, na exclusão de parcela significativa da população rural, dos resultados do citado processo de modernização da agricultura.

Gênese da questão agrária: uma abordagem histórica

A questão agrária brasileira, desde os primórdios do Descobrimento, explicita-se pela forma adotada por Portugal para a colonização do território recém-descoberto, na qual - ao contrário do Reino, onde prevaleceu a distribuição baseada na pequena e média propriedades - optou-se pela distribuição de grandes lotes de terras, fonte originária do latifúndio. Esta forma de propriedade assentou as bases de privilégios jamais revogados na história do Brasil, criando desde cedo o fundamento maior de sua questão agrária, qual seja a concentração fundiária.

Com a criação das Capitâneas Hereditárias, em 1534, visando à organização político-administrativa da Colônia e, conseqüentemente, as condições para a defesa do território contra as incursões estrangeiras, buscava-se também tirar algum proveito econômico das terras. Porém os resultados, não se fizeram satisfatórios.

Para LARANJEIRA (1983), as "... fatias de cada donatário não ensejaram uma ação coletiva de prosperidade e, assim, o regime de capitâneas teve de ser substituído de modo a possibilitar uma centralização de mando no território, controle da população e dos atos comuns; em suma: possibilitar direção una do processo colonizacional" (LARANJEIRA, 1983:5). Isto se deu com a criação do Governo Geral, através do qual incentivou-se o sistema colonial de *plantation*², caracterizado, de acordo com o mesmo autor, por uma economia voltada para o mercado externo, pelo trabalho escravo e pela monocultura, implantados no latifúndio.

Para o Autor (1983), a implantação do Sistema Sesmarial configurou-se no primeiro instituto de direito agrário brasileiro, como instrumento jurídico de criação da propriedade privada da terra. As grandes extensões de terras doadas a apaniguados do Reino deram origem ao latifúndio e ao distanciamento das classes sociais no País, de modo que à população rural sem recursos, com

² Grandes plantações com apenas uma cultura de valor comercial (monocultura).

dificuldades de acesso à terra, restaria o trabalho nas áreas abandonadas das sesmarias, ou mesmo com o consentimento dos senhores, contrariando a Lei que obrigava o cultivo das terras com recursos próprios de seu dono. Esta prática provocou o surgimento de uma forma diferente de tenência da terra, caracterizada pela posse.

Para PANINI (1990), o "... latifúndio sesmeiro permanece em nosso País até 1822, período em que as terras são concedidas, primeiro, pelos donatários das capitâneas; depois, pelo Governo Geral e, por fim, pela Coroa, através de administradores especialmente delegados. Estes, desde o início, praticam uma política agrária injusta, incentivando o surgimento de duas classes sociais que se digladiam mutuamente (*sic*): a dos proprietários dos latifúndios e a dos simples posseiros" (PANINI, 1990:25).

SILVA (1989), ao referir-se sobre a origem da pequena produção no Brasil e a sua estreita ligação com a produção de alimentos, diz: o "... latifúndio escravista era o eixo da atividade econômica da colônia, definindo as duas classes sociais básicas: os senhores e os escravos. Mas em torno deles havia uma massa heterogênea de brancos que não eram senhores, de negros libertos que não eram escravos, de índios e de mestiços, que desempenhavam uma série de atividades. Vários eram 'técnicos' empregados nos próprios latifúndios, como escreventes, contadores, capatazes, etc. Outros se dedicavam ao pequeno comércio, como mascates, vendedores ambulantes, etc. E outros ainda eram agricultores: ocupavam certos pedaços de terras, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras das cidades..." (SILVA, 1989:23).

Essa produção de alimentos oscilava de acordo com os preços internacionais da monocultura de exportação. Nas fases de alta dos preços, as terras mais férteis eram utilizadas para a produção da cultura de exportação, reduzindo-se substancialmente a oferta interna de alimentos. As autoridades passam a estimular os pequenos agricultores a expandir sua produção para suprir as necessidades de alimentos na Colônia.

Dessa forma, é que, no início do século XIX, é suspenso o Sistema Sesmarial, passando a vigorar o Regime de Posses, no qual, diferentemente do sesmeiro - que primeiro recebia a terra para depois cultivá-la - o ser possessor significava primeiramente cultivar a terra antes de legalizá-la como sua. Essa situação promove o surgimento de grande número de pequenas propriedades. Isso não significou, porém, uma decisão pelo apoio à pequena propriedade, como estratégia para o desenvolvimento econômico da colônia. O latifúndio manteve-se por todo o período como o núcleo da atividade econômica colonial.

Com o declínio do regime de escravidão a partir de 1850, provocado não apenas pela pressão da Inglaterra na busca de mercados para seus produtos manufaturados, como também pela própria reação dos negros à escravidão, a mão-de-obra vai aos poucos se tornando "livre", o que significa ser o valor "escravo" aos poucos substituído pelo valor "terra" (PANINI, 1990).

Essa nova realidade traz consigo a Lei de Terras Devolutas de 1850, que de acordo com GUIMARÃES (1977), visava, fundamentalmente, a três objetivos: "... 1) proibir a aquisição de terras por outro meio que não a compra (art. 1) e, por conseguinte, extinguir o regime de posses; 2) elevar os preços das terras e dificultar sua aquisição (...); 3) Destinar o produto da venda das terras à importação de 'colonos" (GUIMARÃES, 1983:134).

SILVA (1989), analisando os objetivos da Lei de Terras, entende que, enquanto "... a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de 'acesso relativamente livre' (...). Mas quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem 'livre' com terra 'livre', ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios" (SILVA, 1989:25).

Até esse período (1850), a economia da Colônia passou por três ciclos econômicos predominantes. O primeiro, da cana-de-açúcar, caracterizou-se pelo trabalho escravo e pela monocultura³ para exportação como principal

³ A "... agricultura dos mantimentos, apesar de reconhecidamente a coisa principal e mais necessária da terra, continuaria a ser, pelos séculos afora, subordinada ao poder absorvente do açúcar, isto é, ao monopólio da terra, o que equivale dizer, à monocultura" (GUIMARÃES, 1977:48s).

atividade econômica, tendo como atividade complementar a pecuária extensiva, que permitiu a ocupação do interior do território. A partir do século XVII, entra em decadência a produção açucareira, motivada pela concorrência externa, em particular das Antilhas. As primeiras descobertas de ouro, no início do século XVIII, marcam o começo do segundo ciclo, o da mineração, que perdurou durante todo o século, e teve como característica a mudança do eixo econômico da Colônia do Nordeste para o Centro-Sul. O ciclo do ouro teve como atividades secundárias a pecuária e o cultivo do algodão no Nordeste, cujo objetivo era atender à demanda do mercado externo, em especial da indústria têxtil inglesa. A exaustão do potencial da economia colonial através do açúcar e da mineração, a partir do século XIX, impõe a necessidade da reintegração ao comércio internacional, o que ocorre a partir da cafeicultura, que se constituiu no terceiro e último ciclo econômico da aristocracia rural brasileira (PAULA, 1990).

De acordo com GUIMARÃES (1977), a cultura do café passou por dois períodos distintos. No primeiro, "... a agricultura do café havia gerado um tipo peculiar de grande domínio territorial que representava um retorno às formas (...) coloniais e escravocratas estratificadas no engenho do açúcar (...).

No segundo ciclo de sua expansão, a agricultura do café, perdendo algumas de suas características primitivas e adquirindo outras, vai, mais uma vez, (...), buscar no senhorio açucareiro outras achegas para moldar sua 'nova' estrutura produtiva. E soube fazê-lo com tamanha perícia que, ao extinguir-se o trabalho escravo, o latifúndio cafeeiro, principalmente no planalto paulista, pôde continuar, sem interrupção e sem abalos, sua trajetória ascendente, apoiado no trabalho 'livre'" (GUIMARÃES, 1977:82).

À terceira e última aristocracia do País, coube um papel importante no seu desenvolvimento subsequente. De acordo com FURTADO (1989), a economia cafeeira formou-se em condições distintas da economia açucareira: "... desde o começo sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados" (FURTADO, 1989:115). Ainda segundo FUR-

TADO (1989), os homens do café entenderam desde cedo a importância de ter o Governo como instrumento de ação econômica: "... alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política" (FURTADO, 1989:116).

A busca da reintegração da economia brasileira no fluxo do comércio internacional seria plenamente atingida com a economia cafeeira. Restava agora resolver o problema da mão-de-obra criado com o fim da escravidão. Esse era um dos principais objetivos da Lei de Terras de 1850, como frisado.

Para SILVA (1989), a "... decomposição do complexo rural⁴ a partir de 1850 e a concomitante expansão cafeeira, no período de 1890 a 1930, engendraram o aparecimento de inúmeras atividades urbanas antes escondidas no seio da economia agrária. A partir do início dos anos 30, a decadência do café impõe uma diversificação das atividades agrícolas e dinamização do processo de industrialização pelas novas possibilidades que se abriam com a substituição de importações. O setor agrícola, antes confundido com o setor exportador, abre-se para a produção para o mercado interno, embora continue a desempenhar um papel fundamental no comércio exterior brasileiro até os dias de hoje" (SILVA, 1989:314).

Observação marcante na obra de GUIMARÃES (1977) refere-se a uma particularidade histórica do latifúndio cafeeiro: processa-se num período em que, no mundo inteiro, floresce o capitalismo industrial. Se, "... por um lado, isso lhe havia possibilitado a rápida penetração do seu produto num mercado mundial em constante crescimento, assegurando-lhe a acumulação de vultosas riquezas, por outro lado, abria-lhe os flancos às manobras baixistas dos trustes internacionais recém formados que o forçavam a melhorar sua produtividade a fim de não reduzir suas altas margens de lucro. Internamente, o lati-

⁴ O complexo rural é caracterizado, de acordo com KAGEYAMA et al. (1987), por uma dinâmica simples determinada fundamentalmente pelas flutuações do comércio exterior, havendo somente um produto de valor comercial em todo o circuito econômico. Internamente, as fazendas eram praticamente auto-suficientes, produzindo desde manufaturas até equipamentos simples para produção, transportes e habitação. Grande parte dos produtos produzidos só tinha valor de uso, implicando em um mercado interno incipiente.

fúndio cafeeiro se tornaria mais e mais vulnerável à pressão dos elementos de capitalismo que se formavam ..." (GUIMARÃES, 1977:81).

☞ No que se refere às relações de trabalho, findo o período de escravidão, em 1888, e garantida a hegemonia do latifúndio através da Lei de Terras, tornaram-se extremamente difíceis para os imigrantes que aqui aportavam as condições de se estabelecerem como produtores independentes, criando uma redução significativa na oferta de mão-de-obra para os latifúndios. A primeira tentativa adotada para resolver o problema da mão-de-obra foi um sistema de parceria que correspondia a uma escravidão disfarçada, já que cabia ao imigrante reembolsar ao fazendeiro os gastos com transporte e instalação. A resistência dos imigrantes a este *modus operandi* fez com que o trabalho não obtivesse êxito. Buscou-se no colonato outra tentativa, através da qual cabia ao colono, além de uma remuneração em dinheiro, um pedaço de terra para culturas de subsistência.

☞ Para ROMEIRO (1991), sob o colonato ocorre relativa melhoria nas condições de vida do trabalhador rural em comparação com o regime de parceria. Essa melhoria "... está na base do vigoroso processo de diversificação da agricultura que ocorreu paralelamente a expansão da cafeicultura, e que foi um elemento fundamental no crescimento da economia ..." (ROMEIRO, 1991:12).

☞ O ciclo de expansão da economia cafeeira, praticamente nos limites do território brasileiro, encontraria grandes dificuldades para manter-se a partir da queda de preços ocorrida na crise de 1893. Para FURTADO (1989), o "... complicado mecanismo de defesa da economia cafeeira funcionou com relativa eficiência até fins do terceiro decênio deste século. A crise mundial de 1929 o encontrou, entretanto, em situação extremamente vulnerável..." (FURTADO, 1989:181). A política de depreciação cambial, adotada para valorização da cultura do café, claramente num estágio de superprodução, impusera uma insustentável pressão sobre a massa de consumidores urbanos.

☞ SILVA (1989), ao analisar esse período, entende que: "... o complexo cafeeiro, que criara o espaço inicial para a industrialização, vê esse proces-

so ganhar um dinamismo próprio pelas novas possibilidades que se abriam com o processo de substituição das importações. É principalmente o café que financia esse processo através do mecanismo de diferenciação cambial que protegia as indústrias nascentes no país, às custas de um confisco estabelecido sobre o preço da saca exportada..." (SILVA, 1989:315).

De acordo com a análise de ROMEIRO (1991), a crise do setor exportador, agravada a partir de 1929, permite que parte das terras dedicadas à cultura de exportação sejam "... convertidas para a produção de matérias-primas agrícolas destinadas ao mercado urbano-industrial em rápida expansão. Mas a estrutura fundiária permanece extremamente concentrada (...).

No final dos anos 50, após um período de intenso crescimento industrial e de urbanização, marcado por desequilíbrios e pressões inflacionárias, a economia entra em crise, com a taxa de crescimento industrial acusando acentuado declínio. Um grande debate teve lugar, na época, sobre as causas destes problemas" (ROMEIRO, 1991:12).

A questão agrária na controvérsia do desenvolvimento

Antes de se discutir a problemática dos rumos do (sub)desenvolvimento brasileiro - sendo a questão agrária não resolvida um dos principais fatores limitantes à industrialização do país (KAGEYAMA, 1994) - aborda-se, sucintamente, a importância histórica do emprego rural na definição do perfil da distribuição de renda em economias que se industrializam (ROMEIRO, 1991).

O desenvolvimento do capitalismo no campo, nos principais países capitalistas, ocorreu em condições nas quais o êxodo rural correspondeu à expansão das oportunidades de emprego no setor urbano-industrial que, aliadas às facilidades de acesso à terra, promoveram uma escassez permanente de mão-de-obra, elevando, dessa forma, os salários no meio rural, incentivando a modernização da agricultura. De acordo com ROMEIRO (1991), nos países capitalistas centrais "... os fatores de atração para as cidades foram

mais importantes do que os fatores de expulsão do campo. Mas isto se deveu a uma série de fatores político-institucionais que garantiram amplo acesso à terra ..." (ROMEIRO, 1991:4).

Essa facilidade de acesso à terra em países como os Estados Unidos e o Japão garantiu a oportunidade de geração de empregos no meio rural, regulando a oferta de mão-de-obra e melhorando as condições de vida da classe trabalhadora nesses países. No caso dos países com industrialização tardia, como o Brasil, a realidade é bem diferente. A dificuldade de acesso à terra, criada pela política de valorização do latifúndio, proporcionou o surgimento de um excedente de trabalho incapaz de ser absorvido pelo setor urbano-industrial emergente, gerando uma pressão negativa sobre o nível dos salários, tanto urbanos como rurais.

Portanto, de acordo com ROMEIRO (1991), a "... estrutura agrária concentrada, baseada no grande latifúndio, foi vista como a causa dos desequilíbrios e pressões inflacionárias e como um obstáculo à continuidade do processo de crescimento econômico. O grande latifúndio não teria sido suficientemente dinâmico para fazer com que o setor agrícola cumprisse o papel que lhe coube no processo de desenvolvimento das nações desenvolvidas, (...) a reforma agrária era vista como pré-condição indispensável para a expansão da agricultura capitalista moderna" (ROMEIRO, 1991:13).

Para VEIGA (1990), a partir do momento em que o crescimento econômico dos países capitalistas passa a ser fundamentalmente intensivo, o "... rápido aumento da produtividade e a produção em massa engendraram substanciais mudanças nos padrões de consumo e tornaram o poder aquisitivo dos salários um componente central da demanda" (VEIGA, 1990:5). O barateamento dos alimentos também não foi problema, tendo sido atingido pelo desempenho da agricultura desses países, proporcionado por uma deliberada promoção da agricultura familiar, através da redistribuição das terras.

O mesmo Autor (1990) entende que não "... houve, portanto, qualquer conflito entre crescimento e distribuição de renda na etapa que precedeu a 'idade de ouro' do capitalismo central. Pelo contrário, uma intensa desconcen-

tração de renda formou os alicerces do crescimento sustentado dos anos 1950 e 1960..." (VEIGA, 1990:5). O próprio Governo dos Estados Unidos, à época, veria na Reforma Agrária uma política eficaz para arrefecer o "potencial" revolucionário comunista nos países latino-americanos, após a Revolução Cubana (ROMEIRO, 1991). Porém, como se verá a seguir, embora a Reforma Agrária estivesse presente no debate em torno das políticas necessárias para romper com o atraso da agricultura brasileira, e portanto, como alternativa para resolver a crise agrária, foi outro o caminho traçado pelos tomadores de decisão.

Para MANTEGA (1987), a controvérsia sobre o desenvolvimento econômico brasileiro, na qual estava inserida a questão agrária, "... travava-se entre uma corrente que defendia o liberalismo econômico, preocupada em garantir a 'vocação agrária' do Brasil, e uma outra corrente desenvolvimentista, que pregava a intervenção do Estado na economia para implementar a industrialização do País..." (MANTEGA, 1987:11). A corrente de pensamento liberalista limitou-se a repetir os velhos princípios da regulação automática do mercado e a teoria das vantagens comparativas. A novidade ficava por conta dos desenvolvimentistas, que encontrariam na Comissão Econômica para a América Latina-CEPAL o rumo para elaboração e divulgação de novas idéias (MANTEGA, 1987).

Essas idéias convergiam para o entendimento da "... impossibilidade de a economia brasileira sair da estagnação econômica na qual se encontrava mergulhada (...), caso não viesse a sofrer profundas modificações estruturais. Furtado e Rangel culpavam o caráter monopolista da estrutura industrial brasileira, com grande concentração de capital, produção em larga escala e baixa absorção de mão-de-obra, (...). Já o PCB e Werneck Sodré responsabilizavam a estrutura agrária semifeudal⁵ brasileira por obstaculizar o desenvolvimento das forç s produtivas. Enquanto Prado Jr. atribu ia as dificuldades do país   condição de semicolonial e   exploração imperialista, (...). Assim para tirar a economia brasileira da estagnação seria preciso, para uns, as reformas

⁵ O Autor refere-se   análise que os teóricos do Partido Comunista Brasileiro-PCB faziam, na década de 50, a respeito da estrutura agrária brasileira, caracterizada pelo domínio do latifúndio e do imperialismo.

de base e a expansão do mercado interno, para outros a reforma agrária, o incentivo à indústria nacional e a expulsão do imperialismo, ou ainda, para Frank Marini, a Revolução Socialista" (MANTEGA, 1987:17).

Num ensaio recente, KAGEYAMA (1993) se posiciona sobre a questão agrária e seus reflexos sobre o desenvolvimento, procurando mostrar que, "... além da propriedade da terra, a questão agrária brasileira é também uma 'questão populacional', nela residindo, até hoje, as causas da pobreza e do êxodo rural" (KAGEYAMA, 1993:5). Para tanto, analisa o pensamento de vários autores considerados clássicos na literatura pertinente à economia rural do País. Com esta análise o autor deste ensaio concorda e a considera significativa para compreender a evolução e as dimensões atuais do problema agrário brasileiro.

Para KAGEYAMA (1993), o pensamento de Ignácio Rangel movia-se no sentido do "... processo de industrialização como um processo de passagem da economia natural fechada para uma economia de mercado, o que se dá com duas profundas transformações no sistema econômico: o aumento na divisão social do trabalho, implicando mudanças institucionais e tecnológicas; e uma realocação dos fatores produtivos, para viabilizar a substituição de importações (...).

(A) No contexto geral do processo de industrialização, as funções da agricultura seriam de duas ordens: suprir os bens necessários à demanda interna e externa e regular o mercado de trabalho na economia, liberando, retendo ou absorvendo mão-de-obra de acordo com as necessidades do próprio setor agrícola e dos outros setores da economia. É no cumprimento desta segunda função que desajustes ou descompassos dão origem a uma questão agrária 'populacional' (KAGEYAMA, 1993:6). Ocorre que, com a desagregação do complexo rural na passagem para uma agricultura capitalista, na qual o mercado interno assume importância crescente, a mão-de-obra liberada do campo não foi devidamente absorvida pelos novos setores da economia, residindo aí a origem da questão agrária brasileira.

Ainda de acordo com a análise de KAGEYAMA (1993), Alberto Passos Guimarães vê na herança feudal do latifundismo brasileiro a grande responsável pelo atraso do desenvolvimento capitalista. Por outro lado, "... a rigidez do monopólio da terra constituiria a causa direta do deslocamento da população rural, incapaz de estabelecer-se produtivamente no campo, para as áreas urbanas. Em resumo, os resíduos dos restos arcaicos de produção associados à rigidez da estrutura fundiária estão na origem da questão agrária" (KAGEYAMA, 1993:8). A Reforma Agrária teria como objetivo destruir as relações do tipo feudal da agricultura brasileira. A esse respeito, Alberto Passos Guimarães, citado em KAGEYAMA (1993), entende que, a "... negação ou mesmo a subestimação da substância feudal do latifundismo brasileiro retira da reforma agrária sua vinculação histórica, seu conteúdo dinâmico e revolucionário.

Esse conteúdo dinâmico e revolucionário, na presente etapa da vida brasileira, expressa-se pelo objetivo principal pela reforma agrária, que é o de extirpar e destruir em nossa agricultura, as relações do tipo feudal e não as relações de produção do tipo capitalista" (KAGEYAMA, 1993:8).

Na verdade, lendo a obra de Alberto Passos Guimarães⁶, compreende-se o verdadeiro sentido de sua análise, qual seja a contrapor-se a uma corrente de autores, que acreditavam existir no Brasil, desde os primórdios de sua colonização, relações predominantemente capitalistas de produção, sendo necessário na visão desses autores, o desenvolvimento do próprio capitalismo, o que não implicaria, necessariamente, a realização da Reforma Agrária.

A análise da questão agrária em Caio Prado Jr. passou por dois momentos diferentes. No primeiro, em 1960, a questão agrária confundia-se com a concentração fundiária. A solução compreendia uma Reforma Agrária diferente da proposta por Alberto Passos Guimarães, já que não existiam, segundo o Autor, "restos feudais" de produção na agricultura brasileira. Para KAGEYAMA (1993), as soluções para a questão agrária em Caio Prado Jr. "... deveriam

⁶ Quatro séculos de latifúndio. 4 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 255p.

passar, portanto, e sobretudo, pela instância jurídica da reforma e fiscalização da legislação relativa ao direito de propriedade e as relações trabalhistas dentro dos marcos do capitalismo..." (KAGEYAMA, 1993:9).

Porém, é no segundo momento, após 1964, que o enfoque especificamente capitalista da questão agrária brasileira se destaca na obra de Caio Prado Jr. Para KAGEYAMA (1993), a "... adoção de uma interpretação marxista (ou do método do materialismo histórico) para analisar a formação econômica do país leva o autor a colocar em primeiro e fundamental plano as relações sociais de produção, que constituirão o centro de determinação das características do sistema econômico" (KAGEYAMA, 1993:10).

De acordo com o pensamento de Caio Prado Jr., citado em KAGEYAMA (1993), a "... questão fundiária apresenta-se, agora, subsidiariamente como um dos determinantes dos baixos salários, (...). Assim, não seria pela ocupação parcelária ou individual da terra que os trabalhadores rurais superariam suas precárias condições de existência, mas aquilo pelo que aspiram e o que reivindicam, o sentido principal de sua luta, é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego" (KAGEYAMA, 1993:10).

Mesmo não sendo a questão agrária o elemento central na análise de Celso Furtado, muitos dos problemas estruturais do desenvolvimento econômico brasileiro diziam respeito à agricultura. Para KAGEYAMA (1993), "... o autor procura mostrar como o caso brasileiro diverge do modelo 'clássico' de desenvolvimento agrícola capitalista, baseado no crescimento da demanda por excedentes agrícolas e na forte absorção de mão-de-obra rural pelas zonas urbanas a níveis mais altos de salários. Aqui, ao contrário, a abundância de terra e a oferta elástica⁷ de mão-de-obra na agricultura permitiram uma extrema concentração da propriedade e um regime de salários ínfimos para a população rural" (KAGEYAMA, 1993:13).

Nas palavras de Celso Furtado, citado em KAGEYAMA (1993), "... o baixo custo da mão-de-obra transforma-se em barreira à penetração do pro-

⁷ Significando um excedente estrutural de mão-de-obra (KAGEYAMA, 1993).

gresso técnico, perpetuando-se uma agricultura de altos e crescentes custos sociais, responsável pela depredação dos recursos do país. Como a estagnação do nível de vida da massa rural contribui para deprimir os salários urbanos e são estes que determinam a evolução da demanda de produtos agrícolas, tampouco por este lado surgem possibilidades de ruptura do impasse atual" (KAGEYAMA, 1993:13).

Portanto, de acordo com o pensamento de KAGEYAMA (1993), é no plano da população e não somente na concentração fundiária, que se pode analisar a questão agrária brasileira, "... seja sob a forma de um excedente estrutural de mão-de-obra (população sobrando de Rangel), seja sobre as formas extorsivas e extra-econômicas de exploração do trabalho (Alberto Passos), seja sob o sistema de baixos salários e desamparo legal que perpetua a pobreza rural (Caio Prado e Celso Furtado)" (KAGEYAMA, 1993:15).

Todavia, o contexto no qual se procurou resolver a questão agrária brasileira, expressa nas limitações colocadas por esses autores e agravada com a crise da economia cafeeira e, portanto, da monocultura de exportação, não passou pela realização de mudanças estruturais significativas, ao contrário, buscou-se no processo de modernização da agricultura⁸ alternativa às propostas de Reforma Agrária que se fortaleciam no final dos anos 50 e início dos anos 60 - notadamente através das Ligas Camponesas no Nordeste⁹ - consideradas uma 'ameaça' ao poder da oligarquia rural brasileira (KAGEYAMA, 1993).

A modernização da agricultura brasileira é considerada como "modernização conservadora", porque prescindiu das reformas estruturais necessárias ao desenvolvimento econômico propriamente dito, contrário ao crescimento econômico, que concentra riqueza e privilégios. A modernização ocorreu através da importação de uma tecnologia poupadora de mão-de-obra

⁸ A modernização da agricultura brasileira caracterizou-se pelo "... processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra, a partir da importação de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade" (KAGEYAMA et al. 1987: 7).

⁹ As Ligas Camponesas surgem no Nordeste na década de 40, através da resistência dos camponeses contra as ameaças dos latifundiários em expulsá-los das terras em que trabalhavam. (Panini, 1990).

que, aliada à concentração das terras, gerou um êxodo rural significativo, aumentando a pobreza e diminuindo a produção de alimentos.

A partir da década de 40, aumentam as mobilizações dos camponeses contra o caráter excludente da modernização, proporcionando o surgimento de várias organizações de base da classe trabalhadora rural. De acordo com ROMEIRO (1991), a "... resposta do sistema político dominante à intensificação desses movimentos foi a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que estendia aos trabalhadores rurais a legislação social que já beneficiava os trabalhadores urbanos. Ao mesmo tempo, procurou-se enquadrar os movimentos sindicais rurais nos mesmos moldes dos sindicatos urbanos, isto é, sob a tutela do Estado e sem direito a greve" (ROMEIRO, 1991:13).

Cabe destacar a influência significativa da Igreja Católica Romana, na conscientização e mobilização dos camponeses na luta pela Reforma Agrária, primeiramente através do Movimento de Educação de Base (MEB) na década de 60 e, posteriormente, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975. Para a Igreja, a "terra é para quem nela trabalha" e, portanto, não deveria ser objeto de negócio.

Para PANINI (1990), essas "... organizações, que unem camponeses e operários das cidades, representam o ponto alto do longo processo de conscientização, organização e luta dos trabalhadores, que em nível nacional é desencadeado no alvorecer do Estado Novo" (PANINI, 1990:65). O famoso "comício das reformas", em março de 1964, expressaria o elevado entendimento da crise brasileira por parte da classe trabalhadora do campo e da cidade. Isso, certamente, representava um risco ao poder absoluto da elite dominante.

Por parte do Governo de João Goulart, promulgam-se dois decretos, num dos quais estava prevista a desapropriação de 10km ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União, acenando-se com a possibilidade de realização da Reforma Agrária.

Mas, de acordo com LARANJEIRA (1983), o Governo queria mais, e, em 15 de março de 1964, reafirmou a necessidade da Reforma Agrária e

pleiteou, para promovê-la, a aprovação de Emenda à Constituição, nos seguintes termos:

- "... ficam supressas no (sic) texto do parágrafo 16, do artigo 141 a palavra 'prévia' e a expressão em 'dinheiro';
- O artigo 147 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

O uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social. A União promoverá a justa distribuição da propriedade e seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social, 'segundo os critérios que a lei estabelecer' (LARANJEIRA, 1983:85).

Nesse contexto, uma coligação civil-militar investe e toma o poder através do golpe de 1964, aniquilando as expectativas das camadas populares e instaurando um longo período de vinte e um anos de repressão e arbítrio (PANINI, 1990).

Diante das decisões tomadas na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada em Punta del Este em 1960, na qual seus signatários assumiram o compromisso de realizar Reformas Agrárias integrais em seus países, e ainda, da própria mobilização da sociedade na luta pelas reformas estruturais, o Governo decide elaborar uma Lei Agrária, de acordo com os critérios emanados dos Estados Unidos.

De acordo com PANINI (1990), "... o Governo Militar, fazendo frente à nova situação social e procurando deter a organização das massas populares, promulga:

- 1) A Emenda Constitucional número 10, de 10 de novembro de 1964, que dá autonomia ao Direito Agrário e torna-o de competência exclusiva da União. Estabelece também que a indenização das desapropriações para fins de interesse social serão feitas em títulos da dívida pública;
- 2) A Lei 4.504, de 30 de novembro do mesmo ano, ou seja, o Estatuto da Terra" (PANINI, 1990:74).

Para SILVA (1986), desde sua elaboração, o Estatuto da Terra contou com diversos acréscimos sobre colonização, crédito rural, assistência técnica, irrigação e até mesmo inseminação artificial, permitindo que aquele diploma deixasse de "... ser uma Lei de reforma agrária para ser uma 'Lei de desenvolvimento rural', um conceito suficientemente amplo e 'neutro' (...). Definida essa estratégia de diluição da reforma, a tática utilizada foi a de dar prioridade a implantação das políticas agrícolas que possibilitaram a 'modernização conservadora' dos anos 1965/85" (SILVA, 1986:66).

Iniciada no pós-guerra com a importação de máquinas e produtos químicos, a modernização da agricultura brasileira proporcionou uma mudança na base técnica de produção antes internalizada no complexo rural. A fase seguinte, caracterizada pela industrialização da agricultura, teve como pano de fundo os conceitos emanados dos países desenvolvidos com base na revolução verde, através da qual acreditava-se que estaria resolvido o problema do desenvolvimento das nações atrasadas. A revolução verde significou a utilização de variedades de cultivares altamente produtivos e resistentes, quando associados a pesadas doses de adubos inorgânicos e herbicidas e outros agrotóxicos, direta ou indiretamente dependentes do petróleo (HOBBLINK, 1990).

Para KAGEYAMA et al. (1987), a "... 'industrialização da agricultura', envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo da produção semelhante a uma indústria, como uma 'fábrica' que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção. (...). A agricultura industrializada, (...), para produzir (...) depende dos insumos que recebe de determinadas indústrias; e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação. (...). O processo de industrialização da agricultura é qualitativamente diferente porque torna o processo de modernização irreversível" (KAGEYAMA et al., 1987:1).

Ainda segundo a mesma autora (1987), a "... industrialização da agricultura supõe, além da existência do D1 (departamento de produtos de bens de

capital e insumos para a agricultura), a própria agricultura moderna. Pelo aprofundamento da divisão do trabalho a agricultura se converte assim num ramo da produção, que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais. O processo de produção deixa em grande medida de ser artesanal e passa a ser regido (pelo menos) pela cooperação simples, como na manufatura; o processo de trabalho deixa de ser individual para se tornar coletivo, ..." (KAGEYAMA et al., 1987:10).

MULLER (1989), utiliza a expressão industrialização do campo "... para designar a extensão do modo industrial de produzir na agricultura, (...). Neste sentido, o termo expressa certa independência da produção agrícola em relação às limitações naturais (reprodutibilidade da fertilidade da terra, diminuição do tempo de produção graças ao emprego de conhecimentos da engenharia genética, por exemplo) e à destreza do trabalho humano (emprego de máquinas, implementos, herbicidas, por exemplo)" (MULLER, 1989:66-67).

Este processo de industrialização da agricultura brasileira levou a uma fase de intenso crescimento da economia, no período de 1963/73, denominado de "milagre brasileiro", no qual se observou expressivo aumento da produção agrícola, levando a que muitos acreditassem que a questão agrária estaria resolvida simplesmente com o aumento da produção agrícola. Cabe destacar a participação efetiva do Estado nesse processo, como poder regulador, mas sem estar acima dos interesses das classes, podendo ser apropriado por distintos capitais (DELGADO, 1985).

Os instrumentos reguladores eram, entre outros, a política cambial, a pesquisa e a extensão rural e o crédito rural subsidiado de longo prazo através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), considerado como o principal instrumento da política de modernização conservadora até os anos 70.

Porém, de acordo com SILVA (1989), "... muitas vezes a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária (...).

Em poucas palavras, a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se

produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção¹⁰: como se produz, (...).

No equacionamento da questão agrícola, as variáveis importantes são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organiza o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais; a produtividade das pessoas ocupadas no campo etc.

! A força com que a questão agrária ressurgiu hoje (...) advém (...) do fato de que ela vem sendo agravada pelo modo como têm se expandido as relações capitalistas de produção no campo ..." (SILVA, 1989:11).

De acordo com SILVA (1985), o desenvolvimento capitalista da agricultura brasileira nas décadas de 70 e 80, "... inverteu o sinal das crises agrícola e agrária. No final dos anos cinquenta, a preocupação era com a insuficiência da oferta de alimentos e matérias-primas, e com o excesso de gente nos campos.

Nos anos oitenta, as preocupações são inversas: sobra gente nas cidades e falta nos campos; e sobram alimentos e matérias-primas, embora haja muita gente com fome. Acontece que como o poder aquisitivo da maioria da população é muito baixo, ao nível de preços atuais, a produção é mais do que suficiente para satisfazer à demanda, embora seja pequena frente a sua capacidade potencial" (SILVA, 1985:33-34).

A proposta de SILVA (1985), seria, portanto, a realização de uma efetiva Reforma Agrária, através da desapropriação por interesse social dos latifúndios improdutivos, de modo a permitir a correção das distorções atuais da estrutura agrária brasileira. A capacidade de geração de empregos e a contenção do êxodo rural-urbano, inerentes ao processo de Reforma Agrária, por si sós, habilitam-na como medida urgente para o caso brasileiro. Além disso,

¹⁰ As relações de produção que se estabelecem entre os indivíduos no processo de produção, juntamente com as forças produtivas (conhecimento e habilidades do homem mais os meios de produção), constituem o modo de produção de determinada sociedade. (Soares, 1985).

"... o custo de geração de um emprego na agricultura é bastante inferior ao da indústria, especialmente nos setores capital-intensivos" (SILVA, 1985:34).

Para VEIGA (1990), "... o que o 'milagre' mostrou foi que existia a possibilidade de um novo surto de crescimento por uma via bem diferente daquela proposta pelos estruturalistas. Mas ele não deu garantia quanto ao futuro. Não mostrou se pode haver crescimento sustentado com uma expansão do mercado centrada no consumo dos ricos e do estrangeiro e não no consumo popular, como aconteceu em todos os países centrais. Em outras palavras, não existe evidência histórica de que a economia capitalista possa atingir a maturidade sem que seja revertido o padrão de repartição da riqueza que caracteriza sociedades como a brasileira" (VEIGA, 1990:20).

Os desdobramentos recentes do processo de industrialização culminaram com a constituição dos chamados complexos agro-industriais (CAI's), caracterizados, de acordo com KAGEYAMA et al., (1987), "... por atividades fortemente relacionadas entre si (por compras e vendas) e fracamente relacionadas com o resto das atividades..." (KAGEYAMA et al., 1987:3).

Para SILVA (1989), o novo padrão produtivo que emerge a partir dos CAI's representa a própria superação do corte analítico agricultura/indústria, de modo que perde o sentido falar-se em setor agrícola e setor industrial como unidades de análise em si. O mesmo autor (1991) acredita que, antes de "... mais nada é preciso distinguir dois usos distintos que se tem feito no Brasil do termo Complexo Agro-industrial. O primeiro, claramente inspirado nos conceitos de 'agribusiness' e de sistema agroalimentar, refere-se a um complexo, o CAI. A outra abordagem, derivada do conceito de complexo rural, refere-se aos vários complexos agro-industriais - os CAI's. (...) O uso às vezes abusivo desses termos, já provocou pelo menos duas linhas claras de resistência. A primeira, dos que argumentam contra a 'recência' do CAI, baseados na existência de agroindústrias de longa data no país. E a segunda dos que protestam contra a 'caificação' da agricultura brasileira, baseados no fato da grande maioria dos nossos produtores rurais não poderem ser considerados sequer modernos" (SILVA, 1991:11).

GUIMARÃES (1977) foi o primeiro autor a utilizar-se do termo complexo agro-industrial no Brasil, baseado nas análises sobre o crescente relacionamento da agricultura com o setor industrial a montante e a jusante. Dessa análise surgiu a idéia de "tesoura dos preços", na qual o agricultor estaria preso. Para trás, com a indústria de insumos fortemente oligopolizada e, para frente, com a "... agroindústria processadora também oligopolizada, que tem ligações específicas com os agricultores e que é dispersa no espaço, o que lhe confere um poder monopsônico¹¹ na compra de matérias-primas, estabelecendo não só preço mas o tipo e padrão dos produtos" (SILVA, 1991:11). A compressão na renda dos produtores gerada nesse processo inviabilizaria, na avaliação de GUIMARÃES (1977), a produção capitalista no campo.

Outros autores também utilizaram a expressão complexo agro-industrial para designar o crescente relacionamento da agricultura com o setor industrial. Para MULLER (1989), "... o CAI é uma unidade de análise do processo sócio-econômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes e, os grupos sociais" (MULLER, 1989:46).

DELGADO (1985) entende o CAI como um processo de mudança na base técnica da agricultura, a partir do final da década de sessenta. Essa "... mudança significa que a agricultura torna-se crescentemente menos dependente do laboratório natural da terra e da força de trabalho rurais, e simultaneamente mais articulada, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais" (DELGADO, 1985:19).

SILVA (1991), analisando os trabalhos de MULLER (1989) e DELGADO (1985), entende que, para estes autores, o Estado atuou como o grande regulador das atividades ao nível do CAI, "... tornando-se assim o 'capitalista financeiro' por excelência, o planejador global que dá condições privi-

¹¹ Significa a existência de apenas um comprador, que determina os preços da matéria prima (FERGUSON, 1990).

GUIMARÃES (1977) foi o primeiro autor a utilizar-se do termo complexo agro-industrial no Brasil, baseado nas análises sobre o crescente relacionamento da agricultura com o setor industrial a montante e a jusante. Dessa análise surgiu a idéia de "tesoura dos preços", na qual o agricultor estaria preso. Para trás, com a indústria de insumos fortemente oligopolizada e, para frente, com a "... agroindústria processadora também oligopolizada, que tem ligações específicas com os agricultores e que é dispersa no espaço, o que lhe confere um poder monopsônico¹¹ na compra de matérias-primas, estabelecendo não só preço mas o tipo e padrão dos produtos" (SILVA, 1991:11). A compressão na renda dos produtores gerada nesse processo inviabilizaria, na avaliação de GUIMARÃES (1977), a produção capitalista no campo.

Outros autores também utilizaram a expressão complexo agro-industrial para designar o crescente relacionamento da agricultura com o setor industrial. Para MULLER (1989), "... o CAI é uma unidade de análise do processo sócio-econômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes e, os grupos sociais" (MULLER, 1989:46).

DELGADO (1985) entende o CAI como um processo de mudança na base técnica da agricultura, a partir do final da década de sessenta. Essa "... mudança significa que a agricultura torna-se crescentemente menos dependente do laboratório natural da terra e da força de trabalho rurais, e simultaneamente mais articulada, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro, com a indústria processadora de produtos naturais" (DELGADO, 1985:19).

SILVA (1991), analisando os trabalhos de MULLER (1989) e DELGADO (1985), entende que, para estes autores, o Estado atuou como o grande regulador das atividades ao nível do CAI, "... tornando-se assim o 'capitalista financeiro' por excelência, o planificador global que dá condições privi-

¹¹ Significa a existência de apenas um comprador, que determina os preços da matéria prima (FERGUSON, 1990).

legiadas a alguns setores, em termos de crédito, financiamento, preços, administração das margens, de modo a possibilitar a cada um dos agentes econômicos da cadeia (...) a obtenção de uma taxa média de lucro" (SILVA, 1991:12).

O mesmo autor entende que há pelo menos duas observações a fazer acerca do entendimento da dinâmica atual da agricultura brasileira ao nível de um macro complexo, o complexo agro-industrial - CAI. A primeira sugere que o Estado não possui a capacidade de planificação, a que se referem Muller e Delgado. Ao contrário, o Estado atua no sentido de distintos interesses, através de *lobbies* diferentes. A segunda diz respeito ao nível alto de agregação do CAI ao englobar, "... além da agricultura em sentido lato, as indústrias a ela vinculadas e a agroindústria; e depois apenas as empresas ou grupos econômicos, conglomerados, grupos de empresas, etc. O emprego do macro-complexo CAI visa assim, apenas substituir o 'velho agregado' setor agrícola enquanto unidade analítica" (SILVA, 1991:12).

Ainda segundo SILVA (1991), faz-se necessária a delimitação da dinâmica atual da agricultura ao nível dos diversos complexos agro-industriais - CAI's (CAI carnes, CAI laranja, CAI sucro-alcooleiro, dentre outros), de modo a permitir tratar os CAI's "... como o resultado datado de um processo de transformação em curso, não necessariamente final ou estático; (...), impõe que a sua delimitação seja multideterminada, tornando flexível a inclusão/exclusão de seus componentes em função do uso a que se destina" (SILVA, 1991:16).

Essa visão dos CAI's como um processo em transformação permite estender a análise para a atual tendência de valorização do capital no campo baseada nos complexos agro-bioindustriais. Para SILVA (1991), "... as indústrias de base biológica não apenas têm um lugar garantido na indústria alimentar do futuro, como também devem ampliar seu espaço no chamado D1 da agricultura (indústria de sementes e matrizes, vacinas, defensivos e fertilizantes etc)..." (SILVA, 1991:11).

HOBBLINK (1990) diz que é comum apresentar-se a "... biotecnologia como solução para ajudar os países em desenvolvimento para que aumentem sua produção de alimentos, (...). Porém (...) se analisa criticamente o contexto internacional no qual está se desenvolvendo essa tecnologia, chegando-se a conclusão que provavelmente a biotecnologia fará com que aumente ainda mais a dependência do Terceiro Mundo em respeito ao Norte e marginalizará ainda mais os camponeses pobres, tanto no hemisfério norte como no sul (...).

A biotecnologia fará decrescer o tempo necessário para produzir e distribuir comercialmente novos cultivares de plantas. A perda e a extinção de variedades 'primitivas' e tradicionais, atualmente utilizadas, se acelerará, provavelmente, em consequência da sua substituição pelos novos cultivos da biotecnologia" (HOBBLINK, 1990:19-33), limitando os espaços de sobrevivência da produção camponesa. Alguns autores, como CASTRO (1994), acreditam não haver espaço para a sobrevivência do campesinato fora da dinâmica dos referidos complexos, mesmo que de forma integrada mas subordinada.

Cabe ressaltar que o processo de modernização do agro brasileiro ocorreu de forma parcial, em determinadas regiões, somente em alguns produtos e, ainda, em determinadas fases do ciclo econômico, promovendo profundas desigualdades regionais, a marginalização da produção de alimentos básicos e a sazonalidade do emprego rural. Além disso, aprofundou o processo de centralização da renda social e de concentração das terras, negando a fração significativa da população brasileira as condições mínimas de cidadania.

Com base nos dados recentes de uma pesquisa realizada pela geógrafa Dora Hess, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, divulgada durante a Semana Nacional do Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1994, os estabelecimentos com medida superior a mil hectares correspondiam a menos de 1% do total e ocupavam 43,73% da área rural do País. Por outro lado, os estabelecimentos com dez hectares representavam 52,83% e ocupavam apenas 2,6% da área. Apesar disto, sabe-se da elevada importância da pequena propriedade no nível do produto gerado, principalmente, no que se refere à produção de produtos da cesta básica.

De acordo com a Pesquisadora, essa concentração de terras tem provocado uma pressão fortíssima sobre o êxodo rural, agravando os problemas nas cidades, resultando na presença de 21% de indigentes na população brasileira. No que se refere à renda, a pesquisa mostrou uma superconcentração, na qual 10% dos pobres detinham apenas 0,8% da renda, enquanto 10% dos ricos ficavam com 48%.

Portanto, a ocorrência do desenvolvimento do capitalismo no Brasil não dependeu, necessariamente, de reformas estruturais. A ausência de um efetivo processo de Reforma Agrária não impediu que o capital fosse aos poucos criando, ao seu modo, os respectivos mercados para seus produtos na agricultura (DELGADO, 1985). O pouco realizado no sentido de transformação da estrutura fundiária brasileira foi feito, visando a arrefecer tensões sociais provocadas pelo alto índice de concentração fundiária vigente, apresentando, historicamente, um índice de Gini¹² em torno de 0,84% (INCRA, 1987).

Existe uma questão conceptual importante sobre a forma como o capitalismo se desenvolveu na agricultura nas duas últimas décadas, culminando no problema agrário brasileiro. Para Stédile (1994), a existência da grande propriedade, do latifúndio, não representou nenhum empecilho ao desenvolvimento do capitalismo, "... ao contrário, possibilitou que o capitalismo se desenvolvesse de uma maneira mais rápida e mais concentrada (...), o fato de existirem grandes propriedades facilitou que se implantasse de maneira mais rápida o crédito rural, que se implantasse uma modernização mais rápida, a mecanização e a monocultura" (Stédile, 1994:312).

Para Stédile (1994), essa forma como se desenvolveu o capitalismo na agricultura brasileira "... acabou com as alternativas para a pequena propriedade, de um outro modelo de agricultura" (Stédile, 1994:315). Com a introdução

¹² O "... Índice de Gini é uma medida de desigualdade na distribuição. Seus valores vão de 0 a 1. Quanto mais se aproxima de 1, maior a desigualdade. Aqui cabe uma ressalva que o Índice de Gini não inclui os trabalhadores rurais sem terra, ou seja, trata-se de uma distribuição entre aqueles que tem terra. Além da ressalva, cabe observar que o índice pode não refletir o real estado de distribuição das terras de certa região. Para dar um exemplo hipotético, suponhamos que determinado país tenha 10 proprietários de terra, com 1.000ha cada um; o Índice de Gini, neste caso é igual a zero, o que não reflete a concentração da propriedade da terra nas mãos de um punhado de grandes proprietários" (HEERBER et al. 1987:77).

da agroindústria, houve uma mudança significativa nos hábitos alimentares da população, e uma perda da autonomia produtiva dos pequenos agricultores, pelas limitações interpostas pelo mercado em grande parte voltado para a exportação.

O mesmo autor (1994) estima que 354 milhões de hectares das melhores terras no Brasil já estão titulados, sendo que apenas 64 milhões são efetivamente explorados, no contexto de uma população rural economicamente ativa de 23 milhões de trabalhadores.

(Em resumo, o problema agrário brasileiro permanece e agrava-se, com reflexos extremamente negativos, tanto no campo como nas cidades, e não é possível afirmar se, sem a participação decisiva do Estado financiando o núcleo dinâmico da agricultura brasileira, expresso nos CAI's, este segmento dará conta de resolvê-lo, no contexto de um modelo de desenvolvimento exaurido. \

Por outro lado, ressurge o debate da Reforma Agrária como alternativa para solucionar questões como a miséria, a fome e o êxodo rural. Mas, para saber-se das possibilidades da Reforma Agrária como estratégia para resolver o problema agrário nacional, faz-se necessário compreender o tratamento a ela dispensado pelos diferentes governos e pela legislação.

PARTE 2

CRÍTICA À REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E NO CEARÁ: NATUREZA, CARACTERÍSTICAS E ABRANGÊNCIA

Nesta parte do trabalho procura-se analisar a Reforma Agrária no ordenamento jurídico do País e também nas ações dos diferentes governos, bem como a lógica do processo de Reforma Agrária no Estado do Ceará a partir da "Nova República". Mostra-se que as dificuldades para o acesso à terra foram marcantes em todo o processo histórico brasileiro. Os espaços criados no sentido da Reforma (Estatuto da Terra, Planos Nacionais de Reforma Agrária-PNRA's) foram medidas insuficientes, porque dependentes de uma decisão política que não aconteceu.

As conseqüências e implicações da opção do Estado pela modernização do latifúndio foram a não realização de mudanças significativas na estrutura agrária do País e a adoção de um processo pontual de intervenção (regularização fundiária, colonização, assentamentos), que estabelecem um desafio para a sobrevivência destas áreas fruto da intervenção caso-a-caso, no contexto de uma agricultura modernizada e integrada aos CAI's.

I - BRASIL

Relativamente às ações governamentais no tocante à Reforma Agrária, que, apesar das limitações, teria no Estatuto da Terra de 1964 condições plenas para promover soluções definitivas à questão agrária brasileira, os resultados foram insignificantes. Mesmo antes da citada Lei, as oportunidades que surgiram no sentido de facilitar o acesso à terra não permitiram mudanças significativas no quadro de concentração fundiária no Brasil.

O Regime de Posses de 1822, citado no tópico anterior, promulgado em substituição ao Sistema de Sesmarias, permitiu aos pequenos posseiros o acesso às terras menos férteis e mais distantes dos centros comerciais. Por outro lado, mantém-se o princípio latifundiário das sesmarias, prevalecendo uma estrutura agrária defeituosa, com imensos latifúndios, impedindo o acesso à terra de um expressivo contingente da população rural (PANINI, 1990). A Lei de Terras, de 1850, sobrepõe-se ao Regime de Posses, complicando ainda mais a situação, na medida em que restringe o acesso às terras devolutas, através dos contratos de compra e venda.

Com a Proclamação da República, a questão agrária parece fácil de ser solucionada, na medida em que a maior parte das terras passa a pertencer à União. Porém, através da Carta Constitucional de 1891, delega-se aos estados a legislação sobre as terras devolutas. Costa Porto, citado em PANINI (1990), alerta para o fato de que os "... estados mais aquinhoados na partilha das terras devolutas seriam, exatamente, os do Norte e do Oeste - os menos desenvolvidos - e, politicamente, os mais frágeis. Ora, segundo o que mostra a experiência, em todos os tempos e lugares, quanto mais débil o poder estatal, maior a força de pressão dos grupos políticos, econômicos e sociais, transformando a autoridade em pobres marionetes, manobradas pela engrenagem de sua hipertrofia tentacular" (PANINI, 1990:46).

Essa situação de extrema concentração da posse da terra nas mãos de uma minoria, citada por HESS (1994), enquanto grande contingente de trabalhadores do campo ficariam à margem do processo econômico, sem condições mínimas de cidadania, gera uma série de conflitos em todo o País, dentre os quais podemos destacar a Rebelião de Canudos, no norte da Bahia, a Guerra do Contestado, no oeste de Santa Catarina, o Cangaço no sertão nordestino e a ocupação do Sítio Caldeirão no Estado do Ceará.

Dentre os acontecimentos mais recentes na busca de mudanças para o País, destacou-se a Rebelião dos Tenentes, na década de 30, que teve em Luís Carlos Prestes uma das figuras mais importantes, e papel decisivo na Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. No manifesto de Luís Carlos Pres-



tes, propunha-se uma revolução agrária e anti-imperialista, assumida pelos próprios camponeses, de modo a derrubar a oligarquia rural dominante (PANINI, 1990).

No que se refere aos textos constitucionais à época, apesar de a Constituição de 1891 prever a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, não define com precisão a aplicação dos termos. Além disso, as terras devolutas encontram-se em poder dos estados e não da União, enquanto as terras de particulares se encontram protegidas pelo inalienável direito de propriedade (PANINI, 1990).

Apesar das pressões dos camponeses por medidas que contemplassem a desapropriação por interesse social, as Constituições de 1934 e 1937 pouco inovam neste sentido. A de 1934, apesar de trazer um dispositivo admitindo a função social da propriedade, mantém a obrigatoriedade da indenização prévia e justa das áreas desapropriadas. Mas, logo na de 1937, este dispositivo é retirado.

A crescente movimentação dos camponeses na luta por seus direitos, a partir da década de 40, promoveu forte pressão sobre os membros da Assembleia Constituinte responsável pela elaboração da Constituição de 1946, que passa a exibir em seu texto:

- "É garantido o direito de propriedade, salvo caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro ..." - art. 141, p. 16.

- "O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá com observância do disposto no art. 141, p. 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos" - art. 147.

Para LARANJEIRA (1983), Apesar "... dessa plataforma, preparada pela Lei Maior do país, os ideais reformistas se desvaneceram frente ao conservadorismo de um parlamento que teria que implantar a lei ordinária da reforma e não a ditava.

Quinze anos haveriam de passar, sem a aprovação de nenhum dos inúmeros projetos que, até 1962, correram pelo Congresso Nacional, alvitando a instituir a reforma agrária ..." (LARANJEIRA, 1983:84).

Além disso, a instituição da prévia e justa indenização em dinheiro torna a desapropriação praticamente inviável, justificando a omissão do Estado, pela falta de recursos para o pagamento prévio em dinheiro. É somente no governo de João Goulart que ocorre uma crescente mobilização dos trabalhadores rurais na luta pela Reforma Agrária. A sinalização do governo no sentido de atender às reivindicações culminaram com o golpe militar de 1964 e a consequente ascensão dos militares ao poder.

Inesperadamente, e contrapondo-se ao que haviam combatido, os militares promulgam, em 30 de novembro do mesmo ano, o Estatuto da Terra. Para PANINI (1990), a "... partir de então, num contexto dominado pelo autoritarismo militar, as reivindicações das massas populares - vencidas e desativadas - encontram, aparentemente, solução nos dispositivos legais consubstanciados no Estatuto da Terra" (PANINI, 1990:74). Apesar dos avanços em relação à Carta Magna de 1946, ao dispor que o pagamento das indenizações será feito em Títulos da Dívida Agrária (TDA's) e não mais em dinheiro, o Estatuto mantém o dispositivo da indenização prévia e justa, o que gera uma controvérsia indelével a respeito do "justo preço", protelando as desapropriações.

Ocorre que a não vinculação do "justo preço" ao valor declarado pelo expropriado, para efeito do pagamento do Imposto Territorial Rural - ITR, permite ao proprietário do imóvel contestar na justiça o valor pago a título de indenização, argumentando-se que o mesmo deveria coincidir com o preço de mercado. Defende-se desta forma, "... como legítima a utilização da terra na qualidade de bem destinado à especulação, ao investimento (...) instaura-se, (...), uma nova modalidade de compra e venda de imóveis" (PANINI, 1990:85-86).

Para SILVA (1985), apesar da promulgação do Estatuto Da Terra, "... não se preconizava (...) destruir o latifúndio de forma radical, (...) Tratava-se, na

verdade, de superar lentamente, a partir de uma série de estímulos especiais, certas contradições que a propriedade improdutiva da terra gerava para o capitalismo. Tratava-se, na verdade, de uma modernização conservadora do próprio latifúndio, razão pela qual o Estatuto não é uma lei de reforma agrária, mas de desenvolvimento rural, como deixa claro o item 18 da mensagem 33: 'Não se contenta o projeto em ser uma lei de Reforma Agrária. (...) é uma lei de Desenvolvimento Rural' (SILVA, 1985:69).

Seguindo a análise de SILVA (1985), verifica-se um momento único na legislação, em que há um rompimento com a história da anti-reforma pós-64, o Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969, que retirava a exigência da indenização prévia das desapropriações. Além disso, estabelecia um rito sumário de 48 horas para que a justiça deferisse a petição expropriatória e, ainda, inovava, introduzindo o valor declarado pelo proprietário para fins de pagamento do ITR, como parâmetro para as indenizações.

Todavia, apesar dos instrumentos jurídicos deixados pelo governo de Costa e Silva, considerados pelos especialistas internacionais como apropriados para execução de uma verdadeira Reforma Agrária (SILVA, 1985), quase nada é realizado neste sentido pelos governos seguintes. Assim, de acordo com PANINI (1990), "... entre os anos de 1965 e 1981, houve apenas 93 decretos de declaração por 'interesse social'. (...) nos anos de 1967 e 1979 não há qualquer decreto de desapropriação, e em 1968 e 1970 há apenas um decreto de declaração de interesse social, por ano" (PANINI, 1990:89).

Com base nos argumentos históricos da proposta para elaboração do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (1^o PNRA), podem ser verificados os principais equívocos, omissões e distorções da ação governamental no que se refere à Reforma Agrária. Uma prova cabal do desvirtuamento das ações do governo em relação à Reforma Agrária foi a implantação do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA.

Nesse Programa, comprava-se um percentual em torno de 25% a 50% das terras oferecidas pelos latifundiários, em troca do crédito subsidiado, que

permitia mediante a modernização da área remanescente, sua transformação em empresa rural, livrando-se de futuras desapropriações. O PROTERRA foi executado nas duas regiões brasileiras de maior incidência de latifúndio, contrariando completamente o princípio da função social da propriedade objeto do Estatuto.

No 1º PNRA, de 1966, consta a tributação como o principal instrumento para a realização da Reforma. Como atividades complementares aparecem os levantamentos cadastrais, discriminação de terras, implantação de áreas de demonstração, entre outros, sem levarem a mudanças significativas no sistema de posse e uso da terra.

O assentamento de famílias de trabalhadores rurais, com base na distribuição e redistribuição de terras, e a criação de novas unidades de produção, restringiu-se aos projetos de colonização, que, para PANINI (1990), se transformaram em "... mecanismo estratégico para efetivar a política de desenvolvimento capitalista em áreas de fronteira, especialmente na chamada Amazônia Legal. (...), os núcleos de colonização, (...) passam a formar o contingente de mão-de-obra barata e disponível à consecução dos grandes projetos" (PANINI, 1990:80).

Para Otávio Ianni, citado em LARANJEIRA (1983), a colonização deve ser encarada sob dois aspectos. O primeiro implica em reduzir ao mínimo a terra vendida a colonos ou parceiros. O segundo é o de permitir, através dos núcleos de colonização, a "... produção de gêneros e força de trabalho para servir de base à criação e expansão da grande empresa agrícola, pecuária, agropecuária, agro-industrial, de mineração, extrativismo, etc; que o estado passou a favorecer..." (LARANJEIRA, 1983:40).

De acordo com SILVA (1985), colonização se faz em terras não ocupadas, geralmente terras devolutas¹³, enquanto a Reforma Agrária "... é feita em terras que já têm dono, ou seja, em terras privadas, sejam elas particulares ou do Governo; por isso, a Reforma Agrária implica, basicamente, uma mudan-

¹³ Com a extinção do Regime de Sesmarias no século XIX, todas as terras que não eram abrangidas pelas antigas sesmarias concedidas eram terras devolutas e, portanto, pertencentes ao poder público.

ça de propriedade das terras para indivíduos que não são proprietários. Quer dizer: criam-se novos donos entre os 'sem terra' a partir das terras que já eram propriedade privada de alguém" (SILVA, 1985:74).

O 2º PNRA, de 1968, insistiu igualmente na tributação como instrumento capaz de desestimular o uso anti-social da terra. Na prática, a tributação mostrou-se um instrumento ineficiente até como fonte de receitas públicas, prevalecendo a inadimplência e a anistia fiscal, através da pressão dos grupos dominantes e dos interesses político-partidários da elite.

A partir de 1971, no Governo Médici, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) são fundidos e é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O PNRA muda de nome para Plano de Integração Nacional (PIN). O INCRA passa a realizar basicamente colonização. Abriu-se longa estrada ligando "os homens sem terra do Nordeste, com as terras sem homens da Amazônia" (SILVA, 1985).

Os altos custos e as dificuldades de adaptação dos colonos em terras inteiramente hostis às suas origens transformaram a colonização em fracasso total.

O INCRA passa, então, a estimular a colonização particular, alienando extensas áreas de terras devolutas a empresas estrangeiras e do centro-sul do País. (SILVA, 1985). Nesse mesmo período, os conflitos pela posse da terra agravam-se, tornando-se um fator de intranquilidade social.

Com a fase de distensão política, iniciada em 1974, renova-se o entusiasmo por mudanças na sociedade. A luta pela Reforma Agrária ganha força e juntamente com outros movimentos sociais engrossam as fileiras a favor das eleições diretas para Presidente da República. Com a eleição de um Governo Civil de transição no Colégio Eleitoral, em 1985, permanecem as esperanças de melhores dias com a formação da efêmera **Nova República** (realcei).

Especialmente no que se refere à Reforma Agrária, foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), com a finalidade de

agilizar as desapropriações. Nesta fase, foi executada, juntamente com o INCRA, a Proposta para Elaboração do 1º primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (1º PNRA da Nova República), apresentada no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais em Brasília, em 26 de maio de 1985.

De acordo com a proposta, surpreendentemente posta em discussão num congresso de trabalhadores rurais, após 21 anos de autoritarismo, de medidas tomadas de "cima para baixo", o objetivo geral do PNRA seria mudar "... a estrutura fundiária do país, distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio e assegurando um regime de posse e uso que atenda os princípios justiça social e aumento de produtividade, de modo a garantir a realização sócio-econômica e o direito de cidadania do trabalhador rural" (Proposta para a Elaboração do 1º PNRA da Nova República, 1985:11). Os objetivos específicos estavam assim relacionados:

- a) contribuir para o aumento da oferta de alimentos e matérias-primas buscando o atendimento prioritário do mercado interno;
- b) possibilitar a criação de novos empregos no setor rural, de forma a ampliar o mercado interno e diminuir a subutilização da força de trabalho;
- c) promover a diminuição do êxodo do campo, procurando atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorrentes.

Para PANINI (1990), a "... intenção de alterar a estrutura fundiária do país aparece de forma contundente na proposta. Vários aspectos ali apresentados começam a exaltar os ânimos dos latifundiários: a previsão de assentar três milhões de famílias em dez anos; a desapropriação, como instrumento para garantir a função social da terra e operacionalizar a reforma agrária; o instituto da 'área máxima' permitida; a cobrança de contribuição de melhoria; o redirecionamento do crédito rural; alternativas para a 'posse e uso da terra', possibilitando formas comunitárias, associativas, mistas, cooperativas e não a

propriedade individual e o sistema de produção familiar (cap. IV) (PANINI, 1990:183)".

Segundo a mesma autora (1990), os "... programas de ação dispostos no capítulo V prevêm o assentamento de trabalhadores rurais e, como complementos, a regularização fundiária, colonização e tributação, apoio jurídico, estudos e pesquisas e aperfeiçoamento do cadastro de imóveis rurais. Por outro lado, enfatiza a organização social dos beneficiários, tanto na questão da reforma agrária quanto na da colonização particular. Outro aspecto a temer é a intenção de proceder à atualização, inscrição e notificação de todos os débitos relativos aos exercícios de 1980 a 1984, com a seleção dos dois mil maiores devedores do ITR. A proposta traz um rol de 950 áreas em conflito, atingindo cerca de 120 mil famílias de camponeses. Prevê também a elaboração de um projeto de lei determinando que antes de qualquer despejo ou desocupação judiciais incidentes em imóveis rurais, o INCRA, necessariamente, seja cientificado para manifestar interesse na desapropriação da área ou reassentamento dos ocupantes, (...). Prevê medidas imediatas de caráter legal: desativação das milícias privadas, (...), termino da especulação imobiliária na zona rural, nova sistemática de demarcação das terras indígenas, desclassificação das falsas empresas rurais; sistema que agilize as ações judiciais. E ainda prevê, quanto a desapropriação, o pagamento de 60% da cotação média do mercado" (PANINI, 1990:183).

Apesar de não ter sido recebida com unanimidade, a proposta contou com o apoio de expressivas instituições, como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, Campanha Nacional pela Reforma Agrária - CNRA, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE. Porém, este apoio não foi suficiente para que na assinatura do Plano propriamente dito fossem mantidas todas as proposições.

Sucintamente, o PNRA da Nova República previa, com base no Estatuto da Terra, o assentamento de 1,4 milhão de famílias, no quadriênio 85/89, sendo que 630 mil ficariam no Nordeste. Para compreender-se o fraco desempenho do Plano, que, ao final do governo da Nova República, não atingiu sequer 10% de suas metas, faz-se necessário analisar os "bastidores" do processo seu de elaboração e implementação.

Por tratar-se de um Plano que previa distribuir terra, extinguir privilégios seculares, muitos eram os interessados em sua apreciação e discussão, apresentação de emendas e sugestões. Tanto é assim que só é oficializado após sofrer doze versões, permitindo um texto bem diferente da Proposta, e no interesse dos donos do poder e da terra.

Para PANINI (1990), o "... PNRA, se comparado à Proposta original, apresenta-se com várias deformações, entre elas a possibilidade de contestar em juízo a ação desapropriatória; a preferência em desapropriar terras cultivadas por parceiros e arrendatários, pois dispensa a indenização das plantações e benfeitorias, por serem dos próprios beneficiados; a não delimitação das áreas prioritárias. Com a não delimitação das áreas prioritárias, o Plano passa a ser simples 'carta de intenções' e a substituição da desapropriação pela 'negociação' significa grande recuo político. No parágrafo dois do artigo dois, livra o 'latifúndio produtivo' da desapropriação para reforma agrária. Basta, portanto, que tenha função econômica para não ser questionada sua função social. O Plano visa, assim isentar da desapropriação o latifúndio por dimensão (acima de 600 módulos) e também o latifúndio por exploração, quando apresentar qualquer área cultivada..." (PANINI, 1990:189).

As articulações que levaram a tal desvirtuamento da Proposta inserem-se numa série de atividades paralelas ao Plano, que, aos poucos, foram tomando seu lugar como instrumento para promover a Reforma. Um exemplo dessas atividades foi a assinatura, simultânea ao PNRA, do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural - PNDR, elaborado pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Para SILVA (1986), o "... PNDR tinha exatamente o

objetivo de reduzir a Reforma Agrária a um capítulo de uma política agrícola que garantisse 'um desenvolvimento rural harmônico' (...).

A Reforma Agrária (...) não é um instrumento complementar à política agrícola, (...). Ela é apenas uma dentre as várias prioridades sociais do governo, ao lado de programas como o da alimentação infantil, da merenda escolar, do programa nacional do leite, da erradicação da poliomielite, do aumento da capacidade de atendimento hospitalar e ambulatorial, etc (...). Ela foi reduzida à sua dimensão social: a Reforma Agrária (...) é apenas um programa com o objetivo de amenizar os conflitos e a pobreza no campo, em particular no Nordeste" (SILVA, 1986:66-67).

Para CARVALHO (1989), a não concretização do PNRA teve como principal causa "... a capitulação de amplos setores da intelectualidade de esquerda, ligada direta ou indiretamente às instituições que convergiam os interesses e aspirações das classes subalternas no campo, perante as classes dominantes, via Estado" (CARVALHO, 1989:4). Um exemplo desta situação foi, a princípio, o otimismo criado com a ocupação funcional do INCRA por um grupo de intelectuais de esquerda e, posteriormente, os desdobramentos da ofensiva da classe dominante (via bancada ruralista na Constituinte) contra qualquer tentativa de Reforma Agrária de "baixo para cima", que culminaram com a demissão do Presidente do INCRA e, logo em seguida, através do Decreto nº 2.363, de 21 de outubro de 1987, com a extinção do próprio Órgão, considerado hipertrofiado, incapaz de ser controlado pelo MIRAD.

PANINI (1990), pergunta: "... para a efetivação da reforma agrária o MIRAD teria melhor estrutura que o INCRA? Este, uma autarquia especial, com flexibilidade e mobilidade administrativa e operacional, não teria condições para ser mais eficiente do que o MIRAD?" (PANINI, 1990:193). Ao final do governo Sarney, o INCRA é reativado (março de 1989), graças à intensa mobilização de servidores e trabalhadores rurais junto ao Congresso Nacional, mas mantêm-se com suas atividades comprometidas, em razão da falta de recursos. Aos poucos, diluem-se as esperanças daqueles favoráveis a um efetivo cumprimento do PNRA.

Em 1987, o governo fixa a área mínima passível de desapropriação em todas as regiões, permite que 25% das terras desapropriadas permaneçam com o ex-proprietário. As Comissões Agrárias Estaduais são extintas e as desapropriações suspensas, ficando todo o processo centralizado no âmbito do MIRAD (PAULA, 1991). O Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, também de 1987, passa a sofrer duros ataques por parte dos terratenentes, que procuram a todo custo mostrar a inviabilidade econômica dos assentamentos.

Quanto aos Planos Regionais de Reforma Agrária- PRRA's, que, de acordo com o Presidente Sarney, seriam o instrumento para corrigir eventuais debilidades do PNRA, os recuos também foram significativos. Em nota oficial da ABRA (1986), são prestados, entre outros, os seguintes esclarecimentos à opinião pública:

- A "... mutilação que os Planos Regionais acabam de sofrer, principalmente pela falta de decretação das Áreas Prioritárias, somadas ao constante adiamento de ações concretas em benefício dos sem-terra, constituem uma nova frustração dessa entidade em relação à política agrária do atual governo;
- A (...) generalização da área prioritária para toda a zona rural de um Estado violenta a sistemática constitucional e dilui a operacionalidade do processo" (Revista Reforma Agrária, 1986:71).

Além desses aspectos, PANINI (1990) destaca outros, tais como:

- "... os PRRA's não contêm em suas estimativas de custo de implantação a discriminação de custos de implantação e discriminação dos gastos de desapropriação das terras nuas. A justificativa dada é que o preço da terra depende de avaliações que envolvem o pronunciamento do judiciário. Ora, esse preço deveria ser estabelecido com base na declaração fornecida pelo proprietário para o cálculo do ITR, caso em que se evitaria o pagamento de terra pelo seu valor venal (...);

- vários Planos deixam de levar em consideração a aplicação do solo e as condições hídricas das terras a serem desapropriadas..." (PANINI, 1990:192).

As dificuldades para uma ação mínima no sentido da realização da Reforma agravam-se mais ainda a partir de 1987, no Congresso Constituinte, que promulga em 1988 um texto extremamente retrógrado no que se refere à questão da Reforma Agrária.

Para MORAES (1989), no próprio enunciado do Capítulo III do Título VII, que trata da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária, ocorre um desvirtuamento quanto a "priorização" de um projeto de Reforma Agrária, na medida em que trata do tema em conjunto com medidas de política agrícola. Nas palavras de José Gomes da Silva, "... igualaram assim o estrutural (a reforma) ao conjuntural (a política)" (Revista Reforma Agrária, 1988:17).

Ainda de acordo com MORAES (1989), o "... outro aspecto de ordem legal, determinante da Reforma Agrária, é o contorno do direito de propriedade em dado ordenamento jurídico de uma sociedade.

A atual Constituição parece ter chegado ao auge de proteção desse direito. Não bastando mantê-lo como direito fundamental (art. 5, XXII) vem agora enunciado como princípio da ordem econômica e financeira (art. 170, II) e mais ainda na garantia de sua continuidade e transmissão: 'é garantido o direito de herança' (art. 5, XXX). Além disso, esta configuração do direito de propriedade vem sempre acompanhada da salvaguarda de sua legitimação - a chamada função social da propriedade (art. 5, XXIII e art. 170, III).

Se o princípio de função social da propriedade começa a se revelar através das doutrinas sociais e através das leis, (...), de nada serve, entretanto, para fundamentar uma ação intervencionista do estado. Aqui o consagrado princípio não se concretiza, nem para contra-atacar o direito absoluto e ilimitado à propriedade, nem para sedimentar a defesa da pequena propriedade que se inviabiliza cada vez mais" (MORAES, 1989:74).

Apesar de definir, no artigo 186, o que viria a ser função social da propriedade, torna-a sem clareza no artigo anterior, que isenta de desapropri-

ção a pequena e média propriedade rural, e engloba na isenção a chamada propriedade "produtiva", dispondo em seu parágrafo único que a "... lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social". (parágrafo único do art. 185).

Para MORAES (1989), pode-se "... até imaginar que o legislador prevê dois tipos de função social: uma 'especial' a ser regulamentada em lei para a propriedade produtiva (único do art. 185) e outra genérica (art. 186) aplicada a todas ou nenhuma propriedade, bem ao sabor das forças políticas do Congresso Nacional à época da elaboração legal" (MORAES, 1989:75).

Segundo a mesma Autora (1989), para "... que serve a função social descrita e especificada no texto constitucional, se esta categoria de propriedade 'produtiva', com conceito de produção econômica terá tratamento especial? Ou, será que hoje a função social no Brasil tem o significado das razões meramente econômicas ou produtivistas?" (MORAES, 1989:75).

Outro recuo significativo na Carta de 1988 refere-se ao disposto no artigo 184 e respectivos parágrafos, que tratam da desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária. Reaparece no texto constitucional, contrariamente ao que era previsto no artigo 161 da Emenda Constitucional nº 1, de 1969 (indenização justa em títulos especiais da dívida pública), a necessidade da indenização prévia e justa dos imóveis desapropriados, dificultando sobremaneira a capacidade do poder público de efetivar o processo de Reforma.

Além disso, no parágrafo 3º do artigo 184, remete à Lei Complementar "estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário para o processo judicial de desapropriação". Moraes (1989) entende que "... depende fundamentalmente desse procedimento a possibilidade de se instrumentalizar adequadamente o poder público para intervir no pequeno espaço que lhe sobrou com a finalidade de reverter a tendência concentracionista da propriedade da terra no Brasil" (MORAES, 1989:77).

Porém, a regulamentação da Lei Agrária só viria a acontecer no ano de 1993, permitindo que, no governo Collor, houvesse um retrocesso na questão

da Reforma Agrária em relação ao período da Nova República. Diante dessa situação, adota-se uma política de compra para o acesso à terra. Estas operações de compra e os respectivos assentamentos seriam criados, exclusivamente, em regiões de tensão social aberta.

ABRAMOVAY (1992), ao analisar a política fundiária do governo Collor, entende que "... não houve novas desapropriações, nem novos assentamentos no período. Mais do que isso, a opção de adotar o caminho da compra indicava uma expectativa muito negativa com relação as possibilidades de o Congresso adotar uma lei agrária que permitisse o avanço de transformações significativas na estrutura fundiária nacional" (ABRAMOVAY, 1992:77).

Apesar das dificuldades interpostas pela Constituição de 1988, não se verificou nenhuma iniciativa, por parte do governo, no sentido da aprovação da lei agrária no Congresso. Além disso, o INCRA na qualidade de órgão responsável pela execução da Reforma, passa a privilegiar uma política de parcelamento, que consiste, de acordo com o Estatuto da Terra de 1964, na divisão do imóvel em unidades menores não inferiores a um "módulo rural", ou seja, a área definida de acordo com a "propriedade familiar": "... o imóvel rural, que direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração e, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros" (Estatuto da Terra, 1964:19), política esta aplicada de forma indiscriminada, inviabilizando, em parte, a tentativa das áreas reformadas em desenvolverem formas opcionais de tenência e uso da terra.

Quanto às metas previstas no "Programa da Terra" do governo Collor, das 200 mil famílias a serem assentadas no biênio 90/91, apenas 9.381 (4,7%) foram efetivamente assentadas. Além do mais, como referido, nenhum hectare sequer foi desapropriado.

A conjuntura política ensejada com a chegada de Itamar Franco ao governo proporcionou uma retomada da discussão em torno da importância do acesso à terra e, portanto, da Reforma Agrária como forma de combate à fome,

à miséria, à seca no Nordeste, ao desemprego, à violência e às desigualdades sociais e regionais. De acordo com o Programa Emergencial de Reforma Agrária do governo Itamar, o importante nessa redefinição do alcance e do papel da Reforma Agrária para o desenvolvimento econômico, é "... o reconhecimento do impulso positivo que a Reforma Agrária teve no Brasil, no governo Sarney, cujos resultados econômicos e sociais foram reconhecidos em recente estudo da FAO¹⁴, demonstrando, inequivocamente, que os assentamentos representam importante estratégia para a geração de emprego e renda permanentes no campo, a custos inferiores à geração do emprego urbano" (Programa Emergencial de Reforma Agrária, INCRA/93-94:3).

De fato, apesar do fracasso do PNRA em suas metas, restou um processo extremamente positivo de experiências nos assentamentos criados (em torno de 440, atendendo 74.938 famílias, no período de outubro de 1985 a outubro de 1989). De acordo com a avaliação de SANTOS (1994), esse número representa 40% de tudo o que foi realizado em 60 anos de colonização. Para TEÓFILO (1994), todos concordam que a Reforma Agrária no Brasil não aconteceu, mas há "... evidências de que, a partir desses assentamentos, está em curso um processo organizativo rico e complexo, sob o controle dos camponeses e de suas organizações, que apontam na direção de uma luta emancipatória, para além mesmo da disputa pelo excedente econômico. Não quero dizer com isso que o processo de modernização conservadora no campo foi sequer arranhado na sua lógica excludente; quero apenas sugerir que a inércia social no campo não existe, e essa experiência não descaracterizou a luta pela terra" (TEÓFILO, 1994:107).

De acordo com a Programa Emergencial de Reforma Agrária, a insistência nas políticas de modernização conservadora resultaram em "... uma crise agrícola, evidenciada na progressiva redução da oferta de alimentos e uma crise agrária, demarcada no massivo êxodo rural, consequência da concentração de terra, do uso de tecnologia poupadora de mão-de-obra, do esgotamento dos pólos industriais e comerciais como absorvedores de mão-de-obra, e do

¹⁴ Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação).

fechamento da fronteira por investimentos em terra, como reserva de valor" (Programa Emergencial de Reforma Agrária, INCRA/93-94:8).

Com base nesta avaliação, o Programa Emergencial de Reforma Agrária do governo Itamar traz como principal objetivo a "... democratização do acesso à terra, através da redistribuição da propriedade fundiária, com a progressiva eliminação das propriedades rurais não produtivas e o assentamento de trabalhadores rurais em terras economicamente úteis, de preferência nas regiões onde habitam, superando a fome, a miséria e o desemprego, eliminando as formas ilegais de sujeição dos trabalhadores, protegendo o meio ambiente e resgatando a cidadania do trabalhador rural" (Programa Emergencial de Reforma Agrária, INCRA/93-94:8).

O Documento prima ainda pelo resgate e incentivo às formas associativas, proporcionando a redução dos custos, geração de economias de escalas e melhor divisão do trabalho que estas formas associativas ensejam. Ainda não é possível avaliar o desempenho das metas propostas para o biênio 93/94 (120.000 famílias) no Programa Emergencial de Reforma Agrária do governo Itamar, mas sabe-se que, ao contrário do governo Collor, que procurava justificar a sua ausência no que se refere à questão da Reforma Agrária, pela não regulamentação da Lei Agrária, hoje a Lei está regulamentada, permitindo, através do rito sumário, condições objetivas para a ação governamental.

Para ABRAMOVAY et al., (1993), a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que regulamenta os dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária, "... não é tão ruim como se poderia esperar (...). Felizmente o Presidente da República vetou os artigos que comprometiam a realização de qualquer mudança significativa em nossa estrutura fundiária ..." (ABRAMOVAY et al., 1993:100).

Porém, permanecem na Lei, pelo menos, dois problemas para a efetiva ação governamental nas desapropriações: o primeiro refere-se ao artigo 4º, em seu parágrafo único, que torna insuscetíveis de desapropriação os imóveis rurais com menos de 15 módulos fiscais. O segundo, está no artigo 7º, que igualmente isenta de desapropriação os imóveis cujos proprietários comprovem

estarem sendo objeto de implantação de projeto técnico. Basta "... para isso um laudo de um 'profissional legalmente habilitado e identificado' e que este laudo tenha sido registrado no órgão competente (sem que se especifique qual) seis meses antes do decreto declaratório de interesse social. Ora, como este decreto é precedido por vistoria e pela montagem de um processo administrativo nada simples antes que ele seja assinado pelo Presidente da República, o proprietário terá tempo suficiente para registrar seu imóvel e torná-lo impassível de desapropriação: é a chamada 'indústria do projeto frio' (ABRAMOVAY et al., 1993:101).

Com relação à Lei do Rito Sumário¹⁵, seu principal significado é o de definir o papel dos poderes executivo e judiciário no processo de Reforma Agrária. Para ABRAMOVAY et al. (1993), não "... existe experiência de Reforma Agrária minimamente expressiva, cuja dinâmica tenha se submetido ao ritmo das tramitações habituais do poder judiciário. Se é verdade que a Reforma Agrária consiste numa intervenção delimitada no espaço e no tempo, ela deve possuir um ritmo incompatível com o processo de tomada de decisões do nosso poder judiciário. (...)

O problema central deve ser resumido ao seguinte: no curso do processo, caberá ao juiz entrar no mérito da desapropriação ou sua função de defesa da cidadania contra eventuais erros do poder público limita-se ao valor que será pago pelo bem desapropriado? É da maneira como a lei responde a esta questão que depende fundamentalmente saber se ela permitirá o desencadeamento de um processo de Reforma Agrária, ou se ela preservará a prática de desapropriações tópicas, localizadas, caso a caso" (ABRAMOVAY et al., 1993:101).

É no artigo 9º, parágrafo primeiro da Lei do Rito Sumário, que esta questão não se mostra clara, - "recebida a contestação, o juiz, se for o caso, determinará a realização de prova judicial, adstrita a pontos impugnados do laudo de vistoria administrativa..." - permitindo ao juiz entrar no mérito da desapropriação, abrindo caminho para que o proprietário solicite a interrupção do

¹⁵ Lei Complementar nº 76, de 16 de julho de 1993, que dá poderes ao juiz de mandar imitar o autor na posse, após realizado o depósito do valor correspondente ao preço oferecido pelo imóvel expropriado.

processo, que culminaria com a imissão na posse do imóvel pelo INCRA, quebrando, inclusive, o objetivo da própria Lei que é a sumariedade (*sic*) do rito desapropriatório. O "... mínimo que se pode dizer é que a lei é ambígua com relação à real vontade do legislador..." (ABRAMOVAY et al., 1993:103).

De acordo com a Programa Emergencial de Reforma Agrária do governo Itamar, a aprovação da lei ordinária e do rito sumário "... despertou nos trabalhadores rurais e suas entidades de representação, renovadas esperanças na retomada de um processo que, embora longe de atender à demanda social, minimizava o drama de milhões de famílias acampadas ou em áreas de conflito, que alimentavam o sonho de um pedaço de chão, razão de sua existência, caminho da liberdade" (Programa Emergencial de Reforma Agrária, INCRA/93-94:4).

Os dados mais recentes do MST apontam a existência de 4,8 milhões de famílias sem terra em todo o País. No QUADRO I, podem ser observadas as áreas de assentamentos rurais de Reforma Agrária no Brasil, inclusive as áreas de colonização oficial, por região, até o ano de 1993, o número de projetos criados e famílias beneficiadas e a área. Pode-se verificar um número de famílias beneficiadas muito aquém da demanda existente. Além disso, "... verifica-se uma experiência estadual de reforma agrária, que em conjunto com os municípios, indicam o delineamento de uma parceria com o Governo Federal para o enfrentamento dessas questões..." (Programa Emergencial de Reforma Agrária, INCRA/93-94:4).

Finalmente, verifica-se que, apesar do esforço do INCRA de procurar resgatar o processo de organização dos assentamentos e até mesmo de algumas desapropriações realizadas pelo Governo Federal, a Reforma Agrária brasileira ainda não aconteceu, permanecendo a lógica da Política de Assentamento caso a caso, criados os casos geralmente em função de conflitos pela posse da terra, garantindo a característica pontual da ação governamental e, como se procurou enfatizar, até o momento, a intocabilidade do latifúndio improdutivo.

QUADRO I - Áreas de assentamentos rurais no Brasil, por região, 1993.

Região	TOTAL						INCRA ⁽¹⁾						Estados ⁽²⁾				
	N ^o Projetos		Capacid. Assent. (N ^o Fam)		Área (1.000ha)		Projetos Reforma Agrária			Projetos Colonização			Total		N ^o Projetos	Capacid. Assent. (N ^o Fam.)	Área (1.000ha)
	N ^o Projetos	Capacid. Assent. (N ^o Fam)	Área (1.000ha)	N ^o Projetos	Capacid. Assent. (N ^o Fam)	Área (1.000ha)	N ^o Projetos	Capacid. Assent. (N ^o Fam)	Área (1.000ha)	N ^o Projetos	Capacid. Assent. (N ^o Fam)	Área (1.000ha)	N ^o Projetos	Capacid. Assent. (N ^o Fam)			
Norte	319	210.699	21.642,3	177	64.580	4.308,2	18	58.889	12.951,4	195	123.469	17.859,6	124	87.230	3.782,7		
Nordeste	648	70.189	2.414,4	273	30.805	1.106,0	11	17.984	673,4	284	48.789	1.779,4	364	21.400	635,0		
Sudeste	121	10.057	240,4	61	6.019	173,9	4	1.164	20,3	65	7.183	194,2	56	2.874	46,1		
Sul	211	9.092	194,9	134	6.229	132,1	7	962	25,0	141	7.191	157,1	70	1.901	37,8		
Centro-Oeste	115	25.150	1.476,2	86	15.627	869,2	9	6.182	439,0	95	21.809	1.308,2	20	3.341	168,0		
TOTAL	1.414	325.187	25.962,1	731	123.260	7.189,4	49	85.181	14.109,1	780	208.441	21.298,5	634	116.746	4.669,6		

Fonte: INCRA, 1993.

(1) INCRA - Projetos de Reforma Agrária em Execução, 12.01.93.

(2) SR/INCRA - Assentamentos de Reforma Agrária Estaduais, Abril de 1992.

2 - CEARÁ

O esforço conjunto dos Governos Federal e Estadual permitiu, como pode-se verificar no QUADRO II, que no Ceará fossem assentadas, durante o PNRA da Nova República, um número de famílias superior ao que foi assentado nos catorze anos anteriores ao Plano. Porém, isto não seria suficiente, considerando-se o número de 180.000 trabalhadores sem-terra existentes no Estado, de acordo com dados do IBGE/85. Ressalte-se que este número refere-se apenas aos trabalhadores rurais sem nenhum acesso à terra, sendo que, se fosse incluída a expressiva população de parceiros, arrendatários, assalariados, pequenos produtores com pouca terra, esse número seria muito maior.

Analisando o PRRA do Estado do Ceará, pode-se verificar que a Reforma Agrária no Estado passou pelas mesmas limitações e dificuldades que foram observadas no resto do País. O PRRA/CE apresentou em suas justificativas um diagnóstico de forte concentração de terras no Estado. De "...acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1980, os imóveis com área superior a 1.000 ha (0,46% dos imóveis), ficavam com 21,66% da área total, enquanto que os imóveis com área inferior a 10 ha (47,91% dos imóveis), ficavam com apenas 3,86% da área total. Além disso, os grandes imóveis rurais, deixavam cerca de 50% terras de suas aproveitáveis na ociosidade, acentuando o problema social do desemprego da mão-de-obra, não abrindo oportunidades de trabalho e freqüentemente expulsando famílias de antigos trabalhadores e moradores.

Os imóveis rurais com área menor que 50 ha absorvem cerca de 68,33% do pessoal ocupado na agricultura, enquanto os maiores que 1.000ha respondem por 19,74% dessa mão-de-obra" (PRRA-CE, 1986:7).

Além disso, o Plano enfatizava a importância da organização produtiva e social com a participação dos beneficiários da Reforma Agrária, o apoio a formas associativas de produção, a articulação e integração das ações com os estados e municípios, através de acordos e convênios, bem

QUADRO II - Redistribuição de terras no Estado do Ceará - Período: 1971 a 1990.

Descrição	Antes do PNRA			Após o PNRA			Total		
	Área (ha)	Famílias (n ^o)	Projetos Criados	Área (ha)	Famílias (n ^o)	Projetos Criados	Área (ha)	Famílias (n ^o)	Projetos Criados
Desapropriação com parcelamento	3.947,95	70	-	-	-	-	3.947,95	70	-
Desapropriação com projetos de assentamentos criados	37.331,40	1.217	5	116.812,72	3.608	41	154.144,12	4.825	46
Compra e venda com parcelamento	268.590,00	2.530	-	-	-	-	268.590,00	2.530	-
Compra e venda com projetos criados	7.929,80	382	-	-	-	2	7.929,80	382	2
Assentamentos estaduais com projetos criados	-	-	-	7.234,00	253	6	7.234,00	253	6
Assentamentos estaduais sem projetos criados	-	-	-	3.276,00	137	-	3.276,00	137	-
Desapropriação com imissão de posse	-	-	-	2.152,00	36	-	2.152,00	36	-
Desapropriação sem imissão de posse	-	-	-	43.401,00 ⁽¹⁾	-	-	-	-	-
Doação com projetos criados	-	-	-	8.181,78	281	2	8.181,78	281	2
TOTAL	317.799,15	4.199	5	181.057,50	4.315	51	455.455,65	8.514	56

FONTE: INCRA-SEARA-IDACE - 1990.

¹ Capacidade de assentamento prevista para os 21 imóveis sem imissão de posse é de 785 famílias, o que elevará para 5.100 e número de assentados após o PNRA.

como a discussão com os assentados sobre as opções de exploração em unidades familiares, comunitária e mista. Ficou estabelecido o período de cinco anos para a comunidade decidir sobre a forma jurídica de destinação das terras: Condominial, Título de Propriedade Individual ou Concessão de Direito Real de Uso-CDRU.

Os dados relativos ao desempenho do PRRA-CE no quadriênio 85/89 ficaram muito aquém das metas propostas. O Plano "... previa desapropriar 197 mil hectares em 1986 e cumpriu apenas 40% dessa meta. Seriam atendidas 5.400 famílias e, até o final de 1986, foram beneficiadas apenas 2.129. Vale ressaltar que, com relação ao Brasil, o Estado do Ceará avançou muito na implantação do Plano. O Estado atingiu 40% da sua meta de área a ser desapropriada naquele ano enquanto que, no país como um todo, o PNRA atingiu apenas 8,6%. Se no Ceará o Plano atingiu 39,4% da meta, para o número de famílias beneficiadas no Brasil o percentual não passou de 7,2%.

Este quadro, entretanto, não vigorou até o final da primeira etapa do Plano que se deu no ano de 1989. No balanço do quadriênio, constatou-se que o PRRA beneficiou 3.094 famílias no Ceará (6,17% da meta de 50.100 famílias) e desapropriou 125.875 hectares (8,66% da meta de 1,5 milhões de hectares)" (Paula, 1991:49). Esta queda no desempenho do Plano após 1986 deveu-se, como frisado, a uma intensa articulação contrária ao processo de Reforma Agrária, que atingiu seu auge quando foi promulgada a Constituição de 1988, extremamente retrógrada no que se refere à Reforma Agrária.

Passado o período da desastrosa tentativa de parcelamento dos assentamentos, implementada durante o governo Collor, que, como vimos, não desapropriou um hectare sequer de terra para a Reforma Agrária, o INCRA/CE retoma no governo Itamar, os pressupostos da Política de Assentamento, elegendo a desapropriação por interesse social como o instrumento básico para a obtenção dos recursos fundiários.

No documento Diretrizes Operacionais para a Implantação de Projetos de Assentamento no Estado do Ceará, de 1993, o INCRA entende que a inserção geográfica do Estado na região semi-árida (80% do seu território) determi-

na forte associação do fator terra à viabilização de um processo de desenvolvimento auto-sustentado dos pequenos produtores rurais. A "...estrutura fundiária do Estado fortemente concentrada, exige a implantação efetiva de um Programa de Reforma Agrária capaz de mudar o quadro estrutural vigente, desconcentrando a terra e, por conseguinte, gerando emprego e distribuindo renda.

(Neste contexto a Reforma Agrária é uma alternativa para o desenvolvimento econômico, político e social, garantindo aos trabalhadores rurais o acesso à terra, complementado por políticas agrícolas adequadas à sua realidade, tais como: crédito; recursos hídricos; assistência técnica; apoio à implantação de infra-estrutura produtiva e desenvolvimento nas áreas de educação, saúde, capacitação e bem-estar social" (INCRA, 1994:3).

No que se refere às etapas do processo de implantação dos projetos, admite-se a importância da seleção das áreas em regiões onde existam projetos de assentamento, possibilitando maior agregação de valor à produção, via processos agro-industriais e articulação com o mercado.

A forma de destinação das terras¹⁶ contemplará a adoção de sistemas de propriedade familiar, condominial, cooperativa, associativa ou mista, o que traz consigo a exigência de amplo processo de discussão entre assentados e técnicos, no sentido da "... definição da melhor forma de potencializar os recursos naturais disponíveis, a partir da compreensão de que o imóvel é uma unidade produtiva que deve estar integrada ao processo de desenvolvimento do município e da região onde está localizado o assentamento" (INCRA, 1994:4).

Como se vê, a proposta atual do INCRA/CE se dá no sentido do resgate da importância da organização em torno do processo produtivo como estratégia básica para o desenvolvimento conjunto das atividades. Além do mais,

¹⁶ A discussão em torno da destinação das terras nas áreas de assentamento, ou mais especificamente, com relação ao individual x coletivo, deve levar em consideração as condições específicas colocadas para a pequena produção com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Segundo MARX, citado em FERREIRA FILHO (1986), "... com o desenvolvimento do modo de produção capitalista aumenta a dimensão mínima do capital individual exigido para levar avante um negócio em condições normais". (FERREIRA FILHO, 1986:7). Ou seja, com a elevação da composição orgânica do capital, torna-se praticamente impossível que um pequeno produtor individual, em geral impossibilitado de acumular, possa integrar-se ao mercado. O associativismo surge como uma alternativa, na medida em que permite maior racionalização dos recursos produtivos disponíveis.

estratégia básica para o desenvolvimento conjunto das atividades. Além do mais, incentiva-se a "... participação ativa das entidades associativas dos assentados (associações comunitárias, cooperativas, núcleos pré-cooperativistas, entre outros) como forma de dar às suas propostas e reivindicações legitimidade e representatividade e um atendimento mais abrangente e conseqüente, por parte dos órgãos governamentais" (INCRA, 1994:5).

Nesta concepção, o INCRA/CE entende que os "... projetos de assentamento tornam-se uma unidade produtiva integrada (internamente articulada e organizada dentro da economia de mercado), e que através de um sistema de organização cooperativa, passa a ter uma identidade empresarial, com capacidade de contrair empréstimos, comercializar sua produção, firmar convênios e, o que é mais importante, gerando empregos diretos e indiretos na área rural, aumentando a produção para o mercado interno e/ou externo, e levando as famílias assentadas a emancipação econômica e social de maneira mais concreta do que qualquer outra atividade produtiva" (INCRA, 1994:6).

Ainda de acordo com o documento, esta "... concepção não deve ser vista apenas como uma diretriz a ser aplicada pontualmente, em setores ou atividades do assentamento, previamente escolhidas como 'campo de demonstração', como em geral acontece nos programas destinados aos 'pequenos produtores'" (INCRA, 1994:7).

Além disso, a operacionalização do processo de organização social deve garantir a participação dos potenciais beneficiários desde a fase de visita preliminar, até o momento em que "... se inicia o processo de mobilização para elaborar o Plano Diretor do assentamento, que contemplará os vários aspectos do desenvolvimento econômico e social das famílias e as linhas estratégicas para operacionalizar as atividades produtivas e define o plano de gestão e capacitação compatível com a realidade física e sócio-produtiva do assentamento.

Sua elaboração acontece por aproximações sucessivas sendo aperfeiçoado através de um processo de avaliação participativo (...), donde derivam

os projetos simplificados de créditos para o PROCERA/FNE¹⁷ e o acesso a outras fontes de recursos públicos e privados, nacionais e internacionais. Sua implementação irá servir de base para elaborar o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento, com conseqüente início da fase de emancipação" (INCRA, 1994:8).

O QUADRO III enfatiza a metodologia anterior e a metodologia atual proposta pelo INCRA para as etapas operacionais nos projetos de assentamento. Observa-se que a sistemática proposta após o PRRA garante a descentralização e a participação efetiva dos beneficiários em todas as etapas operacionais da Política de Assentamento.

Os dados mais recentes sobre os projetos de assentamento (posição INCRA 03/95) revelam a existência de aproximadamente 75 projetos de assentamentos criados no Estado do Ceará, beneficiando perto de 6.347 (dados preliminares) famílias, não atingindo sequer 5% da demanda estimada pelo IBGE.

Embora em pequeno número, comparando-se com a demanda por terra, estes assentamentos são hoje uma realidade no campo e, neles, várias experiências organizativas são observadas, o que implica a impossibilidade de analisá-los em si, ou mesmo através de uma lógica pré-fixada (FERRANTE, 1993).

¹⁷ "O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA e o Fundo Constitucional para o Financiamento do Nordeste - FNE, por seu nível de importância (créditos de investimento), devem ser preservados como instrumentos capazes de viabilizar os assentamentos, eliminando uma concepção equivocada do ponto de vista técnico e político, de que os beneficiários da Reforma Agrária, após serem assentados, passam da condição de pobreza absoluta, a trabalhar, simplesmente, para a sua subsistência" (INCRA/93-94:8).

De acordo com a Portaria INCRA nº 991, de 22 de dezembro de 1986, os créditos de implantação (alimentação, fomento e habitação) e os investimentos realizados pelo INCRA em infraestrutura individual deverão ser atualizados e incluídos para cobrança no formulário de Cadastro de Adquirentes para Emissão de Títulos-CET. Os custos com terra nua, benfeitorias, topografia e infraestrutura física deverão ser atualizados e convertidos em custos unitários, visando à inserção no formulário de Cadastro de Glebas-CG, para cobrança a partir da alienação.

QUADRO III - Projetos de assentamento no Ceará - Etapas operacionais - Metodologia anterior e metodologia proposta, 1993.

Etapas Operacionais	Sistemática Anterior	Sistemática Após o PRRA
Elaboração do projeto	Projeto definitivo (pacote)	Início do plano diretor - recursos Operacionais
Implantação do projeto	Forma imediata	Programação provisória e demais etapas
Administração do projeto	Institucional - executor	Co-gestão até a criação de forma associativa para gerenciar (autogestão)
Destinação das terras	Unicamente parcelas individuais	Alternativas de exploração familiar condominial, cooperativa e mista
Seleção dos beneficiários	Critérios quantitativos e interferência política	Critérios a partir da auto-seleção com apoio da assessoria (desregulamentação)
Seleção de titulação	Rápida - TP e TD	Após 5(cinco) anos - TR, TD e CDRU
Estratégia básica	Assentar e titular	Processo de organização/participação em todas as etapas

FONTE: INCRA/SR(02), 1993.

TP=Título Provisório, TD=Título Definitivo, CDRU=Concessão de Direito Real de Uso.

Conseqüências e implicações práticas da Política de Assentamento: apontando o problema

Embora, em termos estatísticos, o número de assentamentos criados represente pouco em relação ao número de trabalhadores que demandam o acesso à terra, "... esses 'assentamentos' têm valor estratégico, quer do ponto de vista sociológico, quer do ponto de vista político, **stricto sensu**, quer do ponto de vista das políticas governamentais (...).

Todos constituem situações em que:

- a) diversos tipos de intervenções se fazem por parte dos governos, entidades de apoio, entidades representativas de trabalhadores, movimentos e partidos;
- b) trajetórias individuais, às vezes relativamente homogêneas, muitas vezes, porém, reconhecidamente heterogêneas, se cruzam;
- c) realizam-se iniciativas de cooperação, de emprego de novas tecnologias, de preservação ambiental, de organização comunitária, envolvendo escolas, serviços de saúde, instrumentos de participação política, etc;" (ESTERCI et al., 1992:4-5).

Segundo esses autores (1992), na busca de definições dos termos "assentamento" e "assentado", poder-se-ia tomá-los "... como se seus conteúdos fossem evidentes em si mesmos, mas há tentativas importantes de conceituá-los. Para Andrade et al. (1989), por exemplo, o termo 'assentamento' parece ter surgido no âmbito da burocracia estatal, e refere-se à diversas etapas de ação do Estado ao visar a ordenação ou reordenação de recursos fundiários. Seria, portanto uma categoria datada, cujos conteúdos são próprios das instâncias onde foi em princípio formulada. Sugere, segundo os autores, que as ações desencadeadas sejam vistas como de ordem técnica e não política; que os objetivos visados sejam a alocação de populações e a resolução de problemas sócio-econômicos; pretende que a seleção dos 'beneficiários' se faça com base em critérios técnicos ('vocação agrícola'). Supõe ainda que a preocu-

pação por parte do Estado seja, primordialmente, com a produtividade e a viabilidade econômica. Passando ao Estado toda a iniciativa, as populações pensadas como 'beneficiárias' dessas ações, seriam destituídas de seu caráter ativo e, como interpretam os autores, jamais são lembradas como ocupantes, grupos que lutaram pelo acesso à terra e que podem ser entendidos como agentes transformadores de suas condições de vida.

Outros autores, porém, ao tomarem os próprios movimentos da luta por terra como ponto de partida, ressaltam o fato de que, ao assumirem esses termos, os trabalhadores, através de sua ação política, os vão modificando e acrescentando outros conteúdos associados aos processos de luta em que se encontram envolvidos. Critérios de seleção são questionados; a própria forma de exploração da terra é objeto de argumentação política; são impostas novas formas de demarcação; organização e reorganização do espaço. Assumem-se, pois, como 'atores', contrapondo-se ao Estado e à ordem vigente" (ESTERCI et al., 1992:5-6).

Esses conteúdos, em grande parte, encontram-se na experiência do MST, ao adotar a cooperação agrícola como prioridade política para a organização da produção nos assentamentos.

Na linha política de ação do MST, "... é preciso buscar condições para implantar a cooperação agrícola com a concentração do capital, de mão-de-obra, dos meios de produção e com o aumento da divisão social do trabalho entre os assentados.

Por outro lado, as associações e as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade, e chegar ao controle absoluto dos meios de produção.

Os assentamentos devem transformar-se em retaguarda política de luta contra a burguesia, para ir acumulando forças para a realização da reforma agrária ..." (MST, in Görgem & Stédile, 1991: 145v).

Para PALMEIRA (1994), as "... medidas que resultaram nos assentamentos do período democrático, sem serem exatamente 'massivas'; foram tomadas quase simultaneamente; atingiram diferentes regiões do território nacional; possuíam no horizonte um plano nacional de Reforma Agrária; e, contemplando basicamente áreas de conflito, tiveram por trás uma mobilização de trabalhadores sem equivalente nos casos anteriores.

Talvez por isso, os assentamentos tenham tido destino diferente (...) das intervenções anteriores. Os assentamentos ao invés de dispersarem as energias acumuladas no processo, (...) de luta pela terra, deram lugar ao movimento de assentados, que, reivindicando condições para produzir, somam-se aos esforços do movimento sindical e do movimento dos sem-terra por novas desapropriações e novos assentamentos. Percebidos como vitórias parciais dentro de uma luta maior, os assentamentos estimularam novas iniciativas, ao mesmo tempo que a sua sorte como forma de organização passou a ter um peso que antes não tinha no interior daqueles movimentos.

Bem ou mal, houve como que uma materialização da Reforma Agrária que impede o governo de ignorá-la. Pouco numerosa diante da demanda por terra dos trabalhadores rurais, variados em sua forma de organização, os assentamentos tornaram-se uma realidade nova no campo" (PALMEIRA, 1994:7-8).

Essa realidade tem sido amplamente divulgada em vários estudos de casos e pesquisas. As mais recentes, que demonstraram os resultados mais significativos, foram a da FAO (Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária - 1992), dirigida pelo economista Carlos Guanzirolli, e a do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Avaliação Preliminar dos Assentamentos de Reforma Agrária-1987), sintetizada na Tese de Doutorado de Márcio Henrique de Castro (1992).

A característica comum de ambas foi o trabalho com informações quantitativas, baseadas em entrevistas como, por exemplo, a comparação da renda dos assentados, embora a pesquisa da FAO tenha trabalhado com renda líquida e a do BNDES com o rendimento bruto das atividades. Porém, no que

se refere ao objeto de estudo, a pesquisa da FAO selecionou um grupo de assentamentos criados no período da Nova República, enquanto a do BNDES trabalhou com os projetos criados durante o regime militar.

Para SILVA (1993), os principais resultados encontrados na pesquisa da FAO como, por exemplo, a renda 50% superior à renda dos assalariados rurais mensalistas em suas respectivas regiões, o acúmulo de bens significativos no curto período de 4 anos, são contrariados radicalmente pelos resultados encontrados na pesquisa do BNDES, que concluiu, de acordo com CARVALHO FILHO & ABRAMOVAY (1993), "... que apenas 20% dos assentados terão condições de se converter em agricultores profissionais. Portanto, é bastante duvidoso que a Reforma Agrária seja uma forma socialmente justificada de se procurar a distribuição da renda, já que ela é incapaz de alcançar seu objetivo fundamental e resulta em grande concentração de renda" (CARVALHO FILHO & ABRAMOVAY, 1993:39).

SILVA (1993), referindo-se à metodologia utilizada pela pesquisa da FAO para o cálculo da renda dos assentamentos, entende que há uma superestimação do valor da renda em salários mínimos, em decorrência do arrocho salarial promovido desde a década de 80. Além disso, a pesquisa não levou em consideração o valor da força de trabalho, apesar de ter incluído na renda o valor do autoconsumo. Para o mesmo autor "... Tanto a pesquisa do BNDES como a da FAO/PNUD acabam 'julgando' o sucesso/fracasso dos assentamentos fundamentalmente pela sua capacidade de gerar renda¹⁸ (...). Tampouco se preocupam em avaliar a pobreza dos assentados a partir de indicadores de condições de vida, como por exemplo, moradia, saúde e nutrição. Pior ainda, se esquecem de que não estão avaliando nenhum processo abstrato de Reforma Agrária 'ampla, geral e massiva', mas programas concretos de assentamentos pontuais, um autêntico 'caso-a-caso' implantados em épocas de cri-

¹⁸ Referindo-se ao valor estimado pela pesquisa da FAO/PNUD, SILVA (1993) entende que o "... valor médio de 3,70 salários mínimos de agosto de 1989 ou 1991 recebido pelas famílias assentadas não é comparável, por exemplo, com a renda média familiar de 3,82 salários mínimos de agosto de 1982 estimada a partir do censo demográfico, se tomarmos o índice 100 para o valor real do salário mínimo em agosto de 1980, ele valia 78,4 em agosto de 1989 e apenas 42,1 em agosto de 1991, tomando-se o INPC como deflator" (SILVA, 1993:25).

se econômica, política e social muito específicas, quais sejam o final do Governo Figueiredo e o da auto-intitulada Nova República" (SILVA, 1993:25).

Relativamente à questão do autoconsumo, GARCIA JR. (1974), ao analisar o citado estudo da FAO, entende que não há nenhuma relação entre maiores níveis de renda e a redução das práticas de autoconsumo. Ao contrário, o valor do autoconsumo eleva-se nos extratos de maiores rendas totais. Para o mesmo autor, é a "... venda da força de trabalho em maior escala que está associada claramente aos maiores níveis de pobreza; é lícito concluir que quanto menor a possibilidade de praticar o autoconsumo ainda maior será a tendência para ofertar trabalho, a preços vis..." (GARCIA JR. 1994:90).

Há ainda duas considerações importantes feitas por Garcia Jr. acerca da atividade autoconsumo nos assentamentos. A primeira refere-se à subestimação do valor do autoconsumo encontrado no estudo da FAO, na medida em que a produção para o consumo foi remunerada de acordo com os preços pagos ao produtor e não com base nos preços pagos pelo consumidor ao longo do ano, que, na verdade, seria o valor que os assentados teriam que pagar pelos produtos, no caso de não haver a produção para o consumo. A segunda refere-se a uma particularidade interessante do estudo da FAO, ao atribuir a importância do autoconsumo para as famílias das áreas de Assentamento, embora "... presente como 'fator de sucesso', como explicativa dos diferentes níveis de renda atingidos pelos assentados, a integração a mercado (...), reintroduzem assim o evolucionismo simplista que supõe que agentes econômicos estão hierarquizados segundo uma seqüência evolutiva que iria do autoconsumo integral (= não mercado) ao mercado generalizado (autoconsumo igual a zero). (...) não se perceberia assim que os próprios assentamentos significam uma das formas de integração a mercado de famílias antes condenadas à exclusão social, pois assentar agricultores é também fazê-los participar diretamente do mercado de terras..." (GARCIA JR. 1994:91).

Considerando-se a realidade exposta linhas atrás, que confere um caráter pontual ao processo de Reforma Agrária brasileiro, alguns autores (SILVA, 1993; CASTRO, 1994) consideram bastante remotas as possibilidades de so-

brevivência desses assentamentos isolados, mantidas as dificuldades de acesso às políticas governamentais voltadas para o agro. Acredita-se que não existe experiência de Reforma Agrária num contexto como o brasileiro, considerando-se o atual estágio de desenvolvimento agrícola, baseado nos CAI's.

Outros autores, como FERRANTE (1993), entendem os assentamentos numa perspectiva histórica de processos sociais concretos, nos quais a investigação deve levar em consideração distintos enfoques, "... cuja discussão exige necessariamente a não demarcação de fronteiras rígidas em seu estudo" (FERRANTE, 1993:4). Para a mesma autora (1993), se "... o objeto de estudo é historicizado, exige-se que os assentamentos sejam apreendidos em tempos e espaços diferenciados, sem ser considerados um dado presente, pois têm seus momentos instituintes em situações do passado" (FERRANTE, 1993:5). E conclui, alertando para a possibilidade da construção de novo modo de vida a partir das diversas experiências observadas nos assentamentos, "... com incertezas, desassossegos, sem receituários" (FERRANTE, 1993:7).

O questionamento que se coloca é o seguinte: quais as possibilidades de sobrevivência e de reprodução, mesmo com dificuldades, das experiências de assentamentos rurais, frutos de uma política caso a caso, ao lado de uma agricultura modernizada, que aponta para a formação dos referidos CAI's?

Diante desse questionamento, o principal objetivo deste ensaio é estudar um assentamento de Reforma Agrária do Governo Federal, localizado na região dos sertões do Estado do Ceará, tendo como referencial as condições sócio-econômicas das famílias **antes e depois** do assentamento.

Como objetivos específicos, pretende-se realizar um estudo qualitativo, para levantar a história do assentamento na visão dos atores sociais, e um estudo quantitativo, a fim de verificar o comportamento dos seguintes indicadores sócio-econômicos: habitação e saneamento, saúde e assistência médica, nível de alimentação, educação/ associativismo, bens domésticos e lazer, produção/ produtividade, renda e sistema de produção.

A hipótese que orienta a realização desse estudo está presente no fato de que, apesar das características pontuais do processo de Reforma Agrária brasileiro, existem experiências¹⁹ que têm demonstrado resultados satisfatórios, ligados ao nível de organização dos assentados e à participação dos órgãos oficiais no processo de gestão, contrariando as previsões pessimistas dos setores contrários à Reforma Agrária, que procuram mostrar a inviabilidade da política de assentamentos.

Esta realidade ficou claramente caracterizada no citado Relatório da FAO, no qual estimou-se em 21 estados brasileiros uma renda média por família, nos assentamentos pesquisados, de 3,7 salários mínimos, sendo que, nas áreas localizadas na Região Nordeste, onde, de acordo com o Relatório, se encontram assentamentos com o maior índice de pobreza, foi gerada uma renda média de 2,3 salários mínimos por família, rendimento bastante superior aos melhores esforços de remuneração aos trabalhadores das frentes de serviço na região da seca. *Qual a relação Meio-Ambiente/Produção?*

¹⁹ Ver por exemplo a Tese de Mestrado de José Lima Castro Júnior, "Assentamentos Coletivos e Resistência ao Flagelamento no Semi-Árido Cearense: O Caso da Fazenda Vitória". Universidade Federal da Paraíba - UFP, 1994. O Autor procura mostrar a importância da produção coletiva no Assentamento, como forma de superar o flagelamento e a miséria.

PARTE 3

RETRATOS DA REALIDADE INVESTIGADA

Nesta parte do ensaio, procura-se mostrar, a partir dos dados secundários coletados no INCRA, nos trabalhos publicados sobre o Assentamento e dos dados primários da pesquisa direta realizada em 1993, as potencialidades e limitações da área, a história da luta pela terra e do processo de organização dos trabalhadores e, ainda, a situação do imóvel em diferentes etapas do seu desenvolvimento, notadamente no que se refere às condições sócio-econômicas predominantes.

O imóvel Santana: apresentando o cenário

De acordo com os dados secundários coletados na pesquisa realizada nos documentos do INCRA sobre o imóvel, o P.A. Santana, localiza-se no Município de Monsenhor Tabosa, microrregião Sertões de Crateús, Estado do Ceará-Brasil. A área total do imóvel compreende 3.213ha, dos quais 2.699ha de área aproveitável. O acesso ao P.A. Santana a partir de Fortaleza dá-se inicialmente através da rodovia estadual CE-020 até o Município de Boa Viagem, perfazendo um total de 213km. Em seguida, pela estrada revestida em cascalho, que liga Boa Viagem ao Município de Monsenhor Tabosa, até o distrito de Nossa Senhora do Livramento, num total de 40km. Finalmente, de Nossa Senhora do Livramento até o P.A. Santana são mais 20km em estrada carroçável, perfazendo um percurso total de Fortaleza até o Assentamento, de 273km.

A distância do P.A. Santana até a cidade de Monsenhor Tabosa, município-sede onde se localiza o imóvel, é de 42km, em estrada carroçável.

O imóvel foi desapropriado por interesse social para fins de Reforma Agrária através do Decreto nº 93.320, de 04-10-86, e o INCRA imitiu-se na posse em 04-12-86. A criação do Projeto deu-se em 14-05-87, através da Portaria nº 393. O principal motivo alegado para a desapropriação foi a invasão do gado do proprietário nos roçados dos trabalhadores antes mesmo da colheita, quando estes exploravam apenas 7% da área total da propriedade com suas lavouras. Além disso, como se pôde verificar no laudo de vistoria e avaliação²⁰, o imóvel era formado por duas glebas (Santana/Serra das Bestas) e o proprietário cadastrara apenas a menor parte com 32,5ha, mesmo estando a outra parte registrada em seu nome e pela qual não pagava nenhum imposto.

De acordo com o Projeto Definitivo de Amparo ao Proceca-PDAP/88 para o Assentamento, as instituições existentes na região e que poderiam prestar apoio ao Assentamento nas áreas de produção, comercialização, educação e saúde, eram as seguintes:

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE - regional de Crateús e municipal de Monsenhor Tabosa, atuando no apoio à produção, divulgação de pesquisas e extensão rural;
- Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Ceará - CODAGRO localizada em Monsenhor Tabosa, atuando no fornecimento de insumos e implementos para a agricultura;
- Banco do Brasil S/A - posto de atendimento em Monsenhor Tabosa e agência oficial em Santa Quitéria, atuando no financiamento a pequenos e médios agricultores da região;
- Orgão Municipal de Educação-OME - localizado em Monsenhor Tabosa, atuando no apoio às escolas existentes nos assentamentos;

²⁰ O Laudo de Vistoria e Avaliação é o instrumento que permite ao INCRA, se for o caso, entrar com o pedido de desapropriação por interesse social do imóvel vistoriado. Nele são levantadas as condições da ocupação da área, ou seja, se o imóvel cumpre a função social expressa no Estatuto da Terra.

- Orgão Municipal de Saúde-OMS - localizado em Monsenhor Tabosa, atuando no atendimento à população da zona rural e no apoio aos postos de saúde existentes em alguns assentamentos;
- Banco do Nordeste do Brasil-BNB - localizado no município de Boa Viagem, atuando no repasse do FNE/PROCERA, e
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa - atuando na reivindicação e assistência social aos trabalhadores rurais.

Ainda com base no mencionado Documento, foi possível levantar os principais aspectos sobre a economia da região, seus mercados e as condições de comercialização.

O P.A. Santana localiza-se nas proximidades de três municípios, a saber: Monsenhor Tabosa, Boa Viagem e Tamboril. As principais atividades produtivas caracterizam-se pela agricultura de sequeiro, com a produção de algodão, milho, feijão e a produção pecuária.

De acordo com o PDAP/88, a elevada taxa de crescimento da população, principalmente na zona urbana, seria um forte fator de pressão sobre o mercado produtivo, embora a expansão da demanda por produtos agropecuários estivesse bastante limitada pelo baixo poder aquisitivo da população dos três municípios citados. Enquanto, "... no Estado do Ceará 43% das famílias percebem salários inferiores a um salário mínimo mensal, nos municípios de Tamboril, Monsenhor Tabosa e Boa Viagem, respectivamente, 57,5%, 60,4% e 70,6% das famílias, auferem, por mês, uma renda abaixo do equivalente a um salário mínimo" (PDAP/88:45).

Na avaliação do PDAP/88, o alto grau de concentração de terras e, conseqüentemente, de outros meios de produção, acarretam uma distribuição injusta das riquezas produzidas pelos trabalhadores rurais da região.

Além disso, o Documento alertava para o fato de que, apesar das limitações à expansão do consumo nos municípios referidos, a oferta regional de produtos agropecuários seria insuficiente para atender à demanda, garantindo um mercado potencial significativo para as atividades produtivas do Assenta-

mento. Este mercado amplia-se com a inclusão dos municípios da Serra da Ibiapaba e do Município de Fortaleza no circuito de consumo dos produtos produzidos no Assentamento.

No que se refere à comercialização, os principais agentes identificados nos municípios citados, de acordo com o PDAP/88, seriam "... bodegueiros, caminhoneiros, armazenistas (atacadistas) e feirantes, além de proprietários de terras que figuram também como intermediários da comercialização dos produtos regionais" (PDAP/88:50).

Estes agentes articulam-se entre si no repasse do crédito e de mercadorias dos grandes comerciantes para os pequenos produtores da região, resultando na concentração dos produtos nos centros regionais de convergência da produção e na articulação dos pequenos produtores a uma extensa e complexa rede de intermediação, caracterizada pelo elevado controle sobre a organização do processo produtivo (PDAP, 88).

Desse modo, de acordo com o PDAP/88, a "... dispersão, a baixa produtividade do trabalho e os baixos níveis de preço obtidos na venda da produção, ao lado dos elevados preços pagos pelos bens adquiridos (insumos e gêneros essenciais) tornam, em geral, os pequenos produtores incapacitados de custear com recursos próprios o seu processo de produção e comercialização" (PDAP/88:50).

Com relação às características físicas predominantes no Assentamento, observa-se um clima do tipo quente, semi-árido, com temperatura média anual em torno de 26°C. A pluviosidade média anual é de 700mm, distribuída irregularmente, sendo os meses de fevereiro, março e abril os mais chuvosos (cerca de 70% das precipitações pluviométricas) e nos meses restantes observa-se um elevado déficit hídrico, o que compromete as culturas exploradas e se destaca como principal fator limitante à produção de lavouras e forragens (PDAP, 1988).

A rede de drenagem é formada pelos riachos Ramadinha, Massapê, Angico, Mulungu, Cachoeirinha e Boa Hora. O imóvel dispunha ainda de dois

açudes com capacidade para armazenar 2.000.000m² d'água, mais oito pequenos açudes, dos quais seis construídos recentemente.

O relevo é predominantemente plano (60%), o que corresponde a 1.927ha da área total. Os solos do imóvel Santana encontram-se distribuídos entre as classes III a VIII de capacidade de uso, da seguinte forma:

Classe III - cerca de 60% da área total. São solos com utilização condicionada, principalmente, pela ocorrência de seca edafológica média. Solos essencialmente agrícolas, moderadamente profundos, com declividade moderada e grau também moderado de erosão laminar, indicados principalmente às culturas anuais, com sistema radicular superficial e medianamente profundo. A utilização destes solos deve levar em consideração práticas simples e intensivas de conservação, dependendo das condições topográficas e de susceptibilidade à erosão;

Classe IV - cerca de 15%. São solos pouco profundos, associados à condição de topografia inclinada com declives que variam de 12% a 20%. A utilização com cultivos de culturas anuais é condicionada a práticas intensivas de conservação;

Classe VI - cerca de 14%. São solos com sérias limitações ao uso agrícola, associadas a pouca profundidade e a elevada declividade predominante, acima de 25%. São aptos a práticas especiais de reflorestamento e culturas permanentes;

Classe VII - cerca de 9%. Solos muito rasos e com severas condições de erosão laminar, afloramentos rochosos e elevada declividade. Aptos ao reflorestamento com culturas nativas, e

Classe VIII - cerca de 2%. Solos destinados à preservação permanente (PDAP, 1988).

Os fatores mais restritivos ao uso agrícola são a seca edafológica, caracterizada pela elevada deficiência hídrica dos solos, a profundidade moderada dos solos e ainda a suscetibilidade à erosão. Os solos correspondentes à classe III, predominantes no imóvel, são essencialmente agrícolas, aptos

para aquelas culturas com sistema radicular superficial e medianamente profundos, sendo restritos à cultura do milho em decorrência da pouca profundidade.

De acordo com o Laudo de Vistoria e Avaliação realizado pelo INCRA (março de 1987), havia no imóvel, no momento da desapropriação, em condições precárias de conservação, 4 casas de alvenaria, incluindo a casa sede, 5 casas de taipa, 2 açudes (um dos quais com a parede parcialmente destruída) e 12 km de cercas de arame farpado e madeira.

Com base na entrevista realizada com os assentados em 1993, foi dito que, na fase inicial, o assentamento encontrava-se na "estaca zero em termos de infraestrutura produtiva e social".

Ainda de acordo com o Laudo, residiam no imóvel 13 famílias que, juntamente com 41 famílias das circunvizinhanças, exploravam as culturas de milho, feijão e algodão, de forma precária, sem recursos e assistência técnica, não atingindo sequer os baixíssimos índices de produtividade da região, levando as famílias a um nível de extrema pobreza.

O mesmo Laudo mostra que as culturas de milho e feijão apresentavam produtividade média de 400kg/ha e 200kg/ha, respectivamente, portanto, abaixo dos índices regionais de 600kg/ha para o milho e 300kg/ha para o feijão.

Primeiro retrato: a luta pela terra e o processo de organização

Tudo começou na década de 70, quando as famílias Lourenço e Machado, que faziam parte de um grupo de trabalhadores organizados pela Comissão Pastoral da Terra-CPT, compreenderam a forma desumana como os trabalhadores eram tratados pelos patrões nas fazendas da região. Para Teófilo (1994), desde "... que a comunidade se organizou, verificou-se que o problema principal era a falta de terras. Não que faltasse terra na região. O problema era que cada vez mais trabalhadores eram expulsos das fazendas e seus donos

preferiam mantê-las com pouca ou sem nenhuma exploração que cedê-las aos trabalhadores, mesmo em forma de parceria ou meação" (TEÓFILO, 1994:107).

Este grupo de trabalhadores denunciou à época uma série de irregularidades na posse das terras da região. Para eles, tudo "... indicava que muitos latifundiários se haviam apropriado das chamadas 'sobras de terras', que não eram abrangidas pelas antigas sesmarias concedidas e, portanto, eram terras devolutas e, quem sabe, poderiam ser distribuídas aos trabalhadores" (IDEM, 108).

Com base nesta realidade, em maio de 1980, "... com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa, 37 trabalhadores do distrito de Barreiros encaminham ao INCRA um abaixo assinado pedindo a desapropriação dos imóveis 'Fazenda Santana', de propriedade de Francisco Julio Filizola, e 'Olho D'Água da Mandioca', de Jesse Alves da Silva. Os motivos do pedido iam desde a proibição de plantar, negação de emprego na 'emergência', pagamento de renda excessiva até denúncias de irregularidades cadastrais (o dono da Fazenda Santana pagava imposto sobre apenas 32,5 hectares, quando a área possuía 3.425 hectares)" (IDEM, 109).

Seguindo o relato de Teófilo (1994), em julho de 1980, o INCRA "... constatou as irregularidades no cadastramento da 'Fazenda Santana' e as demais irregularidades apontadas pelos trabalhadores nas duas áreas. Porém, estranhamente, adquiriu por compra a 'Fazenda Olho D'Água' (onde se instalou depois um parcelamento denominado 'Vista Alegre') e, finalmente, em 27/11/82, arquivou o processo 1938/80. Já aí o poder do Sr. Filizola tudo indica, evitou a desapropriação" (IDEM, 109).

A partir de 1986, alertados pelo Delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região de que o INCRA estava elaborando um Plano Regional de Reforma Agrária e que, para tanto, os Sindicatos deveriam fazer um levantamento da existência de latifúndios passíveis de desapropriação, os trabalhadores alegraram-se e passaram a sonhar com a conquista da terra (IDEM, 1994).

A expectativa de que se conquistasse a terra, permitindo o assentamento de parte das famílias sem terra da região, era cada vez maior. Em junho de 1986, o INCRA mandou que fossem realizadas vistorias nas áreas solicitadas pelos trabalhadores através do Sindicato. A Fazenda Santana seria uma das primeiras da lista, em razão do absenteísmo predominante. A fazenda era entregue a um único vaqueiro, que cuidava das 400 cabeças de gado do proprietário, e possuía de benfeitorias apenas a casa do vaqueiro, algumas cercas em más condições e um baixíssimo potencial hídrico. Tudo isto ficou comprovado pelo laudo de vistoria realizado pelo INCRA (IDEM, 1994).

Desse modo, foi formado um processo administrativo com parecer favorável à desapropriação do imóvel, submetido e aprovado por unanimidade pela Comissão Agrária Estadual. Encaminhado a Brasília, o INCRA concorda com o parecer técnico e submete o processo à aprovação do Presidente da República. Finalmente, em 01/10/86, sai o Decreto de desapropriação do imóvel, sendo que a Imissão de Posse, que garante ao INCRA o domínio do imóvel, se dá em 04/12/86 (IDEM, 1994).

De acordo com informações contidas nos documentos existentes no INCRA referentes ao Projeto de Assentamento Santana e com base na pesquisa direta realizada em 1993, o processo de organização dos trabalhadores teve início desde a década de 70 na luta pela desapropriação da fazenda. Foi um período de intensa rotatividade entre os trabalhadores que estiveram liderando o processo de luta pela desapropriação, que se concretizou graças a um profícuo trabalho conjunto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monsenhor Tabosa, a Igreja Católica e dos Trabalhadores.

As relações de trabalho predominantes na fazenda davam-se através de um sistema de parceria com contrato verbal, e o pagamento da renda da terra era feito com forragem. Amiúde, o patrão mandava soltar seu gado no roçado dos trabalhadores, antes mesmo da colheita. Além disso, havia a proibição da expansão do plantio de subsistência, pois a preocupação do patrão era com seu rebanho (400 cabeças). Esta situação gerou um clima de conflito

e tensão dentro do imóvel, originando um prolongado processo de luta pela desapropriação (INCRA, 1988).

Conquistada a terra e criado o Assentamento, três etapas fundamentais foram cumpridas. A primeira refere-se à decisão de assumir o Assentamento de forma mista, mas com ênfase na produção coletiva. Daí, foi decisão geral o não parcelamento das terras (dados da entrevista). Esta decisão pôde ser tomada após a análise de experiências de trabalho coletivo realizadas nas comunidades vizinhas de "Tourão" e "Viração" (bodega e armazéns coletivos, roçados, entre outras), como também na experiência mal sucedida de um assentamento vizinho totalmente parcelado²¹. Estas experiências haviam demonstrado que o agrupamento, a união dos trabalhadores ajudava a todos. Para TEÓFILO (1994), os trabalhadores rurais haviam compreendido que, mesmo conquistando a terra, isoladamente, não poderiam fazê-la produzir.

A partir do "Plano dos 100 Dias"²², o grupo decidiu distribuir-se em 12 comissões de trabalho, para desenvolver as seguintes atividades:

- construção das cercas perimetrais²³;
- abertura das áreas de plantio (200ha);
- fabricação de tijolos para a construção das casas;
- instalação da bodega e caixa coletivo, e
- aquisição de gado bovino, animais de tração, caprinos e ovinos, com recursos do crédito fomento e alimentação²⁴.

²¹ O Projeto de Assentamento Vista Alegre foi visitado em 1993, mesmo período da pesquisa realizada em Santana, e pôde-se constatar uma situação de extrema pobreza das famílias. Além disso, apesar do tempo de criação do Assentamento (10 anos), não se viu nenhuma conquista relevante em todo esse tempo. Não há escola, posto de saúde nem energia elétrica, muito embora a rede passe na entrada do Assentamento. A utilização do principal açude é limitada, em decorrência do parcelamento mal feito, que incluiu a área em 3 parcelas somente. A produção em 1992, de acordo com informações dos assentados entrevistados, não foi suficiente sequer para o consumo das famílias. O índice de venda de parcelas é elevado, inviabilizando a afirmação do Assentamento como uma unidade produtiva.

²² Através do chamado "Plano dos 100 Dias", os assentados decidiram se distribuir em comissões de trabalho para construção das cercas do perímetro, com os recursos dos créditos de implantação (Alimentação, Fomento e Habitação), abertura de áreas de plantio (200ha), confecção de tijolos para a construção das casas e da bodega comunitária. A cesta básica estava garantida pelo Programa Mundial de Alimentos-PMA.

²³ De acordo com informação da pesquisa direta realizada em 1993, a construção das cercas do perímetro era prioridade nº 1, uma vez que parte do gado do ex-proprietário ainda continuava pastando no imóvel após a desapropriação. Assim é que, em setembro de 1987, o imóvel estava totalmente cercado e o gado do ex-proprietário completamente retirado. Os assentados passaram então a comprar os próprios animais.

²⁴ Os Assentados revelaram que começaram comprando os animais dos próprios companheiros. Foi elaborada uma tabela com preços abaixo dos de mercado e com os recursos destinados para a compra de 60 bovinos, 60 caprinos, 60 ovinos, compraram 120 bovinos, 150 caprinos, 150 ovinos e, ainda, alguns equinos que não estavam previstos.

A proposta de conduzir os trabalhos no Assentamento com ênfase no trabalho coletivo fez com que algumas famílias (em torno de 8), desistissem de tocar os trabalhos daquela maneira, e que fossem selecionadas outras. As que ficaram, no entanto, estão até hoje no Assentamento. A elaboração dos critérios para a seleção das famílias contou com a participação decisiva dos assentados, que após várias Assembléias Gerais, juntamente com o INCRA, EMATERCE e STR de Monsenhor Tabosa, concluíram o processo de seleção de 54 famílias.

Um dos critérios definidos para a seleção referia-se à obrigatoriedade do candidato ser votado e contar com a aprovação da maioria dos inscritos para poder fazer parte do Assentamento, implicando que todos teriam que votar e ser votados.

Os Assentados já tinham, ao final do processo de seleção, uma proposta de criação de uma associação para o Assentamento. Para tanto, criaram uma Comissão composta de 6 membros, chamados constituintes, que discutiriam uma proposta de estatuto e de regimento, que posteriormente seria votada em assembléias semanais. Os assentados optaram pela divisão em três grupos de trabalho, reunindo-se semanalmente para avaliar as propostas dos constituintes. Uma das propostas aprovadas foi a necessidade de realização de nova pré-seleção das famílias. Continuariam no Assentamento aqueles que quisessem trabalhar de forma coletiva e que não pensassem na divisão da terra. Outra proposta era com relação aos animais. Não seria permitido criar animais individualmente e quem tivesse animais deveria vendê-los para o coletivo. Em setembro de 1987, todos haviam fechado com as propostas e estava aberto o caminho para criar a associação.

A segunda etapa no desenvolvimento do Projeto de Assentamento Santana deu-se com a criação da Associação Geradora de União e Imenso Amor-ÁGUIA, em 19-05-1988, com mandato de dois anos para a Diretoria, sem direito a reeleição, mas com a possibilidade de prorrogação do mandato pela Assembléia Geral.

De acordo com o seu Estatuto a Associação deveria cumprir os seguintes objetivos:

- promover a defesa de seus associados e dependentes, bem como solidarizar-se na defesa dos direitos de todos os demais pequenos produtores com ou sem terra;
- promover o desenvolvimento comunitário com recursos próprios ou obtidos por doações ou empréstimos feitos por entidades públicas, nacionais ou internacionais, de pessoa física ou jurídica;
- explorar as áreas de sua jurisdição sob a forma de organização da produção comunitária, promovendo e estimulando o desenvolvimento da produção comercial, do consumo e das atividades econômicas complementares;
- proporcionar a melhoria do convívio entre os membros da Associação e dependentes;
- proporcionar aos seus sócios e dependentes atividades culturais, educacionais, desportivas e assistenciais, direta ou indiretamente, através de instituições, e
- celebrar convênios, acordos ou contratos, com qualquer entidade pública ou privada, visando à obtenção de serviços em benefício dos associados, principalmente nas áreas de saúde, educação, extensão, saneamento, habitação, abastecimento, produção, comunicação, treinamento de mão-de-obra rural, pesquisa e assistência técnica.

A mensalidade ficou definida em 1% do salário mínimo e a distribuição dos resultados da produção seria feita, de acordo com o Estatuto, da seguinte maneira:

- 80% dividido entre os sócios;
- 10% destinados ao fundo da Associação;
- 5% destinados ao fundo de sementes, e
- 5% destinados ao fundo de reserva dos sócios.

Com base nas informações da entrevista realizada em 1993, após dois anos e meio, a Associação possuía aproximadamente 350 bovinos, 700 caprinos e 500 ovinos. Adquirira também um caminhão semi-novo e um automóvel (fusca).

Nessa etapa do Assentamento, as atividades das comissões eram controladas através de dias de trabalho, sendo norma que se o associado faltasse um dia de trabalho, receberia duas faltas, como forma de estimular a frequência.

Com base no relato de Paulo Francisco dos Santos, dirigente da ÁGUIA, após dois anos e meio de existência, a Associação não era mais suficiente para responder aos desafios da organização no Assentamento, pois este adquirira um caráter empresarial, com um plano de produção definido e toda uma infraestrutura inicial de produção. Desse modo é que, a partir de dezembro de 1990, Santana entra na terceira fase de desenvolvimento, caracterizada pela criação da Cooperativa de Produção Agropecuária ÁGUIA do Assentamento de Santana LTDA-COOPÁGUIA. A COOPÁGUIA surgiu no contexto de um processo travado em discussões no âmbito do MST, a partir do qual, juntamente com a participação de outras duas cooperativas, foi criada a Cooperativa Central dos Assentados do Estado do Ceará-CCA.

Participaram, também, da criação da CCA, outras quatro associações que estão em fase de transformação em cooperativa. Para os assentados, a criação da CCA permitiu o acúmulo de grande experiência no relacionamento com entidades públicas e organizações não governamentais - ONG's, tanto no Ceará como em outros estados, permitindo a superação das dificuldades e desafios interpostos aos assentamentos no período do governo Collor²⁵.

Havia, em 1992, seis Cooperativas Centrais localizadas nos Estados do Ceará, Bahia, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que permitiram a criação da Confederação Nacional das Cooperativas de Re-

²⁵ Uma das principais dificuldades refere-se à tentativa de parcelamento das áreas reformadas, sem levar em consideração diversas experiências de organização com base no trabalho coletivo. Nessas experiências, os assentados não admitiam o parcelamento do imóvel, implicando em que muitos assentamentos, sentindo-se prejudicados, buscassem na justiça a suspensão dos parcelamentos.

forma Agrária - CONCRAB, em maio/92. A partir da criação da CONCRAB, o Sistema Cooperativista dos Assentados passa a funcionar em três níveis:

- 1 - Cooperativas de Produção Agropecuária-CPA's, com a função de adquirir máquinas, comercializar produtos, vender insumos e bens de consumo e organizar o transporte da produção. Dá-se no assentamento visando ao trabalho e à utilização da terra de forma coletiva;
- 2 - Cooperativas Centrais, CCA's, com a função de organizar a comercialização em maior escala, conseguir financiamentos, assistência técnica e projetos agro-industriais. Dá-se ao nível estadual, visando à união das CPA's e das Associações dos Assentados, e
- 3 - Confederação Nacional, CONCRAB, com a função de representação junto aos órgãos públicos, realização de estudos de mercado, busca de linhas de crédito e opções de mercado para os produtos. Dá-se ao nível nacional visando à organização das Cooperativas Centrais dos Estados (MST, 1993).

O conceito da COOPÁGUIA baseou-se em uma proposta nova de cooperativa criada no âmbito do MST, que foi adaptada para o Assentamento, considerando a experiência das cooperativas tradicionais²⁶, que deixaram uma imagem muito ruim, principalmente para os trabalhadores, na medida em que este modelo tem, historicamente, beneficiado uma minoria dentre os associados.

De acordo com seu Estatuto, a COOPÁGUIA teria como objetivo principal o desenvolvimento da produção agropecuária, devendo, para alcançá-lo, executar as seguintes atividades:

²⁶ LOUREIRO (1981) entende que o sistema cooperativista brasileiro na realidade tem se definido "... cada vez mais como um eficiente instrumento a serviço do capital e de seus mecanismos de dominação"(LOUREIRO, 1981:7). A mesma autora faz ainda dois intrigantes questionamentos a respeito do papel da cooperativa para o campesinato: "é a cooperativa uma prática eficaz para a eliminação da exploração camponesa apenas em economias já socializadas ou pode, ao contrário, tornar-se instrumento de suavização daquela exploração mesmo no interior do capitalismo, desde que operada sob direção democrática e fundamentalmente comprometida com os interesses do campesinato? (...) pode a cooperativa ser a forma mais adequada de organização dos camponeses para enfrentar o capital, de modo análogo ao que representa o sindicato para os assalariados?"(LOUREIRO, 1981, prefácio).

- coordenar as atividades agropecuárias nas áreas pertencentes aos associados, ou em áreas próprias;
- comercializar insumos, produtos agrícolas e bens de consumo;
- desenvolver a mecanização agrícola, e
- garantir o transporte de bens e produtos;
- implantar agroindústrias para produtos de interesse dos associados;
- operar repasses de crédito ou vendas a prazo em atendimento aos sócios;
- prestar serviços relacionados com o desenvolvimento da agropecuária e do bem-estar dos associados, e
- prestar assistência técnica aos associados.

✎ Ainda com base no Estatuto da COOPÁGUIA, cada associado deveria subscrever, no mínimo, três cotas-partes, correspondentes a R\$ 134,73. As cotas-partes poderiam ser integralizadas à vista, em dinheiro ou correspondente a bens e produtos, ou ainda a prazo em dinheiro, ou correspondente a bens e produtos.

Os assentados de Santana entendiam que se quisessem permanecer no campo deveriam se organizar empresarialmente. Nas propostas tradicionais de cooperativa, o capital é visto em primeiro plano, enquanto na proposta dos Assentados o homem é a prioridade, compreenderam-se, desde cedo, como os construtores da Cooperativa e responsáveis pelo processo produtivo e, por isso, não admitem a figura do patrão. Senão, veja-se esta afirmação de um assentado: "... os patrões que se organizem nas suas cooperativas e formas de luta (...). A cooperativa tradicional visa o lucro e a nossa visa as sobras, pois o que nós construímos é feito por nós mesmos, temos as despesas e as sobras são divididas para cada um, não pela proporção de capital, mas pela de trabalho. Para nós o importante não é o capital, mas o homem" (Paulo Francisco dos Santos, assentado, 32 anos). Além disso, para os assentados era fundamental que as CPA's fossem encaradas pelo poder público e pelas ONG's que

atuam no campo, numa perspectiva de parceria nas atividades inerentes a estes organismos, e não como objeto de suas ações.

A COOPÁGUIA iniciou suas atividades com 57 associados, dos quais 35 trabalhavam no setor de agricultura divididos em 5 comissões. Os restantes trabalhavam na comissão de pecuária. Nas subcomissões, havia um apontador, controlando os horários de trabalho dos associados. A cada mês, as fichas eram trocadas e, no final de cada ano, eram contadas as horas trabalhadas e, após descontadas as faltas chegava-se ao benefício a que cada associado tinha direito. Os associados trabalhavam três dias nas atividades coletivas e três dias nas atividades de subsistência, ou em outra atividade que desejassem - como viagens ou compras na cidade.

A comercialização da produção de grãos era feita no período de nov/jan, quando os preços são mais compensadores. A venda dos animais ocorria de jun/ago, do mel (em média 600 litros ao ano) de mai/jun, e de queijo (em média 3.600kg ao ano), durante todo o ano (se houvesse inverno). A distribuição do leite dava-se por estimativa para cada família (no inverno 40 litros em média por família ao mês), sendo que as famílias maiores complementavam com leite de cabra. Existia no momento da pesquisa em 1993, um pequeno sítio com banana e acerola, que rendia, na semana, 3.000 unidades e 500g, respectivamente.

A bodega comunitária comercializava gêneros de primeira necessidade, insumos para a agropecuária e produtos da produção coletiva e individual do assentamento e, ainda, alguns produtos da região próxima ao imóvel. O abastecimento da bodega era feito, geralmente, aproveitando-se as viagens do caminhão da Cooperativa, que transportava a produção local para outras praças. As vendas aos assentados eram realizadas, geralmente, a prazo, dependendo das condições oferecidas pelos fornecedores. Houve momentos em que, cumprindo decisão da Assembléia Geral, em função da estiagem, as vendas eram feitas a vista. As vendas para pessoas de fora do Assentamento eram sempre feitas a vista.

O Assentamento contava ainda com uma unidade de confecção com cinco máquinas de costura, que produzia tanto para o consumo interno como para o mercado das comunidades e municípios vizinhos.

Com base nas informações contidas nas entrevistas, em 1992, novas conquistas vieram compor o patrimônio do Assentamento, como a construção de dois silos-trincheira, com capacidade para armazenar 450t, um posto de saúde, com uma enfermeira do próprio Assentamento e um agente de saúde mantido pelo Governo do Estado. O posto de saúde não dispunha de serviço odontológico.

Havia o compromisso da Prefeitura de Monsenhor Tabosa de ampliar o prédio escolar em mais uma sala. Aguardava-se para breve a instalação de um posto telefônico.

Apesar do agravamento da seca, a Cooperativa fechou o ano de 1992 com 600 caprinos, 460 bovinos, 400 ovinos, 42 eqüinos, totalizando 1502 animais. Em 1993, por causa da seca o número de bovinos caiu para 300 animais. No entanto, apesar de todas as dificuldades, a Cooperativa estruturou-se permitindo a manutenção de 300 animais, enquanto na região os fazendeiros encontravam-se com um rebanho bastante inferior ao da Cooperativa, de acordo com as informações do assentado José Pereira Santos. Cabe ressaltar que os assentados revelaram não terem sido beneficiados com nenhum tipo de crédito no ano da pesquisa.

Ainda com base na entrevista, o baixo índice de alfabetização vigente no Assentamento vinha ocasionando problemas, principalmente no que se referia ao controle das atividades produtivas, tanto ao nível da Cooperativa como também das atividades individuais. Outra dificuldade referia-se à participação dos cooperados. No início do Assentamento, a participação era exclusiva dos homens. Os assentados passaram a discutir formas de integração de jovens e mulheres. A partir desta discussão, os jovens passaram a fazer parte dos trabalhos. Porém, com referência à participação das mulheres, até o momento da pesquisa não havia sido possível integrá-las plenamente nas atividades da Cooperativa.

Outra preocupação dos assentados referia-se à saturação do imóvel, na medida em que os filhos fossem casando e, conseqüentemente, aumentando a população do Assentamento. Acreditavam que, ao ampliarem a infraestrutura de produção, aumentariam a capacidade de absorção de mão-de-obra. Outra opção seria a conquista de novas áreas ou mesmo a ampliação da área do próprio Assentamento. Porém, com a ampliação da infra-estrutura produtiva, essa não deveria ser uma preocupação de curto prazo. Além do mais, a maioria dos assentados entrevistados era muito jovem, entre 30 e 35 anos.

Outro aspecto relevante era o elevado grau de parentesco entre as famílias, que, na visão dos assentados, tornava-se importante no aspecto da organização, mas em outros momentos poderia trazer dificuldades. Como explica Paulo: "... quando começamos a trabalhar a questão da empresa, pelo grau de parentesco, pela proximidade, surgiram dificuldades, mas em geral é mais fácil trabalhar nesta situação do que se fosse um grupo de estranhos..." (Paulo Francisco dos Santos, assentado, 32 anos).

Quanto à inserção da Cooperativa no sistema capitalista, os Assentados admitiam haver uma discussão de como conseguir sobreviver nesse modelo, que só visa ao capital e não ao homem. Teriam que trabalhar na lógica de ver em primeiro lugar o homem, mas estando conscientes de que o sistema é capitalista e, portanto, precisavam se capitalizar. Só pelo fato de estarem organizados, não iriam conseguir sobreviver, pois a sociedade os marginaliza (dados da entrevista).

A partir do ano de 1994, a nova direção eleita para a Cooperativa passou a adotar novo método de administração, chamado Coletivo de Direção, formado por nove membros efetivos, o que significava que seriam 9 dirigentes e não apenas 3, como na estrutura anterior. Desse modo, cada setor da Cooperativa teria um representante no Coletivo de Direção, permitindo conduzir um trabalho direto com os associados. A nova Direção pretendia, por exemplo, controlar, além das horas trabalhadas, também a produtividade do trabalho,

permitindo saber se, de fato, determinada atividade estaria apresentando os rendimentos esperados.

Os assentados entendiam que houve erros e acertos nas atividades coletivas do Assentamento. No entanto, acreditavam que a única saída para uma melhoria na condição de vida das famílias seria através dessas atividades. Viam-se socialmente em outra situação, muito embora não fosse aquela a que queriam chegar. Os trabalhadores do Assentamento acreditavam ter resolvido uma série de problemas que os outros não haviam resolvido, como habitação, escola, água, eletrificação, transporte e uma série de benefícios sociais. Aos poucos chegariam a uma situação em que todas as famílias teriam o mínimo necessário para sua sobrevivência e apoio de infra-estrutura social, refletindo-se na melhoria da qualidade de vida, como melhor padrão de alimentação, o que não enxergavam como problema de longo prazo, mas de médio prazo para ser resolvido (dados da entrevista).

Segundo retrato: a convivência inicial com a terra

Após um ano de criação do Assentamento, a situação começa a mudar, em relação às condições preexistentes, fruto de uma série de acontecimentos relatados a seguir, que convergiram para que o processo de gestão fosse aos poucos se tornando possível em Santana.

O Programa de Ação Imediata-PAI, elaborado pelo INCRA em 1988, permite a constatação dos motivos dessa mudança. No PAI consta a programação de uma série de atividades nas áreas de saúde, habitação, educação, produção e construção de infra-estrutura.

De acordo com o documento citado, após um ano de atividades, o uso da área do imóvel estava assim distribuído:

Área cultivada	15,66%	correspondendo a	500ha
Área de pousio	2,34%	correspondendo a	75ha
Área com caatinga	72,47%	correspondendo a	2.328ha
Área indiretamente produtiva	7,86%	correspondendo a	253ha
Área improdutiva	1,77%	correspondendo a	57ha
TOTAL	100%		3.213ha

Como se pode observar, após um ano da criação do Projeto, a área cultivada já representava o dobro da área cultivada no momento da desapropriação, que era de apenas 7%.

Ainda de conformidade com o documento, o potencial agrícola do imóvel estava distribuído de acordo com a classificação dos solos, da seguinte maneira:

- Área de reserva florestal:	642ha
- Área ocupada pela rede hídrica:	155ha
- Área agricultável:	2.393ha
- Área para equipamento comunitário:	23ha
TOTAL	3.213ha

As construções existentes nesta fase do Assentamento, consoante o PAI, eram as seguintes:

- 60 casas de alvenaria acabadas e 20 por terminar, construídas com o crédito habitação liberado pelo INCRA, que na época era suficiente para a construção de apenas 50 casas, além de 6 casas de taipa e 2 de alvenaria, utilizadas para acomodar as famílias que ainda não estavam no núcleo urbano;
- 1 aprisco com capacidade para 600 cabeças;
- 2 poços profundos perfurados;
- 2 cacimbões em construção;
- 1 grupo escolar novo, com 2 salas, cantina e banheiro;
- 1 curral de madeira;
- 1 casa sede;
- 5 açudes;
- 12 cancelas para divisão de pastagem;
- 25 km de cercas de madeira e arame de 3 fios, e
- 01 armazém.

Na área de educação, ainda no 1º ano de criação do Assentamento, a escola funcionava nos três turnos, durante o dia com quatro turmas, sendo duas de alfabetização e duas de 1º grau menor, e a noite com duas turmas de educação para adultos. Já havia nessa época a preocupação dos assentados com a ampliação e melhoria dos equipamentos do prédio escolar, bem como com a qualidade do ensino, na medida em que almejavam a metodologia da educação de base, "... onde as crianças, jovens e adultos da área rural analisam sua realidade e passam a agir como sujeitos do processo ensino-aprendizagem" (PAI, INCRA/1988:18).

A comunidade de Santana não dispunha de posto de saúde local, tendo que recorrer ao posto localizado na comunidade de Barreiros, distante 10km do imóvel. Além disso, o atendimento prestado neste posto era bastante deficitário, sendo que, em casos mais graves, os moradores teriam que recorrer aos hospitais de Monsenhor Tabosa (40km) ou de Boa Viagem (65km). Nos períodos de inverno, quando o acesso aos municípios ficava bastante comprometido,

em razão das cheias dos riachos, o transporte dos doentes era feito em redes. (PAI/INCRA, 1988).

De acordo com o PAI, 30% das famílias de Santana utilizavam água filtrada, visando, principalmente, ao consumo das crianças. Não existia infraestrutura para saneamento, nem mesmo fossas sépticas nas residências. Nas casas em construção, havia caixa d'água, faltando somente a conclusão dos serviços de privadas, sendo que algumas residências contavam com aparelhos sanitários instalados.

Ainda com base no Documento do INCRA (PAI), a decisão de construir um núcleo habitacional foi tomada pelos próprios assentados, que escolheram uma área de 12ha para tal finalidade. As características da casa padrão em Santana são as seguintes: alvenaria, cobertura de telhas, rebocadas, 1 sala, 2 quartos, 1 banheiro e 1 cozinha, piso de cimento e caixa d'água. As casas contam ainda com um pequeno quintal onde os Assentados plantam hortaliças.

A rede elétrica mais próxima do Assentamento ficava na localidade de Nossa Senhora do Livramento, distante 20km do imóvel, e as informações chegavam até o Assentamento principalmente através das emissoras de rádio da região. Nessa fase de convivência inicial no Assentamento, os assentados elaboraram um projeto para o núcleo urbano de Santana, numa área de 120.000m², em forma retangular, que previa, além da construção das 80 casas (15m de distância uma das outras), a construção de toda uma infra-estrutura de interesse da comunidade

Com referência à utilização da área, as limitações do solo e a seca também contribuíram para que em Santana não houvesse o parcelamento das terras e para que a produção assumisse, em grande parte, um caráter coletivo, em especial na principal atividade produtiva do Assentamento, caracterizada pela pecuária.

Apesar da predominância da exploração coletiva, os assentados procuravam dar seguimento à produção familiar, cultivando individualmente pequenas parcelas, principalmente com feijão e milho, e incrementando a criação de animais domésticos, com base no próprio Regimento do Assentamento, que

determinava a possibilidade de ser explorada anualmente, em forma de mutirão, uma área correspondente a 1 ha por família, com culturas de subsistência (milho e feijão) para o atendimento das necessidades dos beneficiários.

Feitas estas considerações a respeito do P.A. Santana, são delineados a seguir os procedimentos, métodos e técnicas utilizados na investigação.

PARTE 4

A PESQUISA: PROCEDIMENTOS, MÉTODOS E TÉCNICAS

Os procedimentos, métodos e técnicas utilizados na pesquisa permitiram a realização de um diagnóstico sobre as condições sócio-econômicas predominantes nas situações **antes** e **depois** da criação do Assentamento.

A escolha do P.A. Santana deveu-se basicamente, ao fato de a área haver atingido, em pouco tempo de criação, um nível de organização social e produtiva bastante significativo (PDAP, 1990). Desse modo, optou-se por uma pesquisa do tipo descritiva, que tem como principal objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno (GIL, 1987). Para RUDIO (1989), a "... pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los" (RUDIO, 1989:56).

Para tanto, procedeu-se à realização de uma coleta de dados primários (pesquisa direta) e secundários (Instituições: INCRA, EMATER, IBGE e Fundação Instituto de Planejamento do Ceará-IPLANCE), utilizando-se, como instrumentos metodológicos de pesquisa, o questionário, a entrevista e a observação participante. Os resultados da entrevista, da observação participante e das questões abertas dos questionários, resumidos no estudo qualitativo, foram utilizados para fundamentar as informações sobre o Assentamento e para consolidar a análise dos dados quantitativos obtidos a partir dos questionários.

Como o número de famílias associadas à COOPÁGUIA não era muito elevado (54 famílias), optou-se pela realização de um censo. Para tanto, elaborou-se um questionário individual (Apêndice II) com perguntas abertas e fechadas, contemplando as situações **antes** e **depois** da criação do Assentamento. O conteúdo das questões fechadas ficou distribuído da seguinte maneira:

- 1ª parte: dados gerais do informante;
- 2ª parte: informações relacionadas à habitação e saneamento;
- 3ª parte: informações relacionadas à saúde e assistência médica;
- 4ª parte: informações sobre o nível de alimentação;
- 5ª parte: informações relativas à educação/ associativismo;
- 6ª parte: informações sobre bens domésticos e de lazer;
- 7ª parte: informações sobre a produção 91/92;
- 8ª parte: informações sobre a renda individual, e
- 9ª parte: informações sobre o sistema de produção.

Nas questões abertas, buscou-se o levantamento de dados de cunho subjetivo, como, por exemplo, as opiniões dos assentados a respeito do desempenho da Cooperativa, das vantagens do trabalho coletivo, do parcelamento, das condições de vida das famílias, entre outras.

O levantamento dos resultados das atividades produtivas coletivas foi realizado através da pesquisa direta realizada com os membros da COOPÁ-GUIA, com base nos registros relativos ao ano agrícola 91/92.

Utilizou-se também o recurso da entrevista - história oral (8 horas de gravação) - para levantar a história do assentamento (na visão dos atores sociais), bem como para a complementação das informações a respeito da evolução das atividades da Cooperativa e dos resultados sócio-econômicos obtidos. Cabe ressaltar que as entrevistas foram realizadas também no Projeto de Assentamento Vista Alegre, vizinho ao P. A. Santana, procurando-se verificar ali as principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais de um assentamento parcelado.

A técnica de entrevista com base na história oral, de acordo com MEIHY (1993), possibilita "... o registro de experiências e a investigação de determinados temas que normalmente são desprezados pela comunidade acadêmica internacional. A história oral se coloca como um veículo para trazer aos

ciclos de reflexão, aos estudos universitários, uma série de experiências de grupos que não têm livros, não sabem escrever..." (MEIHY, 1993).

Método de análise

Por tratar-se de uma pesquisa descritiva, optou-se pelo delineamento com base em um estudo de caso, com dados primários - coleta de dados no campo - buscando-se aquele caso que amplamente conhecido, pudesse enquadrar-se no tipo ideal. Feito isso, optou-se pelo P. A. Santana, localizado no Município de Monsenhor Tabosa, sertão cearense.

O delineamento proposto, como mostra GIL (1987), permite por sua relativa simplicidade e economia, a investigação do objeto de estudo, "... por um único investigador, ou por um grupo pequeno e não requer a aplicação de massa para a coleta de dados, como ocorre nos levantamentos" (GIL, 1987:79).

Porém, a generalização referida acima é limitada e dependerá da seleção adequada do caso a estudar. Pode ocorrer que a unidade escolhida para o estudo de caso seja bastante anormal dentre as existentes, conferindo reduzido poder de explicação das conclusões da pesquisa (GIL, 1987).

Porque se tratava de uma pesquisa baseada em um estudo de caso, portanto, sem grupo de controle, buscou-se na estruturação dos questionários a obtenção de dados da situação **antes e depois** da criação do Assentamento, de modo a permitir maior poder de explicação aos resultados obtidos. Para RUDIO (1989), o grupo único comparado **antes e depois**, permite compensar a principal limitação do estudo de caso, caracterizada pela ausência do grupo de controle.

Além disso, os dados referentes à situação **antes** tem seu poder explicativo limitado pelo fato de estarem, em grande parte, baseados na memória dos assentados, mesmo considerando-se a fase recente de criação do Assentamento.

Buscou-se, ainda, nos dados secundários coletados nas instituições atuantes no meio rural, informações que permitissem comparar o desempenho do Projeto de Assentamento Santana com indicadores da realidade do Município e do Estado do Ceará.

Técnicas estatísticas de análise dos dados

As técnicas estatísticas utilizadas para a análise dos dados obtidos nos questionários aplicados na pesquisa foram definidas a partir da consultoria solicitada ao Laboratório de Estatística e Matemática Aplicada - LEMA, do Departamento de Estatística e Matemática Aplicada da Universidade Federal do Ceará-UFC (Apêndice I).

Nesta fase, utilizou-se estatística descritiva, através de tabelas de frequência unidimensionais e bidimensionais (tabelas cruzadas), procurando-se comparar os dados nas situações **antes e depois** da criação do Assentamento.

Renda no P. A. Santana

Com base nas informações obtidas nos questionários aplicados no Projeto, foi possível recompor a renda individual dos associados à Cooperativa durante a safra agrícola 91/92. Porém, trabalhou-se com a renda bruta, já que não foram incluídos os custos de produção e de remuneração da força de trabalho familiar.

I - Fontes de renda

Os itens relativos à renda foram agrupados de acordo com as seguintes categorias:

- renda agrícola monetária individual-RAGI: obtida com a venda dos produtos agrícolas, calculada de acordo com os preços pagos ao produtor, elaborados pelo IPLANCE;
- renda animal monetária individual-RANI: obtida com a venda de animais e derivados, calculada de acordo com os preços pagos ao produtor, elaborados pelo IPLANCE;
- renda das atividades coletivas-RAC: obtida com o trabalho nas atividades coletivas da Cooperativa, durante todo o ano;
- valor do autoconsumo-VAC: consumo da própria produção do trabalhador durante o ano. As quantidades consumidas declaradas nos questionários foram avaliadas de acordo com os preços médios recebidos pelo produtor no ano, elaborados pelo IPLANCE.

A renda bruta anual obtida com o somatório das diferentes fontes de rendimento antes expostas foi dividida pelo número de associados à Cooperativa e, posteriormente, transformada em renda média mensal bruta, atualizada para abril de 1995 com base na tabela de fatores de atualização de valores correntes (período de jan/70 a abr/95. Índice Geral de Preços-IGP), calculada através dos dados da Fundação Getúlio Vargas. Calculou-se ainda a renda individual mensal bruta em **salários mínimos** e a renda anual **per capita** do Assentamento, que foi "dolarizada" com o objetivo de compará-la com a renda **per capita** do Município de Monsenhor Tabosa.

II - Índice do valor do autoconsumo

Este índice foi criado visando-se ao conhecimento do percentual do autoconsumo na renda. O índice de autoconsumo foi calculado da seguinte forma:

Sejam as variáveis:

$(RAGI+RANI) = (\text{milho} + \text{feijão} + \text{porco} + \text{galinha});$

$RAC = (\text{valor por associado Cr\$ } 1.249.855,00)$

VAC = (carne + ovos + leite + milho + feijão + peixe + porco + galinha);

RT = RENDA TOTAL = (RAGI+RANI) + RAC + VAC

Então, o índice do valor do autoconsumo é dado por:

IC = ÍNDICE AUTOCONSUMO = (VAC/RT)*100

III - Comparação do nível de alimentação

Para a comparação entre a diferença nos níveis de alimentação **antes** e **depois** do assentamento, foram utilizadas as seguintes variáveis:

QA = quantidade consumida por família/semana **antes** do assentamento;

QD = quantidade consumida por família/semana **depois** do assentamento.

PARTE 5

A PERFORMANCE DO P. A. SANTANA: OS ENFOQUES QUANTITATIVO E QUALITATIVO

Após estabelecidas as bases metodológicas da pesquisa, são apresentados, analisados e interpretados os resultados, procurando-se, sempre que possível, consolidá-los com as informações do estudo qualitativo e compará-los com os dados secundários.

Dados gerais dos assentados

Observou-se que o número de dependentes por família (4,67) obedece à média nacional utilizada pelo IBGE para a realização da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios-PNAD, em torno de cinco pessoas por família.

Com relação às mulheres dos assentados, revelou-se como uma característica importante a participação de dez delas no quadro de professoras do Assentamento, correspondendo à quase totalidade do número de professoras, pois, apenas uma revelou não ser moradora do Assentamento.

Este é um dado significativo, na medida em que torna mais factível o desenvolvimento de atividades educacionais com base na realidade do próprio Assentamento.

No que se refere ao grau de parentesco, as informações obtidas nos questionários mostraram que em 48 casos (88,9%) havia relação de parentesco. Este resultado pode estar relacionado à rapidez com que a comunidade desenvolveu um nível de organização bastante significativo, bem como à de-

cisão quase unânime, de utilizar os recursos produtivos do Assentamento de forma prioritariamente coletiva.

Habitação

Os dados da TABELA 1 mostram que, na questão referente ao regime de ocupação **antes**, em 32 casos (59,3%), as casas eram próprias, enquanto, após a criação do Assentamento, 53 famílias (98,1%), viviam nas próprias casas. Com relação ao tipo de construção, em 30 casos (55,6%), as casas eram de alvenaria, passando para 100% na situação **depois**.

TABELA 1 - Habitação no P. A. Santana - 1992.

HABITAÇÃO		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
Regime de Ocupação	Própria	32	59,3	53	98,1
	Cedida	22	40,7	1	1,9
Tipo de Construção	Alvenaria	30	55,6	53	100,0
	Taipa	24	44,4	-	-
Tipo de Moradia	Isolada	53	98,1	1	1,9
	Agrupada	1	1,9	53	98,1
Casa com Banheiro	Sim	2	3,7	53	98,1
	Não	52	96,3	1	1,9
Acabamento	C/Reboco	20	37,0	53	98,1
	S/Reboco	34	63,0	1	1,9
Piso	Chão Batido	35	64,8	-	-
	Tijolo	6	11,1	1	1,9
	Cimento	13	24,1	53	98,1
Tipo de Energia	Elétrica	1	1,9	53	98,1
	Querosene	53	98,1	1	1,9

FONTE: Pesquisa Direta.

A decisão pelo tipo de moradia agrupada (98,1%) foi tomada pelas vantagens que proporciona. O adensamento permite maior união na comunidade, bem como o exercício de várias atividades sociais difíceis de implementação nas comunidades isoladas. Além disso, torna menos onerosa e mais viável a implantação de uma valorosa infra-estrutura de serviços à comunidade, como saneamento, energia elétrica, escolas, posto de saúde, entre outras.

Apesar de não estarem funcionando regularmente, faltando apenas a construção da rede de saneamento, a quase totalidade das casas (98,1%) possuía banheiros instalados, enquanto, na situação **antes**, apenas duas casas (3,7%) contavam com banheiro.

Em apenas uma casa (1,9%) havia energia elétrica na situação **antes**. Após a criação do Assentamento, este número passou para 53 (98,1%). De acordo com a PNAD/90, para a zona rural do Ceará, apenas (21,9%) dos domicílios pesquisados utilizam energia elétrica.

Saneamento e saúde

Na TABELA 2, as informações relacionadas ao saneamento mostram que 75,9% dos entrevistados não realizavam nenhum tipo de tratamento na água para consumo das famílias na situação **antes**. Este percentual cai para 25,9% no segundo caso. A utilização de hipoclorito de sódio foi a forma preferida pelos Assentados para o tratamento da água para o consumo.

Relativamente à destinação dada ao lixo doméstico, a totalidade dos informantes revelou que o lixo era colocado em terrenos baldios na situação **antes**. Entretanto, **depois**, este percentual reduz-se para 29,6%, utilizando-se a queima (20,4%) e camburões de coleta (27%), como outras opções.

Os dados da PNAD/90 revelam que, na zona rural do Estado do Ceará, 87,9% dos moradores em domicílios particulares permanentes depositavam o lixo doméstico em terrenos baldios.

Outro item referente ao saneamento que reflete a melhoria na condição de vida das famílias assentadas refere-se às condições de acesso às fontes de água nas situações **antes** e **depois**. No primeiro caso, conforme relato dos próprios moradores, era necessário caminhar, às vezes, horas para ter acesso às fontes de água. Logo após a criação do Assentamento, este problema foi resolvido com a destinação da água de um açude somente para o consumo

humano e a utilização de um trator com tanque, que passou a distribuir a água nas casas duas vezes ao dia.

TABELA 2 - Saneamento no P. A. Santana - 1992.

SANEAMENTO		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
Água para Consumo	Tratada	3	5,6	21	38,9
	Filtrada	9	16,7	19	35,2
	Fervida	1	1,9	-	-
	S/Tratamento	41	75,9	14	25,9
Instalações Sanitárias	Esgoto	1	1,9	1	1,9
	Fossa Coberta	1	1,9	53	98,1
	Fossa Descoberta	1	1,9	-	-
	S/Instalação	50	94,3	-	-
Destino dos Dejetos	Mato	53	98,1	1	1,9
	Vala	1	1,9	-	-
	Fossa	-	-	53	98,1
Destino do Lixo	Terreno Baldio	54	100,0	16	29,6
	Queimado	-	-	11	20,4
	Camburões	-	-	27	50,0
Acesso à Água	Manual	54	100,0	54	100,0
	Jerico (Trator)	-	0	-	-

FONTE: Pesquisa Direta.

Esta melhoria refletiu-se também nas condições de saúde da população do Assentamento. Além de contar com um posto de saúde modestamente aparelhado, com enfermeiras treinadas do próprio Assentamento, com transporte próprio para o socorro aos casos mais graves, as condições de saúde no Projeto de Assentamento Santana mostraram-se bastante favoráveis se comparadas até mesmo com muitas cidades brasileiras.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (1993), 22,54% da população urbana do Nordeste é constituída de indigentes (pessoas com nível alimentar e condições de saúde bastante precárias e cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor da aquisição da cesta básica de alimentos).

As doenças mais comuns eram resfriados, febre, verminose. Contudo, não tinha havido até o momento da pesquisa nenhum caso de mortalidade infantil no Assentamento e, de acordo com o relato de uma pediatra da rede pública de saúde do Município de Fortaleza (Dra. Maria Fernanda Brasil Moura), que esteve no Assentamento consultando a maioria das crianças no fai-

xa etária de 0 a 8 anos, as condições gerais de saúde desses menores são superiores às da clientela atendida por ela nos postos de saúde da periferia de Fortaleza.

Organização social

O nível de associativismo fica bastante caracterizado na TABELA 3, quando se compara as situações **antes** e **depois** nos itens referentes à participação em associações e cooperativas. No primeiro caso, 54% não participavam de ambas as formas de organização, passando-se para 94,4% e 100%, respectivamente, na situação **depois**.

TABELA 3 - Organização Social no P. A. Santana - 1992.

ORGANIZAÇÕES		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
Sindicato	Sim	52	96,3	54	100,0
	Não	2	3,7	-	-
Associação	Sim	-	-	51	94,4
	Não	54	100,0	3	5,6
Cooperativa	Sim	-	-	54	100,0
	Não	54	100,0	-	-
Grupo comunitário	Sim	2	3,7	7	13,0
	Não	52	96,3	47	87,0
Partidos	Sim	3	5,6	18	33,3
	Não	51	94,4	36	66,7

FONTE: Pesquisa Direta.

Além disso, verificou-se uma crescente participação dos Assentados em partidos políticos, de 5,6% para 33,3%. Estes números mostram, inequivocamente, a importância que os Assentados atribuíam às diferentes maneiras de associativismo no meio rural, como forma de romper com o isolamento em que viviam antes de passarem a fazer parte da Política de Assentamento.

Acesso aos meios de comunicação

A melhoria do acesso aos diferentes meios de comunicação mostra-se com bastante evidência no item referente à utilização do telefone. Os percentuais encontrados foram 2,2% na situação **antes** e 39,1% na situação **depois**. No período em que foi realizada a pesquisa de campo, havia, por parte dos moradores uma grande expectativa quanto à possibilidade de instalação de um posto telefônico no Assentamento, pois só restava a instalação da rede de fiação para permitir o funcionamento da unidade.

Condições de moradia

Além das facilidades que a aldeia nucleada²⁷ permite no sentido da realização de atividades sociais e de instalação de infra-estrutura, referidas noutras passagens do presente estudo, os dados mostram uma significativa melhoria no acesso das famílias à programação das emissoras de televisão. Para isso, o Assentamento contava com um aparelho de televisão instalado na praça central onde os moradores se reuniam para acompanhar a programação.

Posse de bens domésticos

Chama a atenção na TABELA 4, a diferença nos percentuais encontrados nas situações **antes** e **depois**, para os seguintes bens: fogão (de 18,5% para 64,8%), geladeira (de 3,7% para 18,5%), televisor (de 5,6% para 29,6%) e filtro (de 25,9% para 57,4%). A posse de motocicletas também teve um acréscimo significativo, passando de 5,6% para 35,2%. Ressalte-se que a utilização de motocicletas tem uma grande importância para os trabalhadores, inclusive, como condução diária para a jornada.

²⁷ Casas aglomeradas com as áreas de produção distantes (BERTRAND, 1973).

TABELA 4 - Posse de Bens Domésticos no P. A. Santana - 1992.

BENS DOMÉSTICOS		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
Fogão	Sim	10	18,5	35	64,8
	Não	44	81,5	19	35,2
Geladeira	Sim	2	3,7	10	18,5
	Não	52	96,3	44	81,5
Televisão	Sim	3	5,6	16	29,6
	Não	53	94,4	38	70,4
Filtro	Sim	14	25,9	31	57,4
	Não	40	74,1	23	42,6
Cama	Sim	49	90,7	49	90,7
	Não	5	9,3	5	9,3
Rede	Sim	49	90,7	50	92,6
	Não	5	9,3	4	7,4
Mesa	Sim	48	88,9	46	85,2
	Não	6	11,1	8	14,8
Cadeira	Sim	44	81,1	43	79,6
	Não	10	18,5	11	20,4
Máquina de costura	Sim	7	13,0	9	16,7
	Não	47	87,0	45	83,3
Rádio	Sim	31	57,4	40	74,1
	Não	23	48,6	14	25,9
Bicicleta	Sim	28	51,9	26	48,1
	Não	26	48,1	28	51,9
Moto	Sim	3	5,6	19	35,2
	Não	51	94,4	35	64,8

FONTE: Pesquisa Direta.

Na PNAD/90, para a zona rural do Estado do Ceará, 88,8% dos entrevistados revelaram ter fogão, 7,7% tinham geladeira, 13,4% televisor e 28,3% afirmaram possuir filtro para o tratamento da água. Observa-se que, apenas com relação à posse de fogão, a situação do Assentamento ficou um pouco abaixo da situação do Estado.

Contudo, deve-se considerar que a pesquisa do IBGE engloba todos os extratos de moradores da zona rural, desde os mais ricos até os mais pobres e não contempla um horizonte definido quanto ao tempo de moradia dos entrevistados no meio rural. Por sua vez, no Assentamento, em seu início, as famílias enfrentaram muitas dificuldades, "...pois a fazenda vivia em estado de abandono, não tinha casas e as famílias ficavam expostas ao sol e a chuva" (Paulo Francisco dos Santos, Assentado, 32 anos).

Implementos agrícolas/nível tecnológico

A posse de implementos agrícolas nas situações **antes** e **depois** não sofreu grandes alterações. As variações mais significativas foram encontradas na posse de chibanca, que passou de 14,8% para 40,4%, e cultivador, de 14% para 63,5% (TABELA 5).

TABELA 5 - Implementos Agrícolas no P. A. Santana - 1992.

IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
Foice	Sim	49	90,7	50	96,2
	Não	5	9,3	2	3,8
Machado	Sim	34	63,0	36	69,2
	Não	20	37,0	16	30,8
Chibanca	Sim	8	14,8	21	40,4
	Não	48	85,2	31	59,6
Cultivador	Sim	6	14,8	33	63,5
	Não	48	85,2	19	36,5
Enxada	Sim	41	75,9	43	82,7
	Não	13	24,1	9	17,3
Cortadeira	Sim	2	3,7	2	3,8
	Não	52	96,3	50	96,2
Pá	Sim	4	7,4	9	17,3
	Não	50	92,6	43	82,7
Picareta	Sim	7	13,0	11	21,2
	Não	47	87,0	41	78,8

FONTE: Pesquisa Direta.

No que se refere a adoção de inovações tecnológicas no cultivo as alterações foram mais significativas. Os destaques ficaram por conta da utilização de tração animal, que passou de 7,8% para 60,8% na situação **depois** e práticas de conservação de solo (plantio em curva de nível), que passou de zero para 27,5% (TABELA 6).

Com relação ao nível tecnológico das atividades produtivas realizadas pela COOPÁGUIA, ressalta-se a adoção das técnicas de ensilagem, raleamento de pastagem (erradicação de espécies não utilizadas pelo rebanho) e irrigação de capineira (capim elefante e sorgo forrageiro). Além disso, observou-se

também a adoção de práticas de manejo dos rebanhos ovino, caprino e bovino (rotação de pastagem, vacinações sistematizadas e melhoramento genético, entre outras).

TABELA 6 - Nível Tecnológico No P. A. Santana - 1992.

NÍVEL TECNOLÓGICO		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
Tração Animal	Sim	4	7,8	31	60,8
	Não	47	92,2	20	39,2
Prep. Solo Manual	Sim	4	7,8	27	52,9
	Não	47	92,2	24	47,1
Prep. Solo + Tração Animal	Sim	4	7,8	31	60,8
	Não	47	92,2	20	39,2
Prep. Solo + Tração Motora	Sim	-	-	-	5,6
	Não	51	94,4	51	94,4
Prep. Solo Corretivo	Sim	-	-	1	2,0
	Não	51	94,4	50	98,0
Semente Própria	Sim	51	94,4	51	94,4
	Não	-	5,6	-	5,6
Semente Comprada	Sim	1	2,0	1	2,0
	Não	50	98,0	50	98,0
Semente Governo	Sim	-	-	34	66,7
	Não	51	94,4	17	33,3
Plantio Manual	Sim	51	94,4	43	84,3
	Não	-	5,6	8	15,7
Plantio Tração Animal	Sim	-	-	8	15,7
	Não	51	94,4	43	84,3
Plantio Tração Mecânica	Sim	-	-	-	-
	Não	51	94,4	51	94,4
Curva de Nível	Sim	-	-	14	27,5
	Não	51	94,4	37	72,5
Irrigação Mangueira	Sim	1	2,0	1	2,0
	Não	50	98,0	50	98,0
Capina Manual	Sim	51	94,4	50	98,0
	Não	-	-	1	2,0
Capina Mecânica	Sim	-	-	-	-
	Não	51	94,4	51	94,4
Colheita Manual	Sim	50	92,6	50	92,6
	Não	-	7,4	-	7,4
Colheita Mecânica	Sim	-	-	-	-
	Não	50	92,6	50	92,6
Inseticidas	Sim	3	5,9	37	72,5
	Não	48	94,1	14	27,5

FONTE: Pesquisa Direta.

Assessoria técnica

Na TABELA 7, observa-se uma sensível melhoria na oferta da assessoria técnica aos pequenos produtores (INCRA e EMATERCE), nas situações **antes** e **depois** do Assentamento, passando de 6% para 98%.

TABELA 7 - Assessoria Técnica no P. A. Santana - 1992.

ASSESSORIA TÉCNICA		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
INCRA	Sim	3	6,0	49	98,0
	Não	47	94,0	1	2,0
Emater	Sim	3	6,0	49	98,0
	Não	47	94,0	1	2,0
Frequência Anual	Nenhuma Vez	46	93,9	-	-
	Uma Vez	1	2,0	-	-
	Duas Vezes	2	4,1	49	100,0

FONTE: Pesquisa Direta.

Com relação a frequência da assessoria técnica, observou-se que, na situação **antes**, 93,9% dos informantes responderam não terem recebido nenhum tipo de assessoria técnica, enquanto que, **depois**, 100% afirmaram ter recebido assessoria técnica duas vezes no ano da pesquisa.

O número reduzido de visitas encontrado na situação **depois**, pode ser explicado pelo desestímulo criado pelo Governo Collor, no sentido das ações voltadas para a assessoria técnica aos pequenos produtores, em especial aos das áreas de assentamento.

Animais por família

Os dados do relatório e das entrevistas mostraram que a quantidade média de animais por família nas situações **antes** e **depois** da criação do Assentamento melhorou significativamente. Enquanto na situação **antes**, as famílias possuíam em média 6,65 animais de criação, **depois**, esse valor eleva-se

para 20,91. A quantidade de eqüinos e bovinos que **antes** era de 1,35, passa para 9,3. Além disso, as quantidades de caprinos e ovinos, **antes** insignificantes, tiveram um acréscimo relevante, passando para 11 e 7,4 por família, respectivamente.

As quantidades individuais de eqüinos, bovinos, caprinos e ovinos na situação **depois** foram obtidas dividindo-se o rebanho, que é comunitário, pelo número de associados à COOPÁGUIA.

Renda individual

A renda individual bruta mensal gerada pelos assentados foi em média de 1,8 s.m. (abr/95). Portanto, abaixo dos 2,33 s.m. encontrados pelo Relatório da FAO para a região Nordeste. Porém, verifica-se, com base nos resultados do citado Relatório, que uma vez ordenadas as rendas de forma crescente, os assentamentos mais pobres localizam-se no Nordeste, em particular no Estado do Ceará, onde os "... assentamentos da região do sertão não atingiram o mínimo de 1 (um) s.m. por família, incluindo todas as fontes de renda que foi possível computar" (Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, 1992:26).

O valor médio da renda mensal média encontrada pelo Relatório da FAO para os assentamentos localizados na região do sertão do Ceará foi de 0,78 s.m., sendo que os custos de produção nestes assentamentos não chegaram a 5% da renda bruta. Porém, ao serem incluídos todos os assentamentos pesquisados pela FAO no Estado do Ceará, verifica-se um valor médio da renda mensal média dos quatro assentamentos pesquisados de 1,39 s.m., abaixo da renda encontrada nesta pesquisa para o P.A. Santana.

Com base nas estimativas de custos apresentadas pela FAO para os assentamentos da região do sertão do Estado do Ceará (5%) e nas entrevistas realizadas no Assentamento, nas quais verificou-se que os custos de produção restringiam-se praticamente à compra de formicidas, optou-se pelo cálculo da

renda bruta individual, com base nos resultados das atividades agropecuárias realizadas nos **roçados individuais** - em geral, áreas destinadas às culturas de subsistência - e no trabalho coletivo, sem incluir portanto, os custos de produção, nem mesmo a remuneração da força de trabalho dos membros da família.

O Relatório da FAO, ao contrário, utilizou o conceito de renda líquida, segundo o qual são deduzidos da renda total obtida os custos de produção. Além do mais, o citado Relatório procurou recompor a renda das famílias assentadas com base em todas as fontes de rendimentos possíveis, enquanto nesta pesquisa levantou-se o rendimento obtido pelo chefe da família nas atividades internas do Assentamento, sendo que, em ambos os casos, considerou-se o valor do autoconsumo no cálculo da renda.

Utilizando-se os dados da PNAD/90, no segmento referente aos indicadores da população rural, verifica-se que o rendimento médio mensal de trabalho das pessoas ocupadas, em s.m. para a zona rural do Ceará, foi de 0,9 s.m. A pesquisa do IBGE considerou como pessoa ocupada toda pessoa que tinha trabalhado durante a semana de referência ou parte dela. Além disso, incluiu o rendimento mensal de empregadores, administradores e comerciantes, o que pode ter puxado o valor da renda média mensal para cima. Ressalte-se, ainda, que a pesquisa do IBGE não incluiu o valor do autoconsumo na composição da renda das famílias.

Apesar das diferenças metodológicas utilizadas em ambas as pesquisas, pode-se dizer que a situação no P.A. Santana, sob o aspecto da renda, mesmo considerando-se a inclusão do valor do autoconsumo, é melhor do que para a zona rural do Estado do Ceará, já que a inclusão dos altos rendimentos de empregadores, administradores e comerciantes no estudo do IBGE pode ter reduzido o impacto da inclusão do valor do autoconsumo na composição da renda no Assentamento.

Outro dado significativo refere-se à renda **per capita** anual encontrada no Assentamento, que foi de U\$ 198. Comparando-se com a renda **per capita** do Município onde se localiza o imóvel (Monsenhor Tabosa), estimada

pelo IPLANCE, no ano de 1991, em US\$ 189, confirma-se a posição compatível do Assentamento com o restante do Município.

Deve-se considerar que na estimativa da renda **per capita** para o Município estão incluídos desde aqueles que auferem altos rendimentos até os mais pobres, enquanto que o universo da população do Assentamento é formado de trabalhadores rurais que há bem pouco tempo sequer terra possuíam para trabalhar.

Além disso, ficou explicitamente caracterizada a prosperidade dos assentados, quando se analisa o significativo patrimônio construído pela COOPÁGUIA (R\$ 996.791,94 em abr/95), em apenas 5 (cinco) anos de criação do Assentamento, permitindo condições bastante satisfatórias de organização da atividade produtiva no Assentamento (Anexo). Isto é fundamentado pela declaração de um assentado, quando afirma: "A gente não consegue nada sozinho, nunca pensei que pudesse ter o que tenho hoje" (Ademar Pereira Santos, 37 anos).

Observou-se, ainda, que a maioria dos assentados associados à Cooperativa tinha renda mensal de até 2 s.m. (90,78%); de 1 a 2 s.m. eram 68,52%, enquanto que somente 9,26% geraram renda superior a 2 s.m. Estes dados revelam boa distribuição da renda no Assentamento, contrariando os resultados do Relatório da FAO para o Nordeste, que mostraram forte concentração de renda nos assentamentos pesquisados na Região. O intervalo para a renda dos assentados foi de $1,80 \pm 0,07$, sendo 1,80 s.m. a renda individual mensal média e 0,07 o desvio padrão em torno da média.

Valor do autoconsumo

De acordo com os dados gerados pelo relatório do LEMA, a participação do autoconsumo na renda individual no P.A. Santana foi, em média 58,7%, demonstrando inequivocamente a importância desta variável na composição da renda dos assentados.

Comparando-se este resultado com o valor encontrado pela pesquisa da FAO para a região Nordeste (34,72%), verifica-se uma diferença com os resultados encontrados no P.A. Santana. Esta diferença pode ser explicada em função da seca predominante no período base desta pesquisa (1992), evento que não se havia confirmado no período base da pesquisa da FAO (1991).

Isso demonstra a capacidade de os assentados se manterem com os próprios recursos e ainda gerarem alguma produção excedente, revelada no percentual da renda obtido ao se excluir o valor do autoconsumo, num período caracterizado por extrema carência e miséria da população pobre ou empobrecida desta Região (trabalhadores sem terra, assalariados, parceiros, arrendatários, pequenos e médios proprietários).

Ao se comparar o percentual do autoconsumo na composição da renda das famílias da região Sul do Brasil, que foi de 36,03%, onde se localizam, de acordo com o Relatório da FAO, os assentamentos com o maior nível de renda e de inserção nos mercados agrícolas, observa-se que a produção para o autoconsumo apresenta valor estratégico para a sobrevivência das famílias, independentemente das etapas de desenvolvimento observadas.

Portanto, a capacidade de produzir e armazenar para o autoconsumo, em especial na região Nordeste, insere-se plenamente dentre as estratégias para o combate a um dos problemas que vem ganhando a atenção de toda a sociedade brasileira: o combate à fome e à miséria. Produzir para o autoconsumo é uma questão de segurança alimentar.

Nível de alimentação

Os resultados da TABELA 8 confirmam as dificuldades interpostas à atividade produtiva pelo agravamento da seca no ano agrícola 91/92. Apesar disso, observou-se nas quantidades consumidas um aumento médio depois da criação do Assentamento, nos seguintes produtos: arroz, peixe, leite e carne. Com relação ao arroz, observou-se um aumento significativo no consumo semanal por família, passando de 2,81 para 5,02kg, indicando uma elevação do

poder de compra das famílias, já que o arroz não é produzido no Assentamento. O consumo de peixe passou de 800g para 3,96kg, tornando-se uma importante fonte alternativa de alimentos para os assentados. No caso da carne, o aumento médio foi insignificante, passando de 2,28 para 2,69kg por semana. A variação no consumo de leite foi mais expressiva, passando de 6,11 para 8,93 litros por semana.

O consumo de farinha manteve-se praticamente o mesmo. No caso do consumo de milho e ovos, a situação observada foi inversa, demonstrando uma significativa redução no consumo desses produtos após a criação do assentamento. Com base nos relatos obtidos nas entrevistas, verificou-se que as famílias passaram a dar pouca prioridade ao gasto humano do milho, utilizado basicamente para a alimentação animal. Quanto ao feijão, observou-se pequena redução na situação **depois**, passando de 5,15 para 4,62kg por semana.

TABELA 8 - Nível de Alimentação no P. A. Santana - 1992.

PRODUTOS	MÉDIA	DP	MÉDIA	DP
Arroz	2,81	2,04	5,02	2,86
Feijão	5,15	2,93	4,62	3,17
Farinha	4,51	2,61	4,53	2,69
Milho	4,76	4,59	2,55	3,86
Carne	2,28	1,35	2,69	1,88
Peixe	0,08	0,43	3,96	3,73
Leite	6,11	8,11	8,93	12,63
Ovos	7,08	6,61	6,30	6,72

FONTE: Pesquisa Direta.

Opiniões sobre o Assentamento

Procurou-se nos questionários aplicados levantar algumas opiniões dos assentados sobre o Assentamento.

Observa-se, na TABELA 9, que 96,2% responderam ser mais fácil produzir no Assentamento do que na situação **antes**, demonstrando que, mesmo com as limitações do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, os assentados encontraram condições melhores para produzir do que quando dependiam dos patrões para terem acesso à terra. Além disso, quando questionados se preferiam o trabalho individual ou o coletivo, 98% responderam afirmativamente para a segunda forma de organização do trabalho, confirmando a importância do nível de organização atingido pela comunidade na decisão da melhor forma de trabalhar a terra.

TABELA 9 - Opiniões Sobre o P. A. Santana - 1992.

PERGUNTA	Nº	%
- A Assistência técnica contribui para o aumento da produtividade	29	80,6
- É mais fácil produzir no assentamento	51	96,2
- Mão de obra não familiar {antes	16	34,0
{depois	19	40,4
- Já trabalhou como assalariado	25	52,1
- Prefere trabalho {individual	1	2,0
{coletivo	48	98,0
- Pensou em desistir	9	17,3
- Trabalhou na emergência {antes	54	100,0
{depois	54	100,0
- Acompanha preços	7	13,0
- Controla custos	2	3,7
- Controla receita	3	5,6
- Com. da Produção Individual		
{Intermediário	9	17,6
{G.Comunitário	1	2,0
{Cooperativa	40	78,4
{Feira	1	2,0
- Preços compatíveis com o mercado	25	75,8

FONTE: Pesquisa Direta.

Embora após o processo de seleção definitiva nenhum assentado tenha desistido, quando questionados se já haviam pensado em desistir, 17,3% responderam afirmativamente. Destes, apenas 1(um) estava realmente insatisfeito, enquanto os outros afirmaram que, apesar das dificuldades, reveladas

principalmente na incipiente integração à dinâmica da Cooperativa, não encontrariam lá fora uma situação melhor.

Observou-se ainda grande preocupação da Cooperativa com o controle das atividades, tendo, inclusive, contratado um contador para esta finalidade. Porém, no que se refere às atividades individuais, os dados mostraram que os assentados exerciam um controle insignificante dessas atividades. Questionados sobre se acompanhavam preços, controlavam custos de produção e se controlavam receitas, os resultados foram, respectivamente, 13%, 3,7% e 5,6%.

Observou-se também uma preocupação dos assentados em comercializarem os produtos da produção individual direto com a Cooperativa (78,4%), o que pode ser explicado pelo entendimento de que os preços pagos pela Cooperativa eram compatíveis com os de mercado (75,8%). Além do mais, os assentados revelaram que esta era uma forma de fortalecer as atividades da COOPÁGUIA e de evitar a intermediação.

Principais problemas

Questionados sobre os principais problemas enfrentados nas situações **antes e depois** da criação do Assentamento, os assentados revelaram que o principal fator limitante para o bom desempenho das atividades produtivas do Assentamento era a seca.

De acordo com depoimentos prestados por técnicos do INCRA que assessoravam o Assentamento no momento da pesquisa, esta questão reflete na realidade a baixa capacidade de acumulação dos reservatórios existentes. "Mesmo chovendo os reservatórios não sangram desde 1991".

Observou-se uma redução insignificante do percentual de informantes que passaram a ver o problema da seca não mais como um fator limitante na situação **depois**, de 100% para 95,5%. Os outros itens que se mantiveram como fatores limitantes, na opinião dos assentados, foram as ocorrências de pragas, doenças nos animais e na lavoura, que passaram de 88,9% para

77,7%, de 88,3% para 77,8% e de 83,3% para 72,2%, respectivamente. Estes resultados confirmam o baixo índice de adoção de práticas de conservação e de combate às pragas e doenças observado no Assentamento no momento da pesquisa de campo (TABELA 10).

TABELA 10 - Principais Problemas no P. A. Santana -1992.

(*)PRINCIPAIS PROBLEMAS	ANTES		DEPOIS	
	Nº	%	Nº	%
Seca	22	100,0	21	95,5
Cercas	18	81,8	7	31,8
Falta de Crédito	20	90,9	14	63,6
Pouca Terra	18	94,7	4	21,1
Transporte	17	89,5	9	47,4
Pragas	16	88,9	14	77,8
Educação	15	83,3	12	66,7
Saúde	15	83,3	11	61,1
Doença nos Animais	15	83,3	14	77,8
Doença na Lavoura	15	83,3	13	72,2
Sementes	11	61,1	7	38,9
Implementos Agrícolas	15	83,3	5	27,8

FONTE: Pesquisa Direta.

(*) Percentual em relação somente aos que responderam às perguntas.

Outros itens, como cercas, falta de terras, transporte, educação, saúde e sementes passaram a ser encarados como problemas em boa parte resolvidos pelos atores sociais, o que pode ser explicado pela decisão do não parcelamento das terras, que reduziu significativamente a preocupação com a construção de cercas e a falta de terras, bem como pela decisão da construção da aldeia nucleada e de dar prioridade à produção coletiva no Assentamento.

Com respeito a decidir pelo não parcelamento da terra, destacaram-se os seguintes depoimentos:

“A terra não é adequada, 30% não serve para a agricultura” (José da Luz Souza, assentado, 32 anos).

“Meus parentes nunca conseguiram nada no individual” (idem).

"A terra não permite a divisão" (José da Luz, assentado, 33 anos).

"... no individual a primeira coisa é procurar vender a área" (Sebastião Sales, assentado, 36 anos).

Produção e produtividade

Como o ano agrícola 91/92, que ensejou a obtenção dos dados, caracterizou-se como um período de agravamento da seca no Estado do Ceará, refletindo-se diretamente nas atividades produtivas do Assentamento, reduzindo-as substancialmente, trabalhou-se apenas com as culturas de milho e feijão, para as quais os agricultores canalizaram todos os seus esforços.

Os dados mostraram uma produção total da cultura do milho de 62.485kg, enquanto a cultura do feijão apresentou uma produção total de 24.283kg. Ao comparar-se estes resultados com os resultados da produção total das culturas de milho e feijão encontrados no Anuário Estatístico do Ceará de 1993, elaborado pelo IPLANCE, verificou-se que, no ano de 1992, a produção total das referidas culturas no Município de Monsenhor Tabosa foi, respectivamente, de 274.000kg e 240.000kg. Portanto, a produção total de milho no P.A. Santana representou 23% da produção total do Município, enquanto a produção total de feijão representou 10%.

Ao analisar os resultados da produtividade das culturas de milho e feijão, verificou-se, também, resultados mais significativos quando comparados às médias obtidas para o Município de Monsenhor Tabosa. Verificou-se, no Assentamento, uma produtividade média para a cultura do milho de 900kg/ha e de 555kg/ha para o feijão, enquanto, no Município, os resultados foram, respectivamente, 55kg/ha e 50kg/ha (TABELA 11).

Vale ressaltar que as perdas na produção agrícola das culturas de milho e feijão no Município de Monsenhor Tabosa, estimadas pelo IBGE para o ano de 1992 foram, respectivamente, 93,81% e 89,74%.

TABELA 11 - Índice de Produtividade Segundo a Cultura no P. A. Santana - 1992.

CULTURA	MÉDIA	DP	MÍNIMO	MÁXIMO	n
Milho	900,60	83,28	26,67	2525,00	53
Feijão	555,29	48,96	75,00	1680,00	52

FONTE: Pesquisa Direta.

Os resultados satisfatórios obtidos no Assentamento podem ser explicados em função das facilidades proporcionadas pelo não parcelamento da terra, que permitiu a utilização das terras aluvionais²⁸, localizadas às margens dos riachos Massapê e Angico, por grande número de assentados e, ainda, pela utilização de sementes selecionadas distribuídas pelo Governo do Estado, e da utilização de tração animal.

Observou-se, ainda, com base nas entrevistas realizadas com membros da Cooperativa, que o agravamento da seca refletiu-se substancialmente na redução das atividades da produção de leite, queijo e mel de abelhas. Como exemplo, pode-se citar a produção de leite, que, em 1991, foi de 51.320 litros, correspondendo a 5% da produção total de leite no Município de Monsenhor Tabosa. Em 1992, esta produção caiu para 29.160 litros.

Com relação a este aspecto, cabe uma informação recente sobre uma pesquisa realizada pelo INCRA nos assentamentos do Estado do Ceará, com base no ano agrícola 93/94. Os dados preliminares do Sistema de Informações de projetos de Assentamento-SIPRA (dez/94) mostraram, em pouco tempo, uma razoável capacidade de recuperação da produção no P.A. Santana, quando se verifica a renda gerada pelas famílias assentadas, a partir da chegada do período chuvoso. A renda média familiar, estimada ao reunir-se as atividades da produção individual e coletiva, inclusive a produção para o consumo, foi de 2,06s.m.

²⁸ Solos formados em baixios, beiras de rios e riachos, mediante o transporte de argila e sílica pelas águas durante anos. Variam de moderadamente profundos a muito profundos, de texturas as mais diversas, drenagem comumente imperfeita ou moderada. Em geral, solos com grande potencial agrícola, possuindo as melhores características físico-químicas da região semi-árida (DUQUE, 1980).

PARTE 6

LIÇÕES DE SANTANA: MISÉRIA OU PROSPERIDADE? A RESPOSTA COMO ARGUMENTO À REFORMA AGRÁRIA

Consoante referido no curso de todo este ensaio, as tentativas de Reforma Agrária no Brasil foram poucas e efêmeras. A questão pontual, sugerida na hipótese deste estudo, é um fato. As ações do Estado no agro deram-se mais no sentido de assegurar históricos privilégios, expressos na concentração fundiária e, portanto, na continuidade do latifúndio, do que para atender ao clamor do campesinato por mudanças estruturais, em especial a Reforma Agrária.

Os processos de modernização e industrialização da agricultura culminaram com o surgimento de um núcleo dinâmico capaz de responder com rapidez e eficiência às demandas do mercado, conquanto, no caso brasileiro, esses processos tenham ocorrido na dependência de forte concentração de renda e da criação de mercados sofisticados. Isso significa que, de uma maneira geral, a questão agrícola poderia ser resolvida sem grandes problemas, ao passo que a questão agrária, como resultado do caráter excludente do chamado processo de "modernização conservadora" do agro brasileiro agravou-se, impedindo que parcela significativa da população pudesse ter acesso às demandas do referido mercado.

Hoje, o agravamento do problema agrário tem reflexos extremamente significativos na deterioração das condições de vida nas grandes cidades brasileiras, incapazes de prover condições mínimas de sobrevivência àquela população oriunda do forçado fluxo de migração rural-urbano, promovido pela modernização.

Os assentamentos rurais criados a partir de meados dos anos 80, como forma de arrefecer os conflitos sociais gerados pela posse da terra, mas

também como resultado do intenso processo de luta conduzido pelos trabalhadores rurais e, ainda, como resultado da afirmação sócio-econômica de vários assentamentos por todo o Brasil, constituem-se em algo novo no campo. Diversas estratégias de resistência e de reprodução resultam ser observadas, possibilitando a afirmação de alguns assentamentos ao lado de uma agricultura modernizada e integrada aos C.A.I.'s.

Apesar disso, mostrou-se durante o estudo que as respostas à solução do problema agrário brasileiro perpassam as tentativas de Reforma Agrária implementadas até hoje.

No momento em que se reúnem as condições para a execução de um verdadeiro programa de Reforma Agrária no Brasil, ele não poderá prescindir de reformas estruturais profundas, levando-se em altíssima consideração a amplitude da qual deverá se revestir, contrariando interesses da classe dominante.

Democratização do acesso à terra, cidadania, produção de alimentos para a população, geração de empregos e distribuição de renda são temas inerentes à Reforma Agrária, mas incompatíveis com a dinâmica histórica do capitalismo brasileiro no campo. Desse modo, fazer a Reforma Agrária no Brasil, hoje, significa criar as condições para a construção de uma nova sociedade.

Alguns assentamentos têm sinalizado essa possibilidade, indicando a importância da Reforma Agrária como condição *sine qua non* para o desenvolvimento. No entanto, sozinhas, isoladamente, essas experiências não criarão as forças necessárias para o estabelecimento de um amplo setor reformado, como resposta ao problema agrário nacional.

Os resultados desta pesquisa confirmam a hipótese aventada, na medida em que, apesar do caráter pontual da intervenção do Estado no que se refere à Reforma Agrária no semi-árido nordestino, como de resto em todo o Brasil, no caso estudado, as famílias assentadas encontram-se numa condição de vida superior às condições observadas na situação antes da criação do Assentamento. Esta melhoria no nível de vida das famílias pôde ser observada também ao se comparar os resultados obtidos no Assentamento, com indi-

cadores sócio-econômicos do próprio Município onde se localiza o imóvel e até mesmo com indicadores do Estado do Ceará, como mostram as variáveis renda individual e *per capita*, habitação, posse de bens domésticos, produção e produtividade, valor do autoconsumo, entre outras.

Além disso, ficou caracterizada a melhoria na condição de vida das famílias, quando se analisa o significativo patrimônio construído pela COOPÁ-GUIA, em apenas cinco anos de criação do Assentamento.

Estes resultados, fruto de pesquisa baseada no ano agrícola 91/92, não garantem que a situação observada seja a mesma, hoje, embora sinalizem para a importância do nível de organização social, econômica e política atingido pela comunidade e do papel das instituições no processo de gestão, no sentido de criarem as condições para a viabilização do Assentamento. Todavia, apesar do nível de organização predominante no P.A. Santana, questões internas relevantes e não resolvidas sobressaem quando se aprofunda a análise.

Apesar da afirmação quase unânime pela preferência do trabalho coletivo, observou-se uma despreocupação quase generalizada em relação ao controle das atividades produtivas realizadas no Assentamento, principalmente no que se refere às atividades individuais.

Deve-se considerar, contudo, o curto período de criação do Assentamento objeto deste estudo, bem como as discontinuidades administrativas ocorridas no Brasil, a partir da Nova República, que não permitiram uma ação inteiramente eficaz das instituições no processo de gestão, em especial do INCRA, no que se refere a promover as condições para o pleno desenvolvimento das potencialidades do P.A. Santana.

Mostrou-se, ainda, que, apesar da seca predominante no período em que foi realizada esta pesquisa, avanços significativos foram atingidos. Porém, como é próprio dos estudos de caso, não é possível se afirmar que os resultados encontrados possam ser generalizados para outros assentamentos.

As informações relacionadas com a situação **antes** têm seu poder explicativo limitado pelo fato de estarem, em grande parte, baseadas na memória dos assentados.

Finalmente, sugere-se a realização de estudos que permitam o acompanhamento da trajetória de vários assentamentos, superando a principal limitação dos estudos de caso, caracterizada pela ausência do grupo de controle. Trabalhos dessa natureza não devem, necessariamente, se preocupar apenas com os indicadores econômicos predominantes nas áreas reformadas.

Faz-se necessário conhecer a história de vida das famílias assentadas, sua cultura, as relações sociais de produção predominantes em determinado contexto, utilizando-se, preferencialmente, o enfoque de sistemas agrários, através dos quais é possível mapear as trajetórias sócio-econômicas de dada comunidade, permitindo a formulação de políticas públicas mais eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. A regulamentação da lei agrária, in: Revista Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 22 (3), set/dez, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. Lei Agrária: cuidado com otimismo, in: Revista Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 23 (1), jan/abr, 1993.
- FUNDAÇÃO Instituto de Planejamento do Ceará. Anuário Estatístico do Ceará. V. 3. - Fortaleza, IPLANCE, 1993. 1345p.
- BANCO do Nordeste do Brasil. Agenda do produtor rural do Nordeste, Fortaleza, BNB, 1993.
- BERTRAND, Alvin Lee. Sociologia Rural: Uma Análise da Vida Rural Contemporânea. Ed. Atlas. São Paulo. 1973. 511p.
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista.- Rio de Janeiro: Zahar. 1993. 454p.
- CARVALHO FILHO, José Juliano & ABRAMOVAY, Ricardo. Política fundiária: significado, entraves e desempenho.- São Paulo. 1993. (mimeo).
- CASTRO JÚNIOR, José Lima. Assentamentos coletivos e resistência ao flagelo no semi-árido cearense: o caso da Fazenda Vitória.- João Pessoa, UFP. 1994. 207p. (Tese de mestrado).
- CARVALHO, Horácio Martins de. Transformismo na Nova República e a contra Reforma Agrária. Reflexos sobre o meio ambiente. in: Revista Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 19(2), ago/nov, 1989.
- CASTRO, M.H. Reforma Agrária a Pequena Produção.- Campinas: IE/UNICAMP, (Tese de Doutorado, mimeo). 1992.
- DELGADO, Guilherme da Costa. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil.- Campinas: Editora da Unicamp, 1985. 240p.
- DUQUE, José Guimarães. Solo e Água no Polígono das Secas. 5ª ed.- Mossoró: 1980. 271p. (Coleção Mossoroense).

- ESTERCI, Neide et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate, in: Revista Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 22 (3), set/dez, 1992.
- FRANCO, Guilherme. Nutrição: texto básico e tabela de composição química dos alimentos.- Rio de Janeiro: Atheneu, 1982. 227p.
- FUNDAÇÃO de Desenvolvimento De Pessoal - FUNDEP. Coragem de Educar.- Petrópolis: Vozes, 1994. 87p.
- FERREIRA FILHO, Raimundo. Desenvolvimento capitalista e diferenciação de pequenos produtores.- Recife, 1986. 21p. (mimeo).
- FERRANTE, Vera Lúcia Botta. Assentamentos Rurais: é possível a construção de um novo modo de vida?.- Araraquara: UNESP, 1993. 31p.
- FONSECA, Jairo Simon da et al. Curso de Estatística.- São Paulo: Atlas, 1989. 286p.
- FERGUSON, C. E. Microeconomia.- Rio de Janeiro: Forense, 1990. 610p.
- FAO. Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária.- Rio de Janeiro: FAO/ PNUD/MARA, 1992. 105p.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil.- São Paulo: Editora Nacional, 1989. 248p.
- GARCIA JR. A Geração de Renda, sua Distribuição e Trajetórias Diferenciais em Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil (1985-1989): Comentários sobre um estudo da FAO. In: Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda.- Rio de Janeiro: IBASE/Vozes FAO, 1994, 216p. (O Relatório da FAO em Debate).
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 312p.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.- São Paulo: Atlas, 1987. 206p.
- GALLIANO, A. Guilherme. O Método Científico.- São Paulo: Harbra, 1986. 200p.

- GÓRGEN, Frei Sérgio Antônio & Stédile, João Pedro (orgs.). Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária. - Petrópolis: Vozes, 1991. 184p.
- GERMER, Klaus Magno. Reforma Agrária na Virada do Século. In: Revista Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 1 (1), abril, 1993.
- HESS, Dora. Sociedade. Jornal o Povo (último caderno). Fortaleza, 08/06/1994.
- HOFFMANN, Rodolfo et al. A Estrutura Agrária Brasileira. - Piracicaba, USP; 1975. 43p.
- HOBDELINK, Henk. Biotechnology: muito além da revolução verde. - Porto Alegre: Henk Hobbelink (ed.), 1990. 196p.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios - PNAD/90. - Rio de Janeiro, 1990.
- INSTITUTO Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Proposta para elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - 1º PNRA. Brasília, 1985. 53p.
- _____. 1º PNRA: Decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985, Brasília. 64p.
- _____. Plano Regional de Reforma Agrária do Estado do Ceará - PRRA: Decreto nº 92.617 de 02 de maio de 1986, Brasília. 11p.
- _____. Estatuto da Terra: Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, Brasília, 55p.
- _____. Evolução da estrutura agrária do Brasil, Brasília, 1987. 108p.
- _____. Política de Assentamento. Brasília, 1987. 12p.
- _____. Plano Preliminar do P.A. Santana. Fortaleza, 1987. 4p. (mimeo).
- _____. Programa de Ação Imediata - PAI. Fortaleza, 1988. 35p. (mimeo).
- _____. Projeto definitivo de amparo ao PROCERA. Fortaleza, 1989. 108p. (mimeo).
- _____. Estatísticas cadastrais anuais. Brasília, 1992. 215p.
- _____. Programa da Terra, Brasília, 199. 81p.
- _____. Programa Emergencial de Reforma Agrária. Brasília, 1993.

- INSTITUTO Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Diretrizes operacionais para a implantação de projetos de assentamento no Estado do Ceará. Fortaleza, 1993. 20p. (mimeo).
- _____. Gestão em áreas de assentamento. Fortaleza, 1993. 37p. (mimeo).
- _____. Construindo o assentamento. Fortaleza, 1993. 44p.
- INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. O Mapa da Fome. 1993 (mimeo).
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. - São Paulo: Nova Cultural, 1986. 401p.
- KAGEYAMA, Ângela (coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agro-industriais, 1987. (mimeo).
- KAGEYAMA, Ângela. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. in: Revista Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 23 (3), set/dez, 1993.
- LARANJEIRA, Raymundo. Colonização e Reforma Agrária no Brasil. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 203p.
- LOUREIRO, Maria Rita (org.). Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. - São Paulo: Cortez, 1981. 155p.
- MANTEGA, Guido. A Economia Política Brasileira. - Petrópolis: Polis/Vozes, 1987. 287p.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. Reforma Agrária: concepções, controvérsias, questões. - Rio de Janeiro, 1994. 59p. (mimeo).
- MEIHY, J. C. S. B. A História Falada. Jornal O POVO, Caderno C. Fortaleza, 19/02/1993.
- MOONEY, Patrick Roy. O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos. - São Paulo: Nobel, 1987. 146p.
- MORAES, Sônia H. Novaes G. A Constituição de 88: retrocessos e perspectivas da questão agrária, in: Revista Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 19 (2), 1989.

- MOVIMENTO SEM TERRA - MST. A Cooperação Agrícola nos Assentamentos.- São Paulo, 1993. 56p.
- MÜLLER, Geraldo. Complexo Agro-industrial e Modernização Agrária.- São Paulo: Hucitec, 1989. 149p.
- PALMEIRA, Moacir. Prefácio. in: Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda, o relatório da FAO em debate.- Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO. 1994. 216p.
- PANINI, Carmela. Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei.- São Paulo: Paulinas. 235p. 1990.
- PAULA, Luiz Antônio Maciel de. Reforma Agrária como Estratégia de Desenvolvimento, Fortaleza, UFC, 1991. 130p. (tese de mestrado).
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma Agrária e Distribuição de Renda, in: Revista Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 21 (1), jan/abr, 1991.
- RUDIO, Franz Vitor. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica.- Petrópolis: Vozes, 1989. 128p.
- SECRETARIA de Agricultura e Reforma Agrária do Estado do Ceará-SEARA. Ações da reforma agrária no Ceará: dados e perspectivas, Fortaleza, SEARA. 1990. 39p.
- . Projeto de Desenvolvimento Técnico e Econômico da Área do Assentamento Santana, Fortaleza, SEARA, 1990. 191p. (mimeo).
- SILVA, José Graziano da. A gestão das políticas na agricultura brasileira moderna, 1989. (mimeo).
- _____. Complexos Agro-industriais e Outros Complexos, in: Revista Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 21 (3), set/ dez, 1991.
- _____. A Modernização Dolorosa.- Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192p.
- _____. Para Entender o Plano Nacional de Reforma Agrária.- São Paulo: Brasiliense, 1985. 103p.
- _____. A política agrícola e a reforma agrária da Nova República. in: Revista Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 16 (2), agosto, 1986.

- SILVA, José Graziano da. Reforma Agrária na Virada do Século. Revista Reforma Agrária (ABRA), Campinas, 1 (1), abril, 1993.
- SILVA, José Graziano da et al. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira.- São Paulo: Hucitec, 1980. 240p.
- SOARES, Alcides Ribeiro. Princípios de Economia Política: Uma Introdução à Leitura do Capital. 3ª ed. Global Universitária: São Paulo, 1985.
- SOARES, Paulo de Tarso Presgrave Leite. Um Estudo Sobre Lênin e as Defesas da Reforma Agrária no Brasil.- São Paulo, FEA/USP, 1992. (tese de doutoramento).
- STÉDILE, João Pedro (org.). A Questão Agrária Hoje. Editora da Universidade/UFRGS. 1ª ed. Porto Alegre, 1994.
- TEÓFILO FILHO, Francisco Edson. A organização da produção nos assentamentos: subordinação ou autogestão? In: Reforma Agrária: produção, emprego e renda, o relatório da FAO em debate.- Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994. 216p.
- VEIGA, José Eli. O que é reforma agrária.- São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984. 87p.
- _____. O sentido econômico da reforma agrária.- São Paulo, FEA/USP, 1990. (Mimeo).

CIENCIA TECNICA
APÊNDICES

FRAN, Pedro A. - Estatística Básica
1973 - SP: SPS/EDP

... DADOS

... através de questionários

... de

... de

... de

...

APÊNDICE I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E MATEMÁTICA APLICADA
LABORATÓRIO DE ESTATÍSTICA E MATEMÁTICA APLICADA

RELATÓRIO DE ANÁLISE ESTATÍSTICA Nº 02/94

PESQUISADOR : Paulo Roberto Fontes Barquete
INSTITUIÇÃO : Departamento de Economia Agrícola - UFC
FINALIDADE : Dissertação de Mestrado

RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE : Prof. Maria Denize Fernandes Bezerra
Prof. Maria Zélia Maia Holanda

AUXILIAR : Mariluse Viana Forte

FICHA TÉCNICA

BIBLIOGRAFIA : Manual do SPSS
BUSSAB, Wilton O. & MORETTIN, Pedro A. - Estatística Básica
PROGRAMAS DE COMPUTAÇÃO : SPSS/PC+

RESUMO

Análise descritiva dos dados obtidos através de questionário sobre as condições sócio-econômicas dos assentados no programa de assentamento do Governo Federal no Projeto de Assentamento Santana - Ce. Os resultados foram resumidos em tabelas e gráficos.

1. INTRODUÇÃO

Realizou-se um estudo para verificar o desempenho sócio-econômico do Projeto de Assentamento Santana, considerando-se as situações 'antes' e 'depois' da criação do assentamento. O objetivo deste trabalho é organizar as informações obtidas, resumindo-as através de tabelas e gráficos.

2. MÉTODO DE OBTENÇÃO DOS DADOS

A coleta dos dados se deu através da aplicação de um questionário, cujo conteúdo ficou distribuído da seguinte forma :

- 1a. parte : dados gerais a respeito do informante;
- 2a. parte : informações relacionadas à habitação e saneamento;
- 3a. parte : informações relacionadas à saúde e assistência médica;
- 4a. parte : informações sobre alimentação;

- 5a. parte : informações relativas a educação/associativismo;
- 6a. parte : informações sobre bens domésticos e lazer;
- 7a. parte : informações sobre produção 91/92;
- 8a. parte : informações sobre renda;
- 9a. parte : informações sobre o sistema de produção.

Os dados foram codificados e compilados de acordo com as especificações do formato fixo do pacote computacional estatístico SPSS/PC+. Assim, para analisar as informações obtidas através de 54 questionários aplicados, foram realizadas as seguintes etapas :

- 1) Elaboração da planilha de codificação e digitação dos dados e orientação para o preenchimento da mesma.

A planilha de codificação e digitação dos questionários tomou o seguinte formato :

76	
	60
70	
	71
	53
77	
73	
60	
	32

Assim, cada caso no arquivo de dados corresponde a 13 linhas (registros), que são as perguntas respondidas pelo assentado. O arquivo de dados contém, portanto, um total de 702 registros.

- 2) Elaboração do programa utilizando a linguagem do SPSS/PC+ para obter as listagens dos procedimentos **FREQUENCIES**, **CROSSTABS** e **MEANS**.
- 3) Limpeza e controle de qualidade dos dados. Nesta etapa utilizou-se o procedimento **FREQUENCIES** para checar os dados, procurando verificar se houve erros de codificação ou digitação ou dados discrepantes.
- 4) Interpretação das saídas das listagens, organizando e resumindo as informações obtidas, em tabelas e gráficos.

3. MODELO DE ANÁLISE ESTATÍSTICA UTILIZADO

Utilizou-se na análise de dados, estatística descritiva, através de tabelas de frequência unidimensionais e bidimensionais (tabelas cruzadas).

- DADOS GERAIS DOS ASSENTADOS -

- IDADE MÉDIA DOS ASSENTADOS = 39,39
- PROFISSÃO : AGRICULTOR - 52 (96,3%)
 CARPINTEIRO - 1 (1,9%)
 AGRICULTOR/CARPINTEIRO - 1 (1,9%)
- TRABALHAVAM NA FAZENDA ANTES DO ASSENTAMENTO : 18 (33,3%)
- TIPO DE "CONTRATO" QUE MANTINHA ANTES DO ASSENTAMENTO :
 POSSEIRO - 2 (3,7%)
 PROPRIETÁRIO - 5 (9,3%)
 ARRENDATÁRIO - 28 (51,9%)
 MEEIRO - 15 (27,8%)
 ASSALARIADO TEMPORÁRIO - 1 (1,9%)
 DIARISTA - 1 (1,9%)
 OUTRO TIPO - 2 (3,7%)
- Nº DE DEPENDENTES : MÉDIA - 4,67
 DP - 2,47
- PROFISSÃO DA ESPOSA - PROFESSORA : 10 (18,5%)
 DOMÉSTICA : 41 (75,9%)
 COSTUREIRA : 3 (5,6%)
- TEM PARENTES NO ASSENTAMENTO : 48 (88,9%)

4. RESULTADOS OBTIDOS

4.1 - HABITAÇÃO

HABITAÇÃO		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
REGIME DE OCUPAÇÃO	PRÓPRIA	32	59,3	53	98,1
	CEDIDA	22	40,7	1	1,9
TIPO DE CONSTRUÇÃO	ALVENARIA	30	55,6	53	100,0
	TAIPA	24	44,4	-	-
TIPO DE MORADIA	ISOLADA	53	98,1	1	1,9
	AGRUPADA	1	1,9	53	98,1
CASA COM BANHEIRO	SIM	2	3,7	53	98,1
	NÃO	52	96,3	1	1,9
ACABAMENTO	C/REBOCO	20	37,0	53	98,1
	S/REBOCO	34	63,0	1	1,9
PISO	CHÃO	35	64,8	-	-
	BATIDO	6	11,1	1	1,9
	TIJOLO	13	24,1	53	98,1
	CIMENTO				
TIPO DE ENERGIA	ELÉTRICA	1	1,9	53	98,1
	QUEROSENE	53	98,1	1	1,9

4.2 - SANEAMENTO

SANEAMENTO		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
ÁGUA PARA CONSUMO	TRATADA	3	5,6	21	38,9
	FILTRADA	9	16,7	19	35,2
	FERVIDA	1	1,9	-	-
	S/TRATAMENTO	41	75,9	14	25,9
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	ESGOTO	1	1,9	1	1,9
	FOSSA COBERTA	1	1,9	53	98,1
	FOSSA DESCOBERTA	1	1,9	-	-
	S/INSTALAÇÃO	50	94,3	-	-
DESTINO DOS DEJETOS	MATO	53	98,1	1	1,9
	VALA	1	1,9	-	-
	FOSSA	-	-	53	98,1
DESTINO DO LIXO	TERRENO BALDIO	54	100,0	16	29,6
	QUEIMADO	-	-	11	20,4
	CAMBURÕES	-	-	27	50,0
ACESSO À ÁGUA	MANUAL	54	100,0	-	-
	JERICO (TRATOR)	-	0	54	100,0

4.3 - ASSISTÊNCIA MÉDICA

ASSISTÊNCIA MÉDICA		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
SUCAN	SIM	2	3,8	2	3,8
	NÃO	51	96,2	51	96,2
INAMPS	SIM	3	5,7	45	84,9
	NÃO	50	94,3	8	15,1
FUNRURAL	SIM	9	17,0	5	9,4
	NÃO	44	83,0	48	90,6
PARTICULAR	SIM	1	1,9	4	7,5
	NÃO	52	98,1	49	92,5
POSTO DE SAÚDE	SIM	1	1,9	50	94,3
	NÃO	52	98,1	3	5,7
PREFEITURA	SIM	-	-	2	3,8
	NÃO	53	100,0	51	96,2

4.4 - ORGANIZAÇÃO SOCIAL

ORGANIZAÇÕES		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
SINDICATO	SIM	52	96,3	54	100,0
	NÃO	2	3,7	-	-
ASSOCIAÇÃO	SIM	-	-	51	94,4
	NÃO	54	100,0	3	5,6
COOPERATIVA	SIM	-	-	54	100,0
	NÃO	54	100,0	-	-
GRUPO COMUNITÁRIO	SIM	2	3,7	7	13,0
	NÃO	52	96,3	47	87,0
PARTIDOS	SIM	3	5,6	18	33,3
	NÃO	51	94,4	36	66,7

4.5 - DOCUMENTOS

DOCUMENTO		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
IDENTIDADE	SIM	33	61,1	54	100,0
	NÃO	21	38,9	-	-
CPF	SIM	31	57,4	54	100,0
	NÃO	23	42,6	-	-
CERTIDÃO DE CASAMENTO	SIM	42	77,8	47	87,0
	NÃO	12	22,2	7	13,0
CARTEIRA PROFISSIONAL	SIM	17	31,5	29	53,7
	NÃO	37	68,5	35	46,3
TÍTULO DE ELEITOR	SIM	50	92,6	50	92,6
	NÃO	4	7,4	4	7,4
CARTEIRA DE SINDICATO	SIM	49	90,7	49	90,7
	NÃO	5	9,3	5	9,3
CERTIDÃO DE NASCIMENTO	SIM	48	88,9	46	85,2
	NÃO	6	11,1	8	14,8
CONTA BANCÁRIA	SIM	12	22,2	9	16,7
	NÃO	42	77,8	45	83,3

4.6 - MEIOS DE COMUNICAÇÃO

MEIOS DE COMUNICAÇÃO		ANTES		DEPOIS	
		No	%	No	%
CORREIOS	SIM	22	47,8	29	63,0
	NÃO	24	52,2	17	37,0
RÁDIO	SIM	19	41,3	23	50,0
	NÃO	27	58,7	23	50,0
TELEFONE	SIM	1	2,2	18	39,1
	NÃO	45	97,8	28	60,9

4.7 - NÍVEL DE LAZER

NÍVEL DE LAZER		ANTES		DEPOIS	
		No	%	No	%
TV	SIM	9	17,3	46	88,5
	NÃO	43	82,7	6	11,5
FESTAS	SIM	30	57,7	31	59,6
	NÃO	22	42,3	21	40,4
VISITAS	SIM	47	90,4	48	92,3
	NÃO	5	9,6	4	7,7
BARALHO	SIM	25	48,1	22	42,3
	NÃO	27	51,9	30	57,7
MISSA	SIM	48	92,3	49	94,2
	NÃO	4	7,7	3	5,8
DOMINÓ	SIM	17	32,7	32	61,5
	NÃO	35	67,3	20	38,5
FUTEBOL	SIM	32	61,5	26	50,0
	NÃO	20	38,5	26	50,0
REISADO	SIM	35	67,3	30	57,7
	NÃO	17	32,7	22	42,3

4.8 - BENS DOMÉSTICOS

BENS DOMÉSTICOS		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
FOGÃO	SIM	10	18,5	35	64,8
	NÃO	44	81,5	19	35,2
GELADEIRA	SIM	2	3,7	10	18,5
	NÃO	52	96,3	44	81,5
TELEVISÃO	SIM	3	5,6	16	29,6
	NÃO	53	94,4	38	70,4
FILTRO	SIM	14	25,9	31	57,4
	NÃO	40	74,1	23	42,6
CAMA	SIM	49	90,7	49	90,7
	NÃO	5	9,3	5	9,3
REDE	SIM	49	90,7	50	92,6
	NÃO	5	9,3	4	7,4
MESA	SIM	48	88,9	46	85,2
	NÃO	6	11,1	8	14,8
CADEIRA	SIM	44	81,1	43	79,6
	NÃO	10	18,5	11	20,4
MÁQUINA DE COSTURA	SIM	7	13,0	9	16,7
	NÃO	47	87,0	45	83,3
RÁDIO	SIM	31	57,4	40	74,1
	NÃO	23	48,6	14	25,9
BICICLETA	SIM	28	51,9	26	48,1
	NÃO	26	48,1	28	51,9
MOTO	SIM	3	5,6	19	35,2
	NÃO	51	94,4	35	64,8

4.9 - IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
FOICE	SIM	49	90,7	50	96,2
	NÃO	5	9,3	2	3,8
MACHADO	SIM	34	63,0	36	69,2
	NÃO	20	37,0	16	30,8
CHIBANCA	SIM	8	14,8	21	40,4
	NÃO	48	85,2	31	59,6
CULTIVADOR	SIM	6	14,8	33	63,5
	NÃO	48	85,2	19	36,5
ENXADA	SIM	41	75,9	43	82,7
	NÃO	13	24,1	9	17,3
CORTADEIRA	SIM	2	3,7	2	3,8
	NÃO	52	96,3	50	96,2
PÁ	SIM	4	7,4	9	17,3
	NÃO	50	92,6	43	82,7
PICARETA	SIM	7	13,0	11	21,2
	NÃO	47	87,0	41	78,8

4.10 - NÍVEL TECNOLÓGICO

NÍVEL TECNOLÓGICO		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
TRAÇÃO ANIMAL	SIM	4	7,8	31	60,8
	NÃO	47	92,2	20	39,2
PREP. SOLO MANUAL	SIM	4	7,8	27	52,9
	NÃO	47	92,2	24	47,1
PREP. SOLO + TRAÇÃO ANIMAL	SIM	4	7,8	31	60,8
	NÃO	47	92,2	20	39,2
PREP. SOLO + TRAÇÃO MOTORA	SIM	-	-	-	5,6
	NÃO	51	94,4	51	94,4
PREP. SOLO CORRETIVO	SIM	-	-	1	2,0
	NÃO	51	94,4	50	98,0
SEMENTE PRÓPRIA	SIM	51	94,4	51	94,4
	NÃO	-	5,6	-	5,6
SEMENTE COMPRADA	SIM	1	2,0	1	2,0
	NÃO	50	98,0	50	98,0
SEMENTE GOVERNO	SIM	-	-	34	66,7
	NÃO	51	94,4	17	33,3
PLANTIO MANUAL	SIM	51	94,4	43	84,3
	NÃO	-	5,6	8	15,7
PLANTIO TRAÇÃO ANIMAL	SIM	-	-	8	15,7
	NÃO	51	94,4	43	84,3
PLANTIO TRAÇÃO MECÂNICA	SIM	-	-	-	-
	NÃO	51	94,4	51	94,4
CURVA DE NÍVEL	SIM	-	-	14	27,5
	NÃO	51	94,4	37	72,5
IRRIGAÇÃO MANGUEIRA	SIM	1	2,0	1	2,0
	NÃO	50	98,0	50	98,0
CAPINA MANUAL	SIM	51	94,4	50	98,0
	NÃO	-	-	1	2,0
CAPINA MECÂNICA	SIM	-	-	-	-
	NÃO	51	94,4	51	94,4
COLHEITA MANUAL	SIM	50	92,6	50	92,6
	NÃO	-	7,4	-	7,4
COLHEITA MECÂNICA	SIM	-	-	-	-
	NÃO	50	92,6	50	92,6
INSETICIDAS	SIM	3	5,9	37	72,5
	NÃO	48	94,1	14	27,5

4.11 - ASSESSORIA TÉCNICA

ASSESSORIA TÉCNICA		ANTES		DEPOIS	
		Nº	%	Nº	%
INCRA	SIM	3	6,0	49	98,0
	NÃO	47	94,0	1	2,0
EMATER	SIM	3	6,0	49	98,0
	NÃO	47	94,0	1	2,0
FREQUÊNCIA ANUAL	NENHUMA VEZ	46	93,9	-	-
	UMA VEZ	1	2,0	-	-
	DUAS VEZES	2	4,1	49	100,0

4.12 - QUANTIDADE MÉDIA DE ANIMAIS

ANIMAIS	QUANTIDADE	
	MÉDIA	DP
CRIAÇÕES	6,65	9,54
OVINOS	0,06	0,41
EQUINOS-BOVINOS	1,35	2,09

4.13 - ESTOQUE DE ANIMAIS

ESTOQUE	MÉDIA DP	PORCO	GALINHA	OVELHA
		5,50	15,41	0,16
CONSUMO	MÉDIA DP	5,31	12,28	0,89
		2,67	9,54	0,04
QUANTIDADE E VENDIDA	MÉDIA DP	4,27	8,79	0,27
		2,07	1,00	-
VALOR CONSUMO	MÉDIA DP	3,22	2,60	-
		169.007,31	148.642,96	1.321,11
VALOR VENDA	MÉDIA DP	272.680,90	136.828,11	9.708,14
		137.948,93	48.554,47	0,00
		213.810,35		0,00

4.14 - NÍVEL DE ALIMENTAÇÃO

Sejam as variáveis :

QA = quantidade consumida por família/semana antes do assentamento.

QD = quantidade consumida por família/semana depois do assentamento.

Variável	QUANTIDADE CONSUMIDA			
	Antes (QA)		Depois (QD)	
	Média	DP	Média	DP
Arroz	2,81	2,04	5,02	2,86
Feijão	5,15	2,93	4,62	3,17
Farinha	4,51	2,61	4,53	2,69
Milho	4,76	4,59	2,55	3,86
Carne	2,28	1,35	2,69	1,88
Peixe	0,08	0,43	3,96	3,73
Leite	6,11	8,11	8,93	12,63
Ovos	7,08	6,61	6,30	6,72

4.15 - ÍNDICE DO VALOR DO AUTOCONSUMO

Este índice foi calculado da seguinte forma :

Sejam as variáveis :

$$(RAGI+RANI) = (\text{milho} + \text{feijão} + \text{porco} + \text{galinha}).$$

$$RAC = (\text{VALOR POR ASSOCIADO Cr\$ 1.249.855})$$

$$VAC = (\text{carne} + \text{ovos} + \text{leite} + \text{milho} + \text{feijão} + \text{peixe} + \text{porco} + \text{galinha}).$$

$$RT = \text{RENDA TOTAL} = (RAGI+RANI) + RAC + VAC$$

Então, o índice do valor do consumo é dado por :

$$IC = \text{ÍNDICE AUTOCONSUMO} = (VAC / RT) \times 100$$

De acordo com os percentis da distribuição de freqüências da variável IC, construímos a distribuição abaixo :

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE DO VALOR DO AUTOCONSUMO

ÍNDICE	ASSENTADOS	
	Nº	%
Abaixo de 49,8	13	24,5
De 49,8 a 60,4	13	24,5
Acima de 60,4	27	51,0
Total	53	100,0

ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DA VARIÁVEL IC -

MÉDIA	58,7
DP	1,90
25º PERCENTIL	49,8
MEDIANA	60,4
75º PERCENTIL	68,2
MÁXIMO	90,0
MÍNIMO	24,16

4.16 - OPINIÕES DOS ASSENTADOS SOBRE OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

PERGUNTA	Nº	%
- A Assistência técnica contribui para o aumento da produtividade	29	80,6
- É mais fácil produzir no assentamento	51	96,2
- Mão de obra não familiar {antes	16	34,0
{depois	19	40,4
- Já trabalhou como assalariado	25	52,1
- Prefere trabalho {individual	1	2,0
{coletivo	48	98,0
- Pensou em desistir	9	17,3
- Trabalhou na emergência {antes	54	100,0
{depois	54	100,0
- Acompanha preços	7	13,0
- Controla custos	2	3,7
- Controla receita	3	5,6
- Com. da Produção Individual		
{Intermediário	9	17,6
{G. Comunitário	1	2,0
{Cooperativa	40	78,4
{Feira	1	2,0
- Preços compatíveis com o mercado	25	75,8

4.17 - PRINCIPAIS PROBLEMAS

(*)PRINCIPAIS PROBLEMAS	ANTES		DEPOIS	
	Nº	%	Nº	%
SECA	22	100,0	21	95,5
CERCAS	18	81,8	7	31,8
FALTA DE CRÉDITO	20	90,9	14	63,6
POUCA TERRA	18	94,7	4	21,1
TRANSPORTE	17	89,5	9	47,4
PRAGAS	16	88,9	14	77,8
EDUCAÇÃO	15	83,3	12	66,7
SAÚDE	15	83,3	11	61,1
DOENÇA NOS ANIMAIS	15	83,3	14	77,8
DOENÇA NA LAVOURA	15	83,3	13	72,2
SEMENTES	11	61,1	7	38,9
IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	15	83,3	5	27,8

(*) Percentual em relação somente aos que responderam às perguntas.

4.18 - NOTAS DADAS :

	MÍNIMO	MÁXIMO	NOTA MAIS FREQUENTE		
			NOTA	Nº	%
INCRA	3	10	10	21	42,9
EMATER	0	10	5	9	18,4
BNB	3	10	10	12	26,1
REFORMA AGRÁRIA	5	10	10	29	61,7
CCA	0	10	10	15	30,6
CPT	1	10	10	21	43,8
COLLOR	0	10	0	45	95,7
ITAMAR	0	10	0	33	70,2

4.19 - ÁREA MÉDIA SEGUNDO A CULTURA

CULTURA	MÉDIA	DP	MÍNIMO	MÁXIMO	Nº DE CASOS
Milho	1,33	0,12	0,00	4,00	54
Feijão	0,90	0,09	0,00	3,00	54
Algodão	0,04	0,02	0,00	0,50	54
Jerimum	0,05	0,04	0,00	2,00	54
Mamona	0,04	0,03	0,00	1,00	54
Área Total Média	2,35	0,20	0,00	7,00	54

4.20 - PRODUÇÃO MÉDIA SEGUNDO A CULTURA

CULTURA	MÉDIA	DP	MÍNIMO	MÁXIMO	Nº DE CASOS
Milho	1157,13	157,77	0,00	7000,00	54
Feijão	449,68	49,89	0,00	2280,00	54
Algodão	9,07	5,90	0,00	300,00	54
Jerimum	64,81	49,54	0,00	2500,00	54
Mamona	22,22	16,44	0,00	800,00	54
Produção Total Média	1702,93	192,77	0,00	7300,00	54

4.21 - ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE SEGUNDO A CULTURA

CULTURA	MÉDIA	DP	MÍNIMO	MÁXIMO	n
Milho	900,60	83,28	26,67	2525,00	53
Feijão	555,29	48,96	75,00	1680,00	52
Algodão	245,00	121,55	50,00	600,00	04
Jerimum	2750,00	2250,00	500,00	5000,00	02
Mamona	600,00	200,00	400,00	800,00	02

APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO PARA TESE DE MESTRADO EM ECONOMIA RURAL - UFC

1. Controle

1.1. Questionário nº _____

1.2. Data: ___/___/___

1.3. Entrevistador _____

1.4. Entrevistado _____

2. Dados do Entrevistado

2.1. Data do nascimento ___/___/___

2.2. Naturalidade _____

2.3. Estado civil _____

2.4. Grau de instrução

2.4.1. Analfabeto ()

2.4.2. Lê e escreve ()

2.4.3. 1º grau incompleto ()

2.4.4. 1º grau completo ()

2.4.5. 2º grau incompleto ()

2.4.6. 2º grau completo ()

2.4.7. Outros

Especificar: _____

2.5. Profissão: _____

2.6. Ocupação: _____

6.2. No assentamento: _____

2.7. Trabalhava na fazenda antes da desapropriação?

Sim () Não ()

2.7.1. Que atividade exercia?

2.7.2. Que tipo de contrato mantinha?

2.8. Antes do assentamento trabalhava como:

Posseiro () Meeiro () Diarista ()
 Proprietário () Assalariado permanente () Pedreiro ()
 Arrendatário () Assalariado temporário ()
 Outros especificar: _____

2.8.1. Período: _____

2.8.2. Local: _____

2.8.3. Como o senhor se considerava?

Invasor () Posseiro () Morador () Agregado ()
 Outros especificar: _____

Por quê? _____

Obs: Inclusive para os que já residiam no imóvel .

2.8.4. Por quê se interessou em morar aqui? _____

2.9. O Senhor tem parentes no assentamento?

Sim () Não ()

Especificar: _____

2.10. Qual a sua experiência nas atividades agropecuárias antes do assentamento?

Trabalho individual ()

Trabalho comunitário ()

Outros, especificar: _____

Obs: Caso confirmada experiência no trabalho comunitário descrevê-la:

2.11. Quais eram suas posses antes do assentamento?

Dinheiro () _____

Implementos agrícolas () _____

Animais () Quais e quantos? _____

Móveis e utensílios () _____

Outros: _____

3. Dados Gerais Sobre a Família:

Nome	Depend	Sexo	Data de Nascimento	Estado Civil	Grau de Instrução	Outro tipo de Capacitação	Prof.	Naturalidade	Renda

4. Informações Relacionadas a Habitação e Saneamento

4.1. Regime de ocupação: A D
 4.1.1. Própria () ()
 4.1.2. Alugada () ()
 4.1.3. Cedida () ()
 4.1.4. Outro () ()
 Especificar: _____

4.2. Número de cômodos: _____

4.3. Na casa de morada reside:
 4.3.1. Uma só família () ()
 4.3.2. Mais de uma () ()
 Quantas? _____

4.4. Tipos de construção
 4.4.1. Alvenaria () ()
 4.4.2. Taipa () ()
 4.4.3. Adobe () ()
 4.4.4. Madeira () ()
 4.4.5. Palha () ()
 4.4.6. Outros () ()
 Especificar: _____

4.5. Mora em casa:
 Isolada () ()
 Agrupada () ()

4.6. Casa com banheiro:
 Sim () ()
 Não () ()

4.7. Acabamento:
 4.7.1. Com reboco () ()
 4.7.2. Sem reboco () ()
 4.7.3. Pintada () ()

4.8. Cobertura:

- | | | |
|--------------|-----|-----|
| 4.8.1. Palha | () | () |
| 4.8.2. Telha | () | () |
| 4.8.3. Outro | () | () |

Especificar: _____

4.9. Piso:

- | | | |
|--------------------|-----|-----|
| 4.9.1. Chão batido | () | () |
| 4.9.2. Tijolo | () | () |
| 4.9.3. Outro | () | () |

Especificar: _____

4.10. Tipo de energia utilizada:

- | | | |
|-----------------------|-----|-----|
| 4.10.1. Elétrica | () | () |
| 4.10.2. Gás/querosene | () | () |

4.11. Origem da água:

A: _____
B: _____

4.12. A água utilizada para o consumo é:

- | | | |
|------------------------|-----|-----|
| 4.12.1. Tratada | () | () |
| 4.12.2. Filtrada | () | () |
| 4.12.3. Fervida | () | () |
| 4.12.4. Sem tratamento | () | () |
| 4.12.5. Coada | () | () |
| 4.12.6. Outro | () | () |

Especificar: _____

4.13. Instalação sanitárias:

- | | | |
|--------------------------|-----|-----|
| 4.13.1. Esgoto | () | () |
| 4.13.2. Fossa coberta | () | () |
| 4.13.3. Fossa descoberta | () | () |
| 4.13.4. Outra | () | () |

Especificar: _____

4.14. Destino dos dejetos:

- | | | |
|---------------|-----|-----|
| 4.14.1. Fossa | () | () |
| 4.14.2. Mato | () | () |
| 4.14.3. Vala | () | () |
| 4.14.4. Açude | () | () |
| 4.14.5. Outro | () | () |

Especificar: _____

4.15. Destino do lixo:

- | | | |
|-------------------|-----|-----|
| 4.15.1. Queimado | () | () |
| 4.15.2. Enterrado | () | () |

- 4.15.3. Jogado no quintal () ()
 4.15.4. Outro () ()
 Especificar: _____

4.16. Distribuição da água:

- 4.16.1. Manual () ()
 4.16.2. Encanada () ()
 4.16.3. Outro () ()
 Especificar: _____

5. Informações Relacionadas à Saúde

5.1. Tipo de assistência médica

- | | Antes | Depois |
|-----------------------|-------|--------|
| 5.1.1. SUCAM | () | () |
| 5.1.2. INAMPS | () | () |
| 5.1.3. FUNRURAL | () | () |
| 5.1.4. Particular | () | () |
| 5.1.5. Posto de saúde | () | () |
| 5.1.6. Prefeitura | () | () |
| 5.1.7. Outro | () | () |

Especificar: _____

5.2. Doenças mais comuns na família: _____

5.3. Como são adquiridos os remédios?

- | | | |
|-----------------------|-----|-----|
| 5.3.1. Comprados | () | () |
| 5.3.2. Doados | () | () |
| 5.3.3. Feitos em casa | () | () |
| 5.3.4. Outros | () | () |

Especificar: _____

6. Informações sobre Alimentação por Família/Semana

6.1. Alimentos

	Unidade	Quantidade	Nº Pessoas
	A / D	A / D	A / D
Arroz	_____	_____	_____
Feijão	_____	_____	_____
Farinha	_____	_____	_____
Milho	_____	_____	_____
Carne	_____	_____	_____
Peixe	_____	_____	_____
Ovos	_____	_____	_____
Leite	_____	_____	_____

Alimentos	Unidade		Quantidade		Nº Pessoas	
	A	D	A	D	A	D
Queijo	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Verduras	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Frutas	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Café	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Pão/bolacha	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Açúcar	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Manteiga	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Rapadura	_____	_____	_____	_____	_____	_____

6.2. Quais alimentos são comprados?

6.3. Os alimentos são comprados?

6.3.1. No próprio povoado ()

6.3.2. Na sede do município ()

6.3.3. Em outro povoado ()

6.3.4. Em outro município ()

Especificar: _____

6.4. Alguma instituição oferece alimento à sua família?

Sim () Não ()

Qual(is)? _____

7. Informações Relativas a Educação/Associativismo

7.1. Quantas pessoas na sua família estudavam antes do assentamento? _____

7.2. Existe na sua família alguém que estude?

Sim () Não () Quantos? _____

7.3. Quem estuda o faz:

7.3.1. No assentamento ()

7.3.2. Em outros povoados ()

7.3.3. Outros ()

Especificar: _____

7.4. Quantas crianças estão matriculadas para o exercício? _____

7.5. Quantas não estão matriculadas? _____

Por quê? _____

7.6. Seus filhos gostariam de estudar na cidade?

Sim () Não ()

Por quê? _____

7.7. O senhor tem algum filho estudando na cidade?

Sim () Não () Quantos? _____

7.8. Organização a que pertence:

PARTICIPAÇÃO

	Tempo a / d	Forma a / d	Frequência a / d
Sindicato _____			
Associação _____			
Cooperativa _____			
Grupo comunitário _____			
Partidos _____			
Outros _____			
Especificar: _____			

7.9. Qual a importância da participação? _____

7.10. Documentos de identidade:

	a	/	d
Carteira de Identidade	()		()
CPF	()		()
Certidão de casamento	()		()
Carteira profissional	()		()
Título de eleitor	()		()
Carteira do sindicato	()		()
Certidão de nascimento	()		()
Conta bancária	()		()

7.11. Meios de comunicação:

Correio	()	()
Rádio	()	()
Telefone	()	()
Recado	()	()
Outro	()	()
Especificar: _____		

7.12. Existe ajuda entre os moradores daqui?

Sim () Não ()

Obs: identificar diferentes tipos de solidariedade, além da troca de diárias.

8. Informações sobre bens domésticos e de lazer

Utilidades:	a	/	d
Fogão	()		()
Geladeira	()		()
Televisão	()		()
Filtro	()		()
Cama n° _____	()		()
Rede n° _____	()		()
Mesa	()		()

Cadeiras nº _____	()	()
Máquina de costura	()	()
Rádio	()	()
Bicicleta	()	()
Motocicleta	()	()
Outro	()	()

Obs: incluir os bens aos quais o trabalhador tem acesso

Lazer:

Televisão	()	()
Festas	()	()
Visita	()	()
Baralho	()	()
Missa	()	()
Dominó	()	()
Futebol	()	()
Reizado	()	()
Outro	()	()

9. Informações sobre a Produção (91/92)

9.1. Exploração agrícola

Cultura	Área Plantada	Área Colhida	Produção Consumida	Vendida Preço	Pessoal Ocupado	Sistema Produção
Antes:						
Depois:						

Obs: verificar outras atividades (pesca, mineração, etc.)

9.2. Exploração animal

Espécie Criada	Estoque	Consumo	Venda	Custo	Receita
Antes:					
Depois:					

10. Renda

10.1. Composição da renda (CR\$ 1,00)

	Individual	Coletivo
Fonte de renda		
Receita agrícola líquida		
Receita animal líquida		
Receita de autoconsumo		
Trabalho assal. Permanente		
Trabalho assal. Temporário		
Artesanato		
	Individual	Coletivo
Aposent.		
Comércio		
Doação		
Outros		
Sub-total		
Renda (questão 2)		
TOTAL (renda familiar)		

10.2. Despesas do grupo familiar

Alimentação
Saúde
Moradia
Energia elétrica
Combustíveis
Transportes
Educação
Vestuário
Higiene/limpeza
Bebidas
Tabaco
Lazer

10.3. Renda líquida _____

11. Sistema de Produção

11.1. Nível tecnológico

11.1.1. Utilização de implementos agrícolas antes/depois

Implementos	Antes	Depois

11.1.2. Utiliza animais de tração

Antes: Sim () Não () Nº _____ Tipo _____

Depois: Sim () Não () Nº _____ Tipo _____

11.1.3. Preparo do solo

	A	/	D
() Manual	()		()
() Tração animal	()		()
() Tração motora	()		()
() Corretivo	()		()

11.1.4. Sementes

() Próprias	()	()
() Compradas em loja	()	()
() Governo	()	()
() Outra	()	()

Especificar: _____

11.1.5. Plantio:

() Manual	()	()
() Tração animal	()	()
() Tração mecânica	()	()
() Curva de nível	()	()

11.1.6. Irrigação:

() Não faz	()	()
() Com mangueiras	()	()
() Infiltração	()	()

11.1.7. Tratos culturais:

Capina:

() Manual	()	()
() Animal	()	()
() Mecânica	()	()

11.1.8. Colheita:

Manual ()	()	()
Mecânica ()	()	()

11.1.9. Utiliza agrotóxicos:

Sim () () ()

Não () () ()

Quais? _____

12. Relações Sócio-econômicas de Produção

12.1. Já recebeu assessoria técnica?

Sim () () ()

Não () () ()

12.2. Órgão:

INCRA () () ()

EMATER () () ()

SEARA () () ()

Outros () () ()

Especificar: _____

12.3. Tipo de assessoria técnica recebida:

A/ _____

B/ _____

12.4. Frequência:

1 vez a.a. () () ()

2 vezes a.a. () () ()

4 vezes a.a. () () ()

6 vezes a.a. () () ()

12 vezes a.a. () () ()

Obs: _____

12.5. A assessoria técnica tem contribuído para o aumento da produtividade das atividades individuais?

Sim () () ()

Não () () ()

Por quê? _____

12.6. É mais fácil produzir no assentamento do que antes?

Sim () () ()

Não () () ()

Por quê? _____

12.7. O senhor já empregou mão-de-obra familiar nas atividades individuais?

Sim () () ()

Não () () ()

Por quê? _____

12.8. O senhor ou alguém de sua família já trabalhou como assalariado dentro ou fora do assentamento?

Sim () () ()

Não () () ()

Por quê? _____

Caso afirmativo para quem?

Usina () Fazendeiro () Pequenos produtores ()

Agroindústria () Outros assentados ()

Outros especificar: _____

12.9. Prefere o trabalho individual ou coletivo?

Por quê? _____

12.10. Já pensou em desistir do assentamento?

Sim () Não ()

Por quê? _____

12.11. Já participou da emergência?

Sim () a/() d/()

Não () () ()

Por quê? _____

13. Administração/Comercialização

13.1. Acompanha preços dos produtos?

Sim () Não ()

Por quê? _____

13.2. Controla custos?

Sim () Não ()

Por quê? _____

13.3. Controla receitas?

Sim () Não ()

Por quê? _____

13.4. As decisões são tomadas:

Individualmente () Família () Outro ()

Especificar: _____

Por quê? _____

13.5. A produção individual é comercializada através de:

Intermediário () Grupo comunitário ()

Cooperativa () Direto na feira ()

Agroindústria c/contrato () Agroindústria s/contrato ()

Outro () Especificar: _____

13.6. Os preços são compatíveis com os de mercado?

Sim () Não ()

Por quê? _____

13.7. Transporte dos produtos não comercializados na cooperativa:

() Caminhão

() Trator

() Cavalo

() Outro

Especificar: _____

14. Avaliação

14.1. Principais problemas:

() Seca	()	()
() Cercas	()	()
() Falta de crédito	()	()
() Pouca terra	()	()
() Transporte	()	()
() Pragas	()	()
() Educação	()	()
() Saúde	()	()
() Doenças nos animais	()	()
() Doenças na lavoura	()	()

- () Sementes () ()
 () Falta de implementos, máquinas e equipamentos () ()
 () Outro () ()

Especificar: _____

14.2. Que sugestões daria para resolvê-los?

14.3. O senhor acha que os assentamentos de reforma agrária são importantes para melhorar a vida do agricultor?

Por quê? _____

14.4. Na sua avaliação o que poderia ser feito para melhorar os assentamentos?

14.5. Dê sua opinião sobre os pontos positivos e os pontos negativos das atividades comunitárias e do parcelamento:

Com. _____

Parc. _____

Obs: pelo menos mais de uma opinião.

14.6. Que área o senhor acha necessária para garantir o sustento de sua família?

14.6.1. O título da propriedade é importante?

Sim () Não ()

Por quê? _____

14.7. Qual o maior desejo que o senhor tem para si e sua família?

14.8. O senhor aconselharia um amigo a viver em uma área de assentamento?

Sim () Não ()

Por quê? _____

14.9. Na sua opinião os trabalhos dos diferentes setores da COOPÁGUIA tem dado bons resultados?

Sim () Não ()

Por quê? _____

14.10. Que sugestões o senhor daria para melhorá-los?

14.11. Por quê não quer o parcelamento?

14.12. De uma maneira geral o que é mais importante no coletivo?

4.13. Dê uma nota de 0 a 10 para:

() INCRA

() EMATER

() BB

() BNB

() Reforma Agrária

() CCA

() CPT

() Collor

() Itamar

() COOPÁGUIA

15. Observações Finais

ANEXO

QUADRO I - Terra e Melhoramentos Fundiários - Patrimônio atual -
COOPÁGUIA. Estado do Ceará, 30 de agosto de 1991.

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total
			Cr\$
INVERSÕES FIXAS PASSIVAS (sic)			
. Terra Nua	ha	3.213,47	76.909.943,82
. Açude Velho	m	30.137,79	28.852.246,32
. Açude Juriti	m	3.370,00	3.226.250,53
. Açude Boa Hora	m	750,00	718.007,20
. Açude Grota (Beber)	m	8.400,00	8.041.693,73
. Açude Serrote	m	6.640,00	6.356.766,48
. Açude da Polina	m	4.660,00	4.461.223,59
. Açude Casa Sede	m	560,00	536.114,46
. Açude Grota das Ovelhas	m	5.580,00	5.341.981,26
. Açude Santana	m	49.703,00	47.582.891,82
. Açude Nascimento	m	6.400,00	6.127.004,35
. Açude Grota do Angico	m	4.560,00	4.365.489,02
. Cerca c/05 fios de arame farpado	km	3,00	899.904,00
. Cerca c/03 fios c/rodas de madeira	km	9,50	1.897.933,52
. Cerca c/09 fios	km	36,50	10.622.334,48
. Cerca c/03 fios estacote	km	12,00	1.436.016,51
. Cerca de faxina	km	4,00	1.102.286,43
. Estradas internas	km	28,00	2.297.242,44
. Armazéns (2)	m	130,00	497.817,26
. Rede Elétrica (interna)	km	3,00	10.198.049,97
. Centro de manejo	m	2.400,00	3.446.440,47
. Aprisco (caprinos)	m	1.700,00	1.790.234,02
. Aprisco (ovinos)	m	2.597,00	2.734.845,61
. Unidade de corte e costura	m	35,00	568.567,08
. Fábrica de queijo	m	35,00	698.173,62
INVERSÕES FIXAS ATIVAS (sic)			
. Capim brachiaria	ha	12,00	258.480,82
. Capim elefante	ha	23,00	506.431,60
. Palma forrageira	ha	22,00	315.922,41
. Cana forrageira	ha	1,50	32.310,10
. Mandioca	ha	5,00	191.469,15
. Capoeira de algodão	ha	1,00	19.146,49
. Desmatamento (abertura de área para lavoura temporária)	ha	36,00	258.482,93
. Capim buffel	ha	6,00	32.903,76
. Capim cacho roxo	ha	11,00	236.940,77
. Algaroba	ha	3,50	329.206,83
. Bananeira	covas	140,00	24.440,05
. Cajueiros	pé	30,00	95.997,72

QUADRO I - Continuação.

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total
			Cr\$
. Mangueiras	pé	5,00	31.999,24
. Mamoeiros	pé	35,00	6.109,95
. Graviola	pé	8,00	3.953,83
. Ata	pé	8,00	3.953,83
. Leucena	ha	6,00	564.354,57
INVERSÕES SEMI-FIXAS MORTAS			
<i>(sic)</i>			
. Caminhão Ford 11.000 - 1986			
Placa ZR-2565	Unid.	01	4.275.910,06
. Debulhadeira (Minfel-Laredo-Bel 500)	Unid.	01	106.896,17
. Carroças	Unid.	04	171.036,40
. Máquina forrageira cremasco	Unid.	02	228.048,53
. Motor Yannar - NSB-90	Unid.	01	498.855,11
. Conj. moto-bomba diesel NGB-90	Unid.	01	2.137.954,98
. Conj. moto-bomba diesel agrale	Unid.	01	1.701.628,09
. Conj. Moto-bomba yannar NSB-75	Unid.	01	1.781.628,09
. Cultivadores	Unid.	28	980.000,00
. Arados	Unid.	04	171.036,40
. Pulverizador	Unid.	10	142.530,33
. Mini-silos	Unid.	148	1.500.184,11
. Canos PVC 3-irrigação	Unid.	858	1.082.274,77
. Canga	Unid.	01	3.561,94
. Arreios	Unid.	02	28.506,07
. Selas	Unid.	06	64.180,20
. Carro de mão	Unid.	08	41.618,24
. Encerado locomotiva (2 x 20)	Unid.	01	178.162,39
. Nível de borracha	Unid.	01	2.494,62
. Balança filizola (300kg)	Unid.	01	106.896,17
. Balança prato (10kg)	Unid.	02	30.687,02
. Freezer esmaltec (horizontal)	Unid.	01	128.276,25
. Máquina de calcular (Sharp)	Unid.	03	17.327,63
. Estantes	Unid.	01	176,83
. Armário de aço (4 gavetas)	Unid.	01	126,21
. Bureaux	Unid.	02	355,77
. Butijão para leite 30 litros	Unid.	02	18.527,57
. Butijão para leite 40 litros	Unid.	01	10.677,41
. Butijão para leite 50 litros	Unid.	06	72.000,00
. Prateleiras de aço	Unid.	09	2.050,43
. Máquinas de escrever (Olivetti 88)	Unid.	01	532,61
. Mimeografado	Unid.	01	14.251,98
. Moto CG - Ano 1985 (Honda)	Unid.	01	500.000,00

QUADRO I - Continuação.

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total
			Cr\$
. Moto CG - Ano 1981 (Honda Today)	Unid.	01	900.000,00
. Prensa de 6 fusos	Unid.	01	150.000,00
. Máquinas eletro enceradeira	Unid.	01	400.000,00
. Unid. de raspa de mandioca	Unid.	01	400.000,00
. Tacho de 12 litros	Unid.	03	9.000,00
. Tacho de 40 litros	Unid.	03	15.000,00
. Chibanca	Unid.	110	275.000,00
. Bota para fábrica de queijo	Unid.	22	52.800,00
. Avental para fábrica de queijo	Unid.	09	144.000,00
. Máq. de costura da unidade de corte e costura	Unid.	05	758.784,00
Máquina pregar botão	Unid.	01	9.066,00
. Ferro elétrico	Unid.	01	7.489,30
. Tesouras	Unid.	05	39.417,36
. Pás	Unid.	16	26.400,00
. Enxadas	Unid.	95	133.000,00
. Foices	Unid.	88	88.000,00
. Machado	Unid.	21	63.000,00
. Picareta	Unid.	50	105.000,00

QUADRO I - Continuação.

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Total
			(Cr\$)
. Bovinos matrizes	Cab.	103	10.775.299,39
. Bovinos reprodutores	Cab.	06	940.700,19
. Ovinos matrizes	Cab.	221	5.512.362,95
. Ovinos reprodutores	Cab.	06	256.554,60
. Caprinos matrizes	Cab.	319	7.956.756,56
. Caprinos reprodutores	Cab.	25	1.336.216,86
. Suínos matrizes	Cab.	47	535.915,15
. Suínos reprodutores	Cab.	03	47.034,29
. Equinos	Cab.	13	1.158.058,68
. Asininos	Cab.	20	399.083,82
. Muares	Cab.	03	427.590,99
. Apicultura	Colm.	46	2.130.822,67
. Moradia (alvenaria)	Unid.	70	18.060.303,48
. Escola (alvenaria)	Unid.	01	285.060,66
. Casa sede	Unid.	01	285.060,66
. TV Phillips 16'	Unid.	01	106.900,38
. TV Sanyo 20'	Unid.	02	220.920,43
. Rádio gravador Sanyo	Unid.	01	114.024,26
. Rádio gravador Phillips	Unid.	05	21.377,97
. Lâmpião	Unid.	03	53.450,19
. Filtro	Unid.	05	19.241,23
. Butijão de gás	Unid.	01	71.264,11
. Poço c/lavanderia	Unid.	01	39.196,10
. Cisterna (15.000)	Unid.	01	35.638,37
. Rede elétrica (vila)	km	05	18.996.749,95
TOTAL			321.027.999,50

FONTE: Projeto Integral de Desenvolvimento do Assentamento Santana, Brasília, 1992.

OBS: O valor total foi atualizado em reais para abr/95 (R\$ 996.791,94), de acordo com os fatores de atualização de valores correntes (período de jan/70 a abr/95. Índice Geral de Preços-IGP), calculados através dos dados da Fundação Getúlio Vargas. O fator para ago/91 foi 0,003105.

